



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**RENATA SILVA Y NUNES MOREIRA**

BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA: AS ESTRATÉGIAS DE  
PERMANÊNCIA DO ALUNO ATLETA NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO, 2019

Renata Silva Y Nunes Moreira

**BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA: AS ESTRATÉGIAS  
DE PERMANÊNCIA DO ALUNO ATLETANAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Jairo Vieira

Rio de Janeiro  
2019



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "**Bolsa atleta universitária: As estratégias de permanência do aluno atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro**"

Mestrando(a): **Renata Silva Y Nunes Moreira**

Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). José Jairo Vieira**

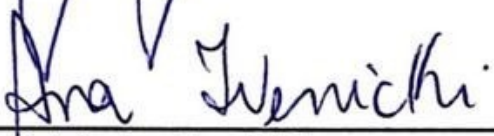
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

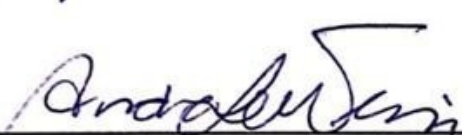
**MESTRE EM EDUCAÇÃO**

**Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2019.**

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). José Jairo Vieira - Presidente**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Ana Ivenicki**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof(a). Dr(a). Andréa Lopes da Costa Vieira**

### CIP - Catalogação na Publicação

Mb           Moreira, Renata Silva Y Nunes  
              BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA: AS ESTRATÉGIAS DE  
              PERMANÊNCIA DO ALUNO ATLETA NAS UNIVERSIDADES  
              FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO / Renata Silva Y Nunes  
              Moreira. -- Rio de Janeiro, 2019.  
              163 f.

              Orientador: José Jairo Vieira.  
              Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
              Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de  
              Pós-Graduação em Educação, 2019.

              1. Assistência Estudantil. 2. Permanência. 3.  
              Esporte Universitário. 4. Bolsa Atleta  
              universitária. I. Vieira, José Jairo, orient. II.  
              Título.

## **AGRADECIMENTOS**

A vida tem me mostrado que não existe momento perfeito para realizações. As oportunidades simplesmente acontecem e cabe a nós aproveitá-las ou não. Este período que passei pelo PPGE foi um período de muito aprendizado e amadurecimento. Muitas foram as pessoas que me guiaram nesse processo. O mestrado veio em um momento de um turbilhão de problemas pessoais, por isto serei eternamente grata a minha psicóloga Ruth França que me ajudou a enfrentar e a superar tudo. Agradeço a todos os professores que fizeram parte dessa minha caminhada pelo programa e aos membros da banca. Agradeço pela troca de conhecimento e pela compreensão. Sou grata ao meu irmão Pedro Moreira e ao meu namorado Leandro Pierre que sempre me acolhem e me apoiam em tudo. Agradeço ao Pedro Vasconcellos e ao meu orientador José Jairo Vieira, a minha mãe Joseli Silva e ao meu pai Renato Moreira, pois sem vocês nada disso teria sido possível.

Como nasce um pesquisador?  
Como eu poderia saber?  
Eu que procuro respostas,  
E vejo a dúvida crescer.  
Eu que enrolo e releio,  
A questão que vela meu sono,  
Eu que me sinto em abandono,  
Eu que não durmo direito,  
Eu que como muito ou não como.  
Eu que te conto minhas penas,  
E compartilho as minhas incertezas,  
E reconheço minhas fraquezas  
E o orientador, em sabedoria,  
Não me diz nada e, apenas,  
Sorri como quem me agrada,  
De um jeito de vai-passar,

Pois sabe que dizer nada  
É bem melhor que falar.  
Como nasce um pesquisador?  
Como eu poderia saber?  
Os papéis pesados que carrego,  
Os dias indo ao campo,  
Os dias que não tomei banho,  
Vou no meu passinho inseguro,  
Que vai-não-vai, descabelado,  
Que vai ficar num passado,  
E me guiar pra um futuro.  
Como nasce um pesquisador?  
Como eu poderia saber?  
Se a cada resposta que persigo,  
Vejo uma nova pergunta nascer.  
(Renata Silva Y Nunes Moreira)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto os programas de bolsa atleta das universidades Federais do Rio de Janeiro. No caso da UFF e da UFRRJ, sendo essas as únicas instituições federais de ensino superior do Estado que possuem esse tipo de auxílio. O objetivo é analisar o programa Bolsa Atleta como estratégia de permanência no ensino superior, a fim de problematizar sua capacidade de democratizar a prática esportiva e o direito à educação. O auxílio oferecido pelas universidades federais do Rio de Janeiro é diferente do programa do governo federal, possuindo formatos e requisitos distintos. Acredita-se que o Bolsa Atleta possa ser uma política universitária que contribui para a democratização do ensino superior. A educação e o esporte são direitos de todos e dever do Estado, as classes menos favorecidas economicamente não necessitam apenas de gratuidade para estudar, mas de condições de permanência, manifestas em práticas e políticas. Esta pesquisa foi de caráter qualitativo. A estruturação metodológica realizou-se três etapas. Na primeira, realizamos uma pesquisa exploratória com a finalidade de esclarecer e delimitar o campo a ser estudado. Posteriormente fizemos uma revisão de literatura, também visitamos as sedes da UFF e da UFRRJ, conversamos com estudantes das instituições, buscamos informes em páginas oficiais das universidades, visualizamos páginas no facebook e instagram de atléticas universitárias das respectivas universidades, participamos de grupos universitários no facebook, bem como observamos diretamente duas competições universitárias. Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa documental e em terceiro, aplicamos um questionário junto aos alunos esportistas, que foi disponibilizado tanto por e-mail como em uma plataforma online pelo Google Docs. No total obteve-se 217 questionários, sendo 95 da UFF e 122 da UFRRJ. Os dados obtidos sobre o programa demonstraram que o mesmo auxilia na permanência do aluno, porém como sendo um fator, que sozinho não é determinante. Consideramos os programas pouco abrangentes, considerando que há uma grande quantidade de condições para o acesso, além do pequeno orçamento. Fato que é comprovado no baixo atendimento quando comparado ao público-alvo destinado. A fala dos estudantes revela a necessidade de ampliar o programa para que mais pessoas possam ser atendidas

**PALAVRAS-CHAVES:** Assistência Estudantil; Permanência; Ensino Superior; Esporte Universitário

## ABSTRACT

This study explores the university sponsorship program entitled “Programa Bolsa Atleta ” from the Federal Universities of Rio de Janeiro UFF and the UFRRJ, which are the only federal higher education institutions in the state that have this type of aid. The objective was to analyze the sponsorship as a student maintenance strategy in higher education, to understand its ability to democratize sports practice and the right to education. The aid offered by the federal universities of Rio de Janeiro is different from the existing federal government program, with different formats and requirements. It is believed that the Athlete Sponsorship may be a university policy that contributes to the democratization of higher education. Education and sport are the rights of all and the duty of the state, the economically disadvantaged classes need not only free to study, but conditions of permanence, manifest in practices and policies. This research was qualitative. In the methodological structuring, three steps were performed. In the first, we conducted an exploratory research in order to clarify and delimit the field to be studied. After we did a literature review, then there were visits to the UFF and UFRRJ headquarters, conversations with students from the institutions, searches of information on official university pages, viewing of facebook pages and instagram of university athletes from the respective universities, participation of university groups on facebook as well as direct observation of two university competitions. Secondly, we conducted a documentary survey and, thirdly, we applied a questionnaire to student athletes, which was made available both via email and on an online platform by Google Docs. In total, 217 questionnaires were obtained, 95 from UFF and 122 from UFRRJ. The data obtained about the program showed that it helps the student to keep studying, but as a factor, which alone is not determinant. A significant number of access conditionalities, and the reduced budget, show that the programs have a narrow and focused coverage, which proves their low attendance rate compared to the potential audience. Finally, the students' speech reveals the need to expand the program so that more people can be served.

**KEYWORDS:** Student Assistance; Permanence; Higher education; University sport;



## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Lista de Artigos sobre esporte universitário brasileiro
- Quadro 2 – Lista de Monografias sobre esporte universitário brasileiro
- Quadro 3 – Lista de Dissertações sobre esporte universitário brasileiro
- Quadro 4 – Lista de Teses sobre esporte universitário brasileiro
- Quadro 5 – Expansão da Rede Federal de Ensino Superior (2003-2014)
- Quadro 6 – Graduandos das IFES segundo raça-(2003-2018)
- Quadro 7 – Jogos universitários extraoficiais divididos por cursos no Rio de Janeiro.
- Quadro 8 – Campeonatos universitários extraoficiais regionais do Rio De Janeiro
- Quadro 9 – Campeonatos universitários extraoficiais a nível interestadual
- Quadro 10 – Campeonatos universitários extraoficiais a nível interestadual
- Quadro 11 – Objetivos do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019
- Quadro 12 – Requisitos para participação no Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019
- Quadro 13– Critérios de seleção do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019
- Quadro 14 –: Critérios de manutenção no Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019
- Quadro 15 – Atividades de contrapartida do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição de vagas nas IFES a partir da Lei de Cotas em 2012

Figura 2 - Total orçamentário das universidades federais em 2019

Figura 3 – Estado do Rio De Janeiro, Regiões De Governo e Municípios, 2019

Figura 4: Critério renda familiar per capita

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de matrículas por dependência administrativa (1933-1980)

Tabela 2 – Número de matrículas por dependência administrativa (1980-1985)

Tabela 3 – Número de matrículas por dependência administrativa (1994-2002)

Tabela 4 – Cursos superiores de Tecnologia no Brasil (1996-2006)

Tabela 5 – Evolução das matrículas no ensino superior (1995-2010)

Tabela 6 – Número de matrículas por dependência administrativa (2003-2013)

Tabela 7 – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimento do Bolsa Atleta por ano

Gráfico 2 – Distribuição das pesquisas por ano de defesa

Gráfico 3 – Distribuição das pesquisas por região do Brasil

Gráfico 4 – Distribuição das pesquisas por região (pizza)

Gráfico 5 – Distribuição das pesquisas por instituições de ensino

Gráfico 6 – Distribuição das pesquisas por área de conhecimento

Gráfico 7 –: Evolução das matrículas no setor privado de graduação presencial (1996-2009)

Gráfico 8– Vagas presenciais nas Universidades Federais (2003 – 2011)

Gráfico 9 – Total de matrículas nas Universidades Federais (2003 – 2011)

Gráfico 10 – Criação de Universidades Federais (1919-2014)

Gráfico 11 – Amostragem de bolsistas e não Bolsistas da UFRRJ

Gráfico 12 – Amostragem de bolsistas e não Bolsistas da UFF

Gráfico 13 – Amostragem da UFF por curso

Gráfico 14 – Amostragem da UFRRJ por curso

Gráfico 15– Bolsistas da UFRRJ por curso

Gráfico 16– Bolsistas da UFF por curso

Gráfico 17 – Amostragem UFRRJ por gênero

Gráfico 18 – Bolsistas UFRRJ por gênero

Gráfico 19 –Amostragem UFF por gênero

Gráfico 20 –Amostragem UFF por gênero

Gráfico 21 –Gênero masculino UFRRJ por idade

Gráfico 22 – Gênero feminino UFRRJ por idade

Gráfico 23 –Bolsistas do gênero masculino UFRRJ por idade

Gráfico 24 –Bolsistas do gênero feminino UFRRJ por idade

Gráfico 25 –UFF gênero masculino por idade

Gráfico 26 – UFF gênero feminino por idade

Gráfico 27 – Bolsistas UFF do gênero masculino por idade

Gráfico 28 – Bolsistas UFF do gênero feminino por idade

Gráfico 29 – UFRRJ por raça/cor

Gráfico 30 – Bolsistas UFRRJ por raça/cor

Gráfico 31 –UFF por raça/cor

Gráfico 32 – Bolsistas UFF por raça/cor

Gráfico 33 – Distribuição das pesquisas por área de conhecimento

Gráfico 34 – UFF por raça e renda per capita

Gráfico 35 – UFF por renda per capita

Gráfico 36– Bolsistas UFF por renda per capita

Gráfico 37 – UFRRJ por raça e renda per capita

Gráfico 38– Bolsistas UFRRJ por raça e renda per capita

Gráfico 39– UFF por raça e renda per capita

Gráfico 40 – Criação de Universidades Federais (1919-2014)

Gráfico 41 – UFRRJ por prática esportivo

Gráfico 42 – UFF por prática esportiva

Gráfico 43 – Mulheres por raça/cor e prática esportiva

Gráfico 44 – Homens por raça/cor e prática esportiva

Gráfico 45– Questão 9

Gráfico 46 – Questão 10

Gráfico 47 – Questão 12

Gráfico 48 – Questão 13

Gráfico 49 –Questão 14

Gráfico 50 –Questão 15

Gráfico 51 – Questão 17

Gráfico 52 – Questão 18

Gráfico 53 – Questão 19

Gráfico 54 – Questão 20

Gráfico 55 – Questão 21

Gráfico 56 – Questão 22

Gráfico 57–Questão 23

Gráfico 58 –Questão 24

Gráfico 59 –Questão 25

## LISTA DE ABREVIATURAS

AAA's – Associações Atléticas Acadêmicas

APCC – Área de Proteção ao Ciclista Competitivo

CBC – Comitê Brasileiro de Clubes

CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CND – Conselho Nacional de Desportos

COB – Comitê Olímpico do Brasil

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

FAE – Federação Atlética dos Estudantes

FAETERJ- Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

FEURJ – Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro

FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FISU – Federação Internacional do Esporte Universitário

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUE – Federações Universitárias Estaduais

FUME – Federação Universitária Mineira de Esportes

FUPE – Federação Universitária Paulista de Esportes

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

JUB's – Jogos Universitários Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

ProUni – Programa Universidade para todos

PSTU – Programa Segundo Tempo Universitário

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEl – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UnB – Universidade de Brasília

Unesp – Universidade Estadual Paulista

Uni. Do Esp. – Universidade do Esporte

UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

USP – Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p. 01

CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A PESQUISA p. 07

CAMINHOS METODOLÓGICOS p. 10

1. O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NAS PESQUISAS BRASILEIRAS p. 14

1.1. UM OLHAR PRELIMINAR SOBRE OS DADOS 20

1.2. TRAJETÓRIA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO p. 25

1.3. GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO p. 32

1.4. O ALUNO ATLETA DA IES PÚBLICA E DA IES PRIVADA p. 33

1.5. O ESPORTE E AS RELAÇÕES DE TRABALHO p. 35

1.6. O ALUNO NO CONTEXTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO p. 36

1.7. UNIVERSIDADE E ESPORTE: QUESTÕES DE RAÇA, CORPO E GÊNERO p. 40

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA p. 45

3. ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA: O BOLSA ATLETA NO RJ p. 64

3.1. O PROGRAMA BOLSA ATLETA DA UFF E DA UFRRJ COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA p. 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 113

REFERÊNCIAS p. 116

ANEXO 1– QUESTIONÁRIO p. 127

ANEXO 2 –TERMO DE CONSENTIMENTO p. 132

## INTRODUÇÃO

O esporte é considerado mundialmente como um bem cultural e como parte dos direitos humanos, sendo necessário pensar mecanismos para a sua democratização. O modelo de desenvolvimento do esporte no Brasil é marcado por programas e ações governamentais centradas no alto rendimento esportivo, dentro destes o “Bolsa Atleta” se destaca. O governo brasileiro mantém desde 2005 a política de patrocínio individual de atletas, possuindo a vantagem dos recursos serem repassados diretamente aos mesmos. Esportistas do alto rendimento que obtêm resultados em competições nacionais e internacionais se beneficiam do programa, que visa garantir dedicação exclusiva aos treinos e competições (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017).

Quando o Brasil foi escolhido como sede dos jogos olímpicos de 2016, em 2011, uma nova legislação foi promulgada (Lei nº 12,395/20112), incluindo uma nova categoria, a “Bolsa Pódio”. Esta revela o caráter meritocrático das políticas públicas voltadas para o esporte no país, uma vez que reforça a valorização do atleta pelo desempenho (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017).

De 2005 a 2016, o programa investiu mais de R\$ 897 milhões no pagamento dos benefícios. Nesse período, o número de atletas contemplados foi multiplicado. Em 2012, além da bolsa, os atletas puderam contar com patrocínios pessoais, amparados pela Lei 12.395/11. Obtiveram a oportunidade de aumentar seus recursos para suas atividades (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017).

Gráfico 01: Investimento do Bolsa Atleta por ano



Disponível em: <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta>

O gráfico acima exhibe o crescente investimento no programa Bolsa Atleta ao longo dos anos. Atualmente, são seis os modelos de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico e Pódio. As Confederações esportivas indicam quais competições serão utilizadas como requisito para a inscrição no programa, sendo então a participação das Confederações essencial no processo. Essa autonomia poderia pressupor a utilização estratégica desse critério, de forma a beneficiar federações, atletas ou modalidades (CAMARGO, 2016).

Alguns estados e municípios foram inspirados a instituir projetos semelhantes, assim como umas universidades públicas do país. As instituições estão inseridas dentro de um contexto histórico e social que determina o que deve ou não ser valorizado. Em meio a diversos enfrentamentos, as universidades públicas elegem prioridades as quais são expressas na definição de sua missão e na elaboração de suas políticas institucionais e das metas a serem alcançadas (RIBEIRO; MARIN, 2012).

A presente pesquisa tem como objeto os programas de bolsa atleta das universidades federais do Rio de Janeiro UFF e UFRRJ, sendo essas as únicas instituições federais de ensino superior do Estado que possuem esse tipo de auxílio. O objetivo é analisar o programa Bolsa Atleta como estratégia de permanência no ensino superior, a fim de problematizar sua capacidade de democratizar a prática esportiva e o direito à educação. Seria possível esse programa motivar o universitário a continuar no curso através da criação de laços e identificações com a comunidade e com o espaço da instituição? Qual o tipo de relação teriam os bolsistas com o esporte? Qual é o perfil socioeconômico desses alunos que recebem o benefício? Qual a incidência de evasão, suas necessidades e demandas? Essas são algumas questões que norteiam o trabalho.

O auxílio oferecido pelas universidades federais do Rio de Janeiro é diferente do programa do governo federal, possuindo formatos e requisitos distintos. Acredita-se que o Bolsa Atleta possa ser uma política universitária que contribui para a democratização do ensino superior. A educação e o esporte são direitos de todos e dever do Estado, as camadas menos favorecidas economicamente não necessitam apenas de gratuidade para estudar, mas de transporte, moradia, alimentação, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa.

Em direção ao desenvolvimento integral, a educação se constitui como crucial. É um instrumento de acesso à cidadania, dignidade e o cumprimento de direitos e deveres. A educação também pode ser considerada como um mecanismo de ascensão social e transformação da realidade, tendo a noção de que pessoas com níveis formais de ensino conseguem empregos com maior segurança e melhor remuneração financeira.

Democratizar o ensino superior significa dar melhores chances de promoção social àqueles que não obtiveram oportunidades, diminuindo desigualdades sociais. O direito à educação não se refere somente à educação escolar. Entende-se aqui a educação como um processo contínuo que perdura por toda a vida. A aprendizagem acontece em diversos âmbitos, também nos espaços de esporte e lazer. Constituindo-se como um Direito Humano que possibilita à pessoa desenvolver-se plenamente, promovendo um olhar acerca da realidade presente, proporcionando a capacidade da criticidade e o enfrentamento de discriminações e preconceitos.

Apesar do grande potencial que a educação pode ter de transformar realidade, não podemos olhar apenas com ingenuidade. Ao longo da história da humanidade, as propostas educacionais mudavam de acordo com a vontade dos detentores do poder. As instituições de ensino contribuem através da sua própria lógica, a assegurar a perpetuação do privilégio. A igualização formal não consegue superar as desvantagens dos alunos oriundos das classes trabalhadoras. As classes sociais estão representadas de forma desigual no ensino superior. As funções da educação divergem consoante as diferentes escolas de pensamento sociológico (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Tais autores demonstram que as desigualdades sociais se manifestam para além do acesso ao ensino superior, mas nas escolhas entre os percursos desse nível de ensino. Tanto a escolha quanto a instituição de ensino seriam socialmente condicionados de acordo com a origem social do indivíduo. Estudantes oriundos de classes sociais privilegiadas cursavam em graduações e instituições de mais prestígio, enquanto os menos privilegiados concentravam-se em instituições e cursos de menor gabarito, apontando para uma restrição de escolha.

Na realidade brasileira não acontece diferente, com o ENEM, através do SISU, os alunos se inscrevem nos cursos e nas universidades que a nota permite. Quanto maior a nota do aluno, maior o leque de possibilidades de escolha. A educação formal pode ser reprodutora da cultura do “opressor”, porém se faz necessária para estar incluído na sociedade. Considerando todas as colocações feitas acima, apontamos a importância da formação para o atleta, que necessita da mesma para se inserir em outra esfera do mercado de trabalho com maior facilidade.

Ressaltamos que o esporte tem o potencial para a formação e educação humana, se configurando como uma via de emancipação. Concebemos que a possibilidade aos bens culturais é parte da formação do sujeito como cidadão e que esporte e lazer na universidade devem emergir como vivências significativas ao desenvolvimento do senso crítico, criatividade e responsabilidade social.

Promover o esporte universitário contribui para o aprimoramento de competências como liderança, espírito de equipe, disciplina, confiança e autocontrole. Semelhante a um jogo, é possível enxergar as mesmas variáveis na vida

profissional: estratégia, trabalho em equipe, alta competitividade, equilíbrio para suportar as pressões e lidar com o stress (PALMA; LUZ INÁCIO, 2009, p.2).

Destacamos a questão do esporte universitário como parte importante para a compreensão do fenômeno de nosso estudo, já que os sujeitos que recebem a “bolsa atleta” universitária são pessoas envolvidas neste contexto social. O Esporte Universitário pode ser definido como o esporte praticado por estudantes de graduação ou pós-graduação, podendo ser obrigatório ou espontâneo, em uma instituição de ensino superior. Sendo uma formação social, um modo de bem estar e aproximação dos seres humanos (COELHO, 1984; HATZIDAKIS, 1993; BARBOSA, 2014).

Qual seria o papel do esporte dentro da universidade? Percebe-se uma maior preocupação com o lado humano do esporte do que com a parte física, apontando também a importância do esporte universitário para a saúde. Na universidade é possível observar a desvalorização do esporte universitário, no sentido da falta de investimentos e estrutura para as atléticas e para os atletas. O esporte é considerado um instrumento educacional capaz de transformar e desenvolver mudanças sociais e pessoais ao promover o desenvolvimento de competências úteis a formação integral dos indivíduos e comunidades, como capacidade de liderança, trabalho em equipe e autonomia (SVENSSON; HANCOCK; HUMS, 2016).

Segundo Corrêa (2019), em países falantes de língua inglesa, principalmente da América do Norte, há uma valorização dos esportes. Eles integram o planejamento acadêmico e a própria identidade das instituições de ensino superior. Salientamos o esporte e o lazer como direitos sociais assentados nos direitos fundamentais da pessoa humana. A constituição de 1988 determina que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Ao configurarem-se como direitos sociais garantidos constitucionalmente demandam a elaboração de políticas públicas consistentes para que se tornem democraticamente acessíveis.

O artigo 217 da Constituição Federal aponta o desporto como direito intrínseco de cada um. Cabe ao Estado fomentar a prática. As entidades desportivas também tem autonomia garantida pela legislação, promovendo o esporte em nível nacional, sem oferecer total independência ou soberania. Os recursos públicos devem ser destinados prioritariamente ao desporto educacional e, em alguns casos específicos, o desporto de alto rendimento.

A Lei 9.615/98 (Lei Pelé) rege e define o esporte no Brasil como: 1) esporte educacional, 2) esporte de participação e 3) esporte de rendimento. As três definições podem ser encontradas nas universidades. O desporto educacional em projetos de extensão e nas aulas de educação física, o desporto e participação através das práticas nos espaços da instituição e também o desporto de

rendimento ao disputarem as competições universitárias. Cabendo ao Ministério do Esporte pensar uma Política Nacional inserindo o esporte universitário (BARBOSA,2014; BELATO 2018).

Inicialmente o esporte universitário era organizado apenas pelos alunos e sem a intervenção do Estado. As primeiras competições interestaduais entre RJ e SP surgem em 1916, enquanto as primeiras Federações Universitárias Estaduais surgem em 1933/1934, sendo todas as pioneiras da região Sudeste do país. Rio de Janeiro e São Paulo realizaram importantes jogos para o esporte universitário, havia escassas atividades que promoviam o esporte nas universidades, porém as mais importantes aconteciam apenas em torno desses dois estados (STAREPRAVO, 2010).

A CBDU é fundada em 1939 e oficializada em 1941 durante o governo Getúlio Vargas por meio da Lei nº 3.199/41, que definiu as diversas formas de prática do esporte no Brasil, e também incentivou o associativismo estudantil por meio do esporte criando as primeiras Associações Atléticas Acadêmicas definindo às AAA's, representantes de curso, como entidades responsáveis pela gestão do esporte nas Universidades, sendo essas a representação básica no esporte universitário brasileiro (STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017).

Durante a ditadura militar, em 1969 a educação física se torna obrigatória no ensino superior, assim como já se encontrava nos demais níveis de ensino. A Educação Física no ensino superior na década de 1970 tinha a função de canalizar as atenções dos estudantes para assuntos mais amenos. O Decreto Lei n.º 80.228 de 25 de agosto de 1977, instituiu que cada universidade tivesse uma atlética central que representasse todos os cursos junto a Federação Estadual.

Ao longo da história é possível observar que as dimensões educativas do esporte se relacionaram com diferentes projetos de educação e de sociedade. Melo (2005), aponta que mesmo que um projeto educativo perpetue e naturalize as relações de mercado, ele não deixa de ser educativo. Com essa consideração, o autor visa um enfrentamento a essa idealização do “termo” educativo. Ao se falar em práticas educativas deve-se ter a criticidade para entender que tipo de projeto educativo está sendo proposto. As vivências culturais de lazer acabam por conservar e também introduzir novas relações sociais na disputa pela hegemonia, influenciando na dinâmica de organização da sociedade.

Em 1998 a Lei Pelé (Lei nº 9615/98) reafirma a CBDU como entidade administrativa do esporte universitário no Brasil. Em 1996, foi realizada uma revisão da LDB e promulgada a Lei 9.394, com as revisões ocorridas de 1996 a 2003, a educação física passou a ser componente curricular obrigatório da educação básica e deixando ainda de ser obrigatória no currículo do ensino superior. O artigo [2º](#), [III](#) da Lei [9.615/98](#), revela um dos princípios norteadores do desporto, garantindo “condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de

discriminação”, há uma exaltação frente à capacidade do esporte em ser um instrumento agregador, contribuindo para inserção social.

Em 2003 houve a criação do Ministério do Esporte e a reorganização da CBDU com a parceria do COB aumentando assim seus recursos, por meio da Lei Agnelo Piva (Lei Nº 10.264/01), (CASTELLANI FILHO, 1998; STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017).

A Lei Agnelo / Piva (Nº 10.264), sancionada em julho de 2001, destaca-se em relação ao financiamento e incentivo ao esporte no Brasil. Destina recursos das loterias federais para o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). Estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados, desse total 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB. Do montante destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro, 10% devem ser investidos no esporte escolar e 5%, no esporte universitário (PORTAL PATROCÍNIO ESPORTIVO).

Ao ser responsável por reger o esporte universitário brasileiro, a CBDU tem como objetivo planejar e organizar em todo o país a prática do desporto e do paradesporto universitário, junto aos poderes públicos em caráter geral. Tem como incumbência desenvolver o desporto universitário em todas as Instituições de Ensino Superior com alunos desportistas, coordenar e gerir o sistema do desporto universitário por meio das federações universitárias. A CBDU intercede nas aquisições de bolsas de estudo para atletas e apoia as federações universitárias, por meio da disponibilização de bens (TCU, 2015).

A CBDU trabalha em parceria com as 27 Federações Universitárias Estaduais e constrói o calendário anual de competições. Cada estado brasileiro possui sua própria federação, tendo os presidentes das mesmas o direito a voto para escolher o presidente da CBDU. A FUE é responsável pelo planejamento e execução de torneios universitários a nível estadual, bem como selecionar quais IES representarão o estado nos Jogos Universitários Brasileiros (JUB's).

As Associações Atlético Acadêmicas são entidades organizadas por alunos de graduação com a finalidade de promover o esporte universitário, a partir de treinos e competições, podendo ser representante de um ou mais cursos. Muitas vezes os estudantes organizadores possuem pouca ou nenhuma experiência prática, pouca idade e às vezes até mesmo sem nenhuma experiência profissional (OLIVEIRA, 2016). Destacam-se dentro das IES, pois acabam se tornando responsáveis pelos projetos esportivos das instituições, evidenciando a falta de incentivo ao esporte por parte da administração da IES. Enfatiza-se a profissionalização da gestão do esporte universitário como estratégia de melhoria das condições de estrutura para os alunos (BARBOSA, 2017).

## CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A PESQUISA

Todo trabalho carrega um pouco de seu autor, os temas surgem através de diversos atravessamentos, tocando de forma indireta ou direta o escritor. Enfatiza-se a proximidade com o tema, entendendo a importância da transformação do exótico em familiar e a do familiar em exótico (DAMATTA 1987). Faz-se necessário que o cientista se interrogue enquanto membro de um determinado grupo, sobre suas ações e seus significados.

... quando a disciplina se volta para a nossa própria sociedade, num movimento semelhante a um auto-exorcismo, pois já não se trata de depositar no selvagem melanésio o mundo de práticas primitivas que se deseja objetivar e inventariar, mas descobri-las em nós, nas nossas instituições, na nossa prática política e religiosa. Problema é, então, o de tirar a capa de membro de um grupo social específico para poder - como etnólogo - estranhar alguma regra social ou familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os "porquês") o exótico que está petrificado dentro de nós pela retificação e pelos mecanismos da legitimação (DAMATTA, 1981, p. 157 e 158).

A presente dissertação se entrelaça de certa forma com meu percurso de vida, apresentam-se fatos que produziram sentido para a construção desta pesquisa. Bourdieu enfatiza que as decisões consideradas livres pelo senso comum, não são. As escolhas de um sujeito estão relacionadas a todo um sistema, não pertencendo ao sujeito que as pratica, mas a todo o complexo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam (BOURDIEU, 1984).

O estudo da trajetória esportiva de uma pessoa que compete em alto rendimento tem características diferenciadas pelo perfil do atleta, pela modalidade esportiva e pelo ambiente socioeconômico em que estes estão inseridos (SAMULSKI E MARQUES, 2009). Destaca-se que cada modalidade possui suas peculiaridades, tendo como praticantes determinado perfil socioeconômico, havendo necessidades distintas de treinamento e estrutura, o que influencia diretamente na vida do esportista.

Em 2012, quando cursava o segundo ano do ensino médio, comecei a prática de triathlon. Também era atleta de natação do Fluminense Football Club, neste mesmo ano saí do ensino médio do CEFET permanecendo apenas no ensino técnico. Treinava no período da tarde no Parque Aquático Maria Lenk. Havia Dobras de madrugada e me equilibrava entre treinos de ciclismo às 4 horas da manhã na APCC (área de proteção ao ciclista competitivo) e as dobras dos treinos de natação no Maria Lenk.

Frequentava às aulas no período da manhã após os treinos de madrugada, dormíamos em boa parte delas, mas as notas ficavam dentro da média. Alguns dias na semana frequentava o curso técnico no CEFET. A vida era um malabarismo entre aulas, provas, treinos e competições, cada um em um bairro diferente da cidade do Rio de Janeiro. Mello, Soares E Rocha, 2014 ressaltam ainda



que a maioria dos atletas frequenta a escola após uma carga intensa de esforço corporal e que isso influencia no grau de concentração na sala de aula.

Em 2013 recebi o Bolsa Atleta do governo, devido aos bons resultados obtidos nas competições nacionais de triathlon em 2012. O dinheiro do ano todo foi depositado de uma só vez em minha conta da Caixa. Foi algo que me auxiliou bastante a pagar viagens, suplementação, médicos e demais custos com esporte.

Em 2014 iniciei o curso de Licenciatura em Educação Física na UFRJ, neste mesmo ano participei do Campeonato Mundial Universitário de Triathlon, que aconteceu em Brasília. Todas as despesas com a viagem, passagem, hospedagem e alimentação foram pagas pela CBDU, Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Apesar de se tratar de um campeonato de nível mundial, era possível observar certo amadorismo e também o esvaziamento da competição, tanto de público quanto midiático. Neste sentido,

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 as pessoas estavam envolvidas como esporte universitário por conta do amadorismo, isto é, em função do “gosto” pelo esporte, na década de 1990 as pessoas se envolviam com o esporte universitário por conta do lucro financeiro decorrente do trabalho exercido. Como a estrutura do esporte universitário ainda não estava preparada para esse novo momento, as pessoas acabaram afastando-se (STAREPRAVO, 2010, p. 10).

A década de 90 marcou uma transição, onde o esporte universitário passou a abandonar o amadorismo e tomar uma forma mais “profissional”, voltada para o alto rendimento. A estrutura das competições não acompanhou as mudanças, causando um esvaziamento das mesmas (STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2014). A gestão do esporte universitário é um campo de potencial, que poderia contribuir para a mudança deste panorama, mas que ainda não encontrou uma boa maneira de atuação (MAZZEI; BASTOS, 2012).

Ao longo da graduação participei de diversas competições universitárias, estaduais e nacionais, mas com o passar do tempo foi ficando difícil manter um esporte de alto rendimento com as obrigações acadêmicas. O Rio de Janeiro é uma cidade com muito trânsito, gastava muito tempo para me locomover pela cidade, para ir da faculdade ao clube e do clube para casa. A UFRJ não possuía boa estrutura para a prática de triathlon, a piscina vivia ocupada e os horários disponíveis de uso não combinavam com os meus, a falta de segurança, iluminação e banheiros, para a utilizar a pista de corrida também não colaborava.

Ephifanio (2002) traz alguns aspectos específicos vivenciados por atletas de alto rendimento e sua performance, um desses conflitos é o de prioridades. É importante entender que o aluno atleta do ensino superior pode sofrer com essa questão de conflitos de prioridades e interesse, pois o

esporte espetáculo é um trabalho e como tal, exige muita dedicação assim como a graduação. É interessante saber como que esses indivíduos lidam com essas questões e conflitos.

Uma interessante pesquisa realizada junto aos atletas da Universidade de Brasília que participaram de competições oficiais da CBDU em 2017 destaca que os estudantes apresentavam bons Índice de Rendimento Acadêmico, mostrando o seu bom nível de desempenho na graduação. As críticas apresentadas na pesquisa se referiam a falta de estrutura física, material e também a dificuldade de manter um treinador nas equipes (COSTA, ROCHA, CADAVID, 2018).

Alguns universitários conseguem superar barreiras, enquanto outros não. Nesse estudo buscamos entender que dificuldades seriam e como poderíamos solucioná-las. Entendemos que não apenas o ingresso no ensino superior garante o sucesso educacional (TEIXEIRA et al, 2008).

Existe um processo que é plurifatorial ao apontar a decisão de permanência no curso. Envolvem questões pessoais, contextuais e acadêmicas. A bolsa atleta possui dois aspectos, o auxílio financeiro vinculado a prática esportiva. A hipótese é que o esporte por si só poderia ser um atrativo e um fator a contribuir para a permanência do estudante na universidade, por envolver o bem estar físico e emocional ao ser uma atividade de lazer.

Segundo Andrade e Teixeira, 2017, os estudos sobre permanência/evasão promoveram avanços na área, porém alguns autores como Lobo e Silva Filho (2007), apontam que tais pesquisas acabam por não esquadriñar os aspectos psicossociais e estruturais, voltando-se para a quantificação do objeto de análise. As políticas públicas direcionam-se ao desempenho acadêmico, por ser um indicador mais palpável sobre a retenção no ensino superior.

Um dos questionamentos que aparece sobre esses esportistas bolsistas também é, quando eles concluem o ensino superior, quanto tempo eles demoram a concluir.

Podemos caracterizar a retenção como quando o aluno se mantém matriculado por um período maior que o planejado pelo currículo do curso, gerando gastos públicos quando tratamos de instituições federais. O baixo desempenho pode relacionar-se à evasão e impactar outros fatores, comprometendo a formação do estudante (ANDRADE, TEIXEIRA, 2017).

Durante a graduação tive experiências que agregaram muito positivamente em minha vida. No ano de 2016 fui membro do LEPIDEFE- Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão da diversidade na educação física escolar, vinculado à escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Particpei do Projeto Brincante – Projeto de pesquisa e extensão da EEFD-UFRJ, desenvolvido no hospital de pediatria do Fundão – IPPMG-UFRJ – em parceria com o Instituto de Psicologia-UFRJ.

Fui bolsista no Laboratório de Pesquisa em Movimentos Sociais, desigualdades e Diversidade de Corpo, Raça e Gênero (Ladecorgen) da Faculdade de Educação da Universidade

Federal do Rio de Janeiro. No LADECORGEN tive contato com diversos pesquisadores da educação e foi onde pude ter a aproximação inicial com o tema da presente dissertação, ao fazer uma pesquisa exploratória bolsa atleta da UFRRJ como estratégia de permanência no ensino superior. Essa investigação junto a toda trajetória como atleta e licencianda, foi o que me motivou a buscar o mestrado e a querer adentrar de forma mais profunda no conteúdo.

Todo o processo para a construção de uma dissertação não é tão simples, acredito que é impossível sair ileso. Você passa por um movimento de crescimento. Me sentia desafiada e exausta o tempo inteiro. Buscar todo o referencial teórico, ir as universidades, falar com pessoas, buscar informações e entrar num universo totalmente desconhecido, é algo que te transforma. Ao visitar a UFF e a UFRRJ, pude entender um pouco daquele ambiente e conviver com aqueles discentes. O deslocamento entre cidades, o desgaste físico de passar muito tempo no ônibus, o bandeirão, o alojamento, são momentos que fazem parte da rotina dos estudantes e que eu também pude vivenciar.

Acredita-se que pensar diferentes estratégias de permanência possa ser a premissa para a criação de mecanismos para diminuir a desigualdade social através da garantia do direito à educação. O Estado brasileiro é marcado por desigualdades sociais apresentando limites na efetivação dos direitos sociais e na capilaridade das políticas, com destaque para as políticas educacionais (DOURADO, 2013).

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Percebemos a inexistência da neutralidade nas escolhas metodológicas, por conseguinte frisamos a importância da descrição da metodologia escolhida no diálogo com os objetivos do estudo. Durante a composição de um projeto científico, permanece uma perspectiva ideológica que se elenca as escolhas do investigador, que tem como panoramas sua posição social e o pensamento de um momento histórico concreto. Ao estipular fundamentos teóricos, o objeto de estudo, os métodos, escolhas são feitas e mesmo em última instância, são ideológicas. É uma característica intrínseca ao conhecimento científico ser histórico e socialmente condicionado (MINAYO, 2001).

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes que a sociedade impõe. Usada frequentemente no campo educacional, constitui-se como valioso instrumento metodológico, viabilizando que transitamos em diferentes grupos e instituições, os quais apresentam múltiplas crenças, ideologias, relações, valores e lutas por disputas de poder, (MINAYO, 2001).

Sucessivamente, julgamos pertinente a eleição do caráter qualitativo nesta composição. Admitimos o panorama de uma fala com os diversos sujeitos que o compõem, seus argumentos, as circunstâncias e as práticas que emergem de universos potencialmente complexos, inerentes ao ambiente que integram. Assim como Belat (2018), admitimos a seu caráter qualitativo a dimensão social, identificando o presente estudo como uma pesquisa de caráter social qualitativa.

Salientamos que o uso da expressão “pesquisa qualitativa” não significa reforçar a oposição entre qualitativo e quantitativo, mas dar ênfase ao qualitativo, não excluindo o quantitativo. “A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza” (MINAYO 2001, p. 22). Apontamos os dados qualitativos e quantitativos como complementares.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa social qualitativa dedica-se a desnudar os processos intrínsecos a um determinado aspecto da realidade social. Nesse sentido, recordamos que o objeto da realidade a ser analisado é o Programa Bolsa Atleta nas universidades do Rio de Janeiro, mais especificamente o Programa Bolsa Atleta da UFF e da UFRRJ.

Além das características acima, também reconhecemos neste estudo sua perspectiva descritiva, tendo em vista que dentre os objetivos também buscamos estudar as características do grupo, levantar as opiniões, atitudes e crenças desta população, visando também descobrir a existência de associações entre variáveis (GIL 2008).

Na dimensão técnico-instrumental, constituindo a primeira etapa da investigação, realizamos uma pesquisa exploratória com a finalidade de esclarecer e delimitar o campo a ser estudado. Primeiramente fizemos uma revisão de literatura, como disposto nos capítulos 1 e 2 deste trabalho.

Posteriormente houve visitas às sedes da UFF e da UFRRJ (O que nos possibilitou conhecer a infraestrutura desses locais), conversas com estudantes das instituições, buscas de informes em páginas oficiais da UFF e da UFRRJ, visualização de páginas no facebook e instagram de atléticas universitárias das respectivas universidades, participação de grupos universitários no facebook, bem como observação simples, de duas competições universitárias. O conceito de observação simples que utilizamos é o mesmo de Gil, (2008, p. 101): “Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”.

Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa documental. Quanto aos documentos coletados, podemos caracterizá-los tanto como fontes de primeira e segunda mão, uma vez que teremos documentos com e sem um tratamento analítico prévio, quais sejam: a) Estatuto da Universidade da Universidade Federal Fluminense; b) Estatuto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; c) Catálogo institucional UFF; d) Catálogo institucional UFRRJ; e) Editais do Programa Bolsa Atleta UFF; f) Editais do Programa Bolsa Atleta UFRRJ. Outro instrumento de

coleta de dados utilizado foi o questionário auto aplicado, criado especificamente para esta pesquisa, que foi disponibilizado tanto em plataforma online pelo Google Docs, quanto presencialmente, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, em ambos enfatizamos seu caráter anônimo. Sendo composto de 25 questões, com característica mista, estruturado com perguntas fechadas, abertas e dependentes (vide em anexo). Segundo Gil, (2008), pode-se definir questionário auto aplicado como o conjunto de questões propostas por escrito, submetidas a pessoas com o objetivo de obter informações.

Utilizamos como estratégia uma amostragem não probabilística intencional pois propicia que os elementos sejam selecionados conforme critérios que derivem do problema da pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise (OLIVEIRA, 1997). Os critérios de inclusão da amostra foram alunos praticantes de esporte universitário que estão com matrícula ativa na UFF e na UFRRJ.

Para a interpretação e leitura dos dados qualitativos de forma objetiva e sistêmica, adotamos o método de Análise de Conteúdo. Segundo Bauer e Gaskel (2002), a análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências sobre seu contexto, não devendo se limitar a análises estatísticas. Existem dois tipos de textos que podem ser analisados por este método: o texto produzido na pesquisa (entrevista e questionário) ou textos produzidos para outras finalidades.

De modo a complementar a discussão acerca do tema, nos utilizamos do referencial teórico de Belato (2018) e também adotamos o método de análise de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009). Se estrutura a partir de três aspectos: Configuração e abrangência dos direitos; Configuração do Financiamento e Gasto; e Gestão e Controle social.

Nesta proposta, o primeiro aspecto se divide em quatro indicadores, a saber: Natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; Abrangência; Critérios de acesso e permanência; e, Formas e mecanismo de articulação com outras Políticas Sociais.

O segundo aspecto contempla os seguintes indicadores: Fontes do financiamento; Direção dos gastos; e, Magnitude dos gastos. E, por fim, o terceiro é composto por: Relação entre as Esferas Governamentais; Relação entre Estado e Organizações Não Governamentais; e, Participação e Controle Social.

A referida autora reforça a importância da adaptabilidade de seu modelo para as especificidades de cada objeto de pesquisa. No caso deste estudo, utilizamos os indicadores do primeiro aspecto: Configuração e abrangência dos direitos e benefícios.

Face ao exposto, organizamos este trabalho em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, após a introdução, abordamos a trajetória histórica e política do esporte universitário brasileiro a partir de uma revisão de literatura. Em relação a

construção desta revisão, processou-se uma investigação de artigos, monografias, dissertações e teses nas bases de dados: SCIELO, CAPES, IBECs, BDTD e GOOGLE ACADÊMICO.

No segundo capítulo, exploramos as políticas públicas no ensino superior e seus processos de permanência, afim de discutir tais políticas que foram implementadas nas universidades brasileiras. Buscamos expor os dilemas concernentes à assistência estudantil na educação superior. No terceiro capítulo, trazemos resultados das fases da pesquisa. Tratamos do contexto em que a UFF e a UFRRJ estão inseridas no cenário esportivo universitário do Rio de Janeiro, bem como nos voltamos para os estudos de caso envolvendo as universidades UFF e UFRRJ.

## 1. O ESPORTE UNIVERSITÁRIO NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Entende-se que para cumprir com os objetivos desta pesquisa é importante debater aspectos das políticas de esporte e lazer nas universidades públicas brasileiras, o contexto em que se encontra o aluno atleta no panorama geral do esporte universitário no país e levantar dados de como o esporte universitário tem sido pesquisado no Brasil. Compreende-se que as pesquisas sintetizam a produção acerca do tema, pretendendo levantar algumas nuances que o cercam. A revisão da literatura nos possibilita analisar como outros investigadores formularam as suas perguntas de investigação num campo de interesse tão alargado e a leitura nos permite observar diferentes desenhos metodológicos, auxiliando também a entender qual melhor se enquadra para o alcance do objetivo.

Para o desenvolvimento desta revisão realizou-se uma busca de trabalhos científicos nas bases de dados SCIELO, CAPES, IBECs, BDTD, e GOOGLE ACADÊMICO utilizando os seguintes descritores e palavras-chave na língua portuguesa: "esporte universitário", "jogos universitários", "aluno atleta", "esporte e ensino superior". Incluímos apenas os que retratavam o esporte nas universidades brasileiras, excluindo os que retratavam outros países. Não fixamos um recorte temporal, tendo em vista que alguns pesquisadores relataram que não havia muitos estudos sobre a área, então o objetivo foi justamente analisar todo material disponível referente ao tema nas bases de dados. O assunto não é pesquisado de forma muito abrangente no país, portanto buscamos conhecer as áreas em expansão e lacunas existentes. Esse levantamento demarca o lugar de nossa pesquisa, além de contribuir com a bibliografia de futuros pesquisadores.

Ao final das buscas nos portais foram encontradas 26 artigos, 6 monografias, 18 dissertações e 3 teses. As pesquisas estão identificadas nas listas abaixo:

Quadro 1: Lista de Artigos sobre esporte universitário brasileiro

<b>ARTIGOS</b>			
Ano	Título	Área de Conhecimento	Autor
2005	O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público.	Educação Física	STAREPRAVO, Fernando Augusto.
2006	Perfil da aptidão física de praticantes de judô do centro universitário do leste de minas gerais–UnilesteMG.	Educação Física	PREUX, C. G. S.; GUERRA, Tasso Coimbra.
2007	Motivos de prática de esportes coletivos universitários em Santa Catarina	Educação Física	BARROSO, M. et al
2007	Cinemática do nado crawl, características antropométricas e	Educação Física	FRANKEN, Marcos; CARPES,

	flexibilidade de nadadores universitários Sul		Felipe Pivetta; CASTRO, F. A. S.
2008	Nível de atividade física como estimador da aptidão física de estudantes universitários: explorando a adoção de questionário através de modelagem linear Sudeste	Educação Física	CONTE, Marcelo et al.
2008	Preconceito de gênero em mulheres praticantes do esporte universitário	Educação	HILLEBRAND, M. Di; GROSSI P. K; MORAES, J. F,
2009	Motivos, interesses e atitudes para a prática físico-desportiva dos universitários de educação física.	Educação Física	DESCHAMPS, Silvia Regina et al.
2009	O consumo de álcool e o esporte: uma visão geral em atletas universitários.-	Educação Física	DOS SANTOS, Marinella Burgos Pimentel; TINUCCI, Taís.
2009	Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste-Brasil	Educação Física	FONTES, Ana Cláudia Dias; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo.
2009	Políticas de Lazer Nas Instituições de Ensino Superior: Uma Discussão a partir da Práxis sul	Educação Física	MARIN, Elizara Carolina, et al.
2009	PERFIL DOS GESTORES DO ESPORTE UNIVERSITÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.	Administração/	PALMA, Deborah; DA LUZ INÁCIO, Sandra
2010	Educação Física, Esporte e Cultura no Ensino Superior: íntimas relações com o Brasil e a atualidade.	Educação Física	CALIL, André et al
2010	O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. Esporte e Sociedade	Educação Física	STAREPRAVO, F. A., REIS L. J. A., MEZZADRI F. M., MARCHI W.
2010	O negro e o esporte universitário: o aluno/atleta como uma estratégia de permanência na universidade pública e privada.	Educação	VIEIRA, José Jairo.
2011	A prática de atividade física na cidade universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).	Educação Física	OLIVEIRA, Caroline Silva de et al.



2012	Atividades físicas praticadas no lazer por universitários de uma instituição pública do Nordeste do Brasil.	Educação Física	DE SOUZA, Thiago Ferreira.
2012	Inatividade física em universitários brasileiros: uma revisão sistemática.	Educação Física	DE SOUSA, Thiago Ferreira.
2012	Insatisfação com a imagem corporal e relação com o nível de atividade física e estado nutricional em universitários	Educação Física	FERRARI, Elisa Pinheiro et al
2012	Análise dos parâmetros de qualidade e estilo de vida de universitários.	Educação Física	MARTINS, Guilherme Henrique et al
2012	Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer.	Educação Física	RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina.
2013	Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura	Educação Física	CARDOSO, Fernando Luiz; MARINHO, Alcyane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis.
2013	Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias.	Educação Física	MANDARINO, João et al.
2013	A participação de mulheres no esporte universitário: um campo em disputa.	Educação Física	ZEFERINO, Jaqueline Cardoso; BARLETTO, Marisa; DO CARMO SALLES, José Geraldo
2014	O “rugby” em cadeira de rodas no âmbito da universidade: relato de experiência da Universidade Estadual de Campinas.	Educação Física	DE SOUZA PENA, Luís Gustavo et al
2016	Representações de ansiedade e medo de atletas universitários.	Psicologia	LEITE, Cláudia Dias et al.
2019	Análise do programa bolsa atleta universitária na universidade de Brasília de 2011 a 2015.	Educação Física	BELATO; CARNEIRO; DE ATHAYDE

Fonte: Elaboração própria

Os artigos encontrados vão de 2005 a 2019, as áreas de conhecimento que produzem sobre o tema que foram encontradas são: Educação física, psicologia e administração. Sendo a educação física quem mais produziu artigos sobre a temática.

Quadro 2: Lista de Monografias sobre esporte universitário brasileiro

<b>MONOGRAFIAS</b>					
Ano	Título	Área de Conhecimento	Autor	Instituição	UF
1993	Perfil da atividade esportiva principal de atletas universitários participantes de competições esportivas universitária oficiais	Educação Física	HATZIDAKIS, Georgios	UNIFEC	SP
2003	AS MANIFESTAÇÕES DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO PARANAENSE NO PERÍODO DE 1975-1993	Administração esportiva	ALBUQUERQUE, Luís Orlando Borges	Universidade do esporte	PR
2011	Motivos para prática competitiva de esportes coletivos femininos na Universidade Federal de Santa Catarina	Educação Física	MACCARI, Bruna Matos	Universidade Federal de Santa Catarina	SC
2012	El deporte universitario en el ambito de la UFRGS	Educação Física	AVILA, David Olivas	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
2016	GESTÃO ORGANIZACIONAL NAS ATLÉTICAS: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF	Administração	OLIVEIRA, GC.	Universidade De Brasília	DF
2018	ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA UFU: Análise dos fatores motivacionais dos atletas das equipes de Futebol da Universidade Federal de Uberlândia	Educação Física	GARCIA, L.A.	Universidade Federal de Uberlândia	MG

Fonte: Elaboração Própria

As monografias encontradas vão de 1993 a 2018, as áreas de conhecimento que produzem sobre o tema que foram encontradas são: Educação física e administração. Sendo a educação física quem mais produziu monografias sobre a temática.

Quadro 3: Lista de dissertações sobre esporte universitário brasileiro

<b>DISSERTAÇÕES</b>					
Ano	Título	Área de Conhecimento	Autor	Instituição	UF
2006	O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público.	Educação Física	STAREPRAVO, Fernando Augusto.	Universidade Federal do Paraná	PR
2009	A monitoração de equipes baseada na gestão de desempenho suportada por sistemas de informação: um estudo com a equipe de basquete universitário da UNICAP	Administração	DAS CHAGAS ALMEIDA LIMA, Douglas.	Universidade Federal de Pernambuco	PE
2009	Fatores motivacionais associados à prática de exercícios físicos em universitários.	Educação Física	LEGNANI, R. F. S.	Universidade Estadual de Londrina,	PR
2009	Jogos mundiais universitários de 1963: Repercussões no associativismo esportivo da cidade de Porto Alegre/RS	Educação Física	SANTIAGO, Dina Pettenuzzo.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS
2010	OS CAMINHOS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NO ESPORTE UNIVERSITÁRIO VIÇOSENSE NA DÉCADA DE 1970	Educação Física	ZEFERINO, JAQUELINE CARDOSO.	Universidade Federal de Viçosa.	MG
2012	Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão.	Educação Física	RIBEIRO, Gabriela Machado	Universidade Federal de Pelotas	RS
2013	Propriocepção e respostas musculares do tornozelo de atletas universitários de futebol.	Tecnologias e Desenvolvimento Humano	ALMEIDA NETO, Antônio Francisco de.	Universidade Estadual Paulista	SP

2014	Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados	Tecnologias e Desenvolvimento Humano	BARBOSA, Cláudio	Universidade Estadual Paulista	SP
2015	Prática esportiva nas áreas comuns do campus USP da capital: conflitos e diagnóstico.	Educação Física	BENETTI, Marino Pereira.	Universidade de São Paulo	SP
2016	A prática esportiva dos estudantes de graduação do UniCEUB: formação e repercussões.	Psicologia	VELOSO, Daniel Vasconcelos	UniCEUB	DF
2017	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Educação Física	GONÇALVES, VICTOR LANA	Universidade Federal de Viçosa	MG
2017	Percepções do trabalho de psicologia do esporte em uma equipe feminina de handebol de um curso de medicina.	Psicologia	RAMI, Flávia de Oliveira Rocha	PUC - São Paulo	SP
2017	Prática de atividade física e esportiva em estudantes universitários: realização, estágios de mudança de comportamento e barreiras. Um estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo.	Psicologia	PINTO, SCHEILLA VILELLA.	Universidade Federal do Espírito Santo	ES
2017	Os efeitos do sexting no contexto esportivo universitário: uma tentativa de traçar o perfil dos envolvidos.	Desenvolvimento Humano e Tecnologias	MORÃO, Kauan Galvão.	Universidade Estadual Paulista	SP
2018	O desenvolvimento do esporte enquanto política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora.	Educação	DILLY, Rosana Oliveira et al	Univerisidade Federal de Juiz de Fora	MG
2018	Efeitos da preparação física sobre a performance global de atletas amadores de basquetebol universitário.	Educação Física	ARAÚJO, Thiago Machado de	Universidade Federal de Sergipe	SE

2018	Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília–UnB (2009-2016).	Educação Física	BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva.	Universidade de Brasília	DF
2019	Treinadores de basquete feminino universitário: do processo de formação profissional aos métodos de ensino-aprendizagem adotados nos treinamentos.	Educação Física	ARIOSI, Letícia Missura.	Universidade de São Paulo.	SP

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 4: Lista de Teses sobre esporte universitário brasileiro

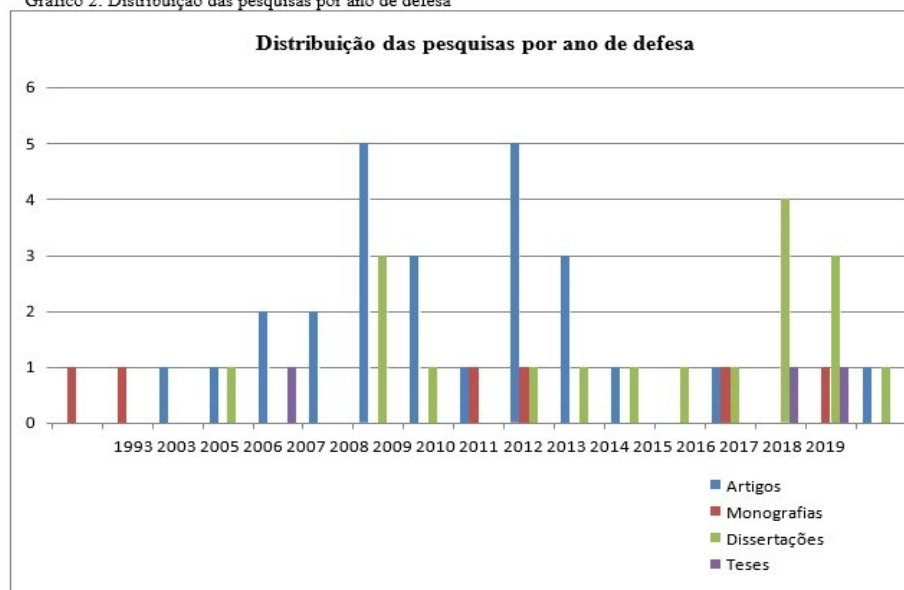
TESES					
Ano	Título	Área de Conhecimento	Autor	Instituição	UF
2007	Dando voz às mulheres participantes do esporte universitário: contradições e desafios para a prática esportiva.	Serviço Social	HILLEBRAND, Marinez Domeneghini	PUC - Rio Grande do Sul	RS
2017	A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso	Tecnologias e Desenvolvimento Humano	BARBOSA, Cláudio Gomes	Universidade Estadual Paulista	SP
2018.	Análise da ansiedade pré-competitiva de atletas universitários sob a ótica da Teoria Bioecológica.	Tecnologias e Desenvolvimento Humano	RIBEIRO, Luciana Botelho	Universidade Estadual Paulista	SP

Fonte: Elaboração Própria

### 1.1-UM OLHAR PRELIMINAR SOBRE OS DADOS

A partir dos trabalhos encontrados, seguimos com a análise dos dados e distribuimos as produções por ano de defesa, universidade a qual se vinculam, região em que se localizam, área de conhecimento e tema investigado. Essa produção ficou distribuída da seguinte forma:

Gráfico 2: Distribuição das pesquisas por ano de defesa



Elaboração Própria

Encontramos pesquisas de 1993 a 2019, nos atentamos para a curiosa lacuna entre os anos de 1993-2003, basicamente dez anos de produção acadêmica não encontrada nos bancos de dados. A partir de 2005 houve um acréscimo no número de dissertações e teses sobre esporte universitário ao longo dos anos, o que ilustra um aumento no interesse pelo tema.

Destacamos 2009 e 2012 com o maior número de artigos publicados sobre o conteúdo, a contar de 2013 a produção de artigos cai e depois de 2016 encontramos um artigo apenas depois de três anos, em 2019. Também há brechas entre os anos de publicação das teses vistas, um lapso temporal de dez anos, 2007-2017, outro fato curioso. Assinalamos que o número de dissertações e teses cresce em 2017 e 2018.

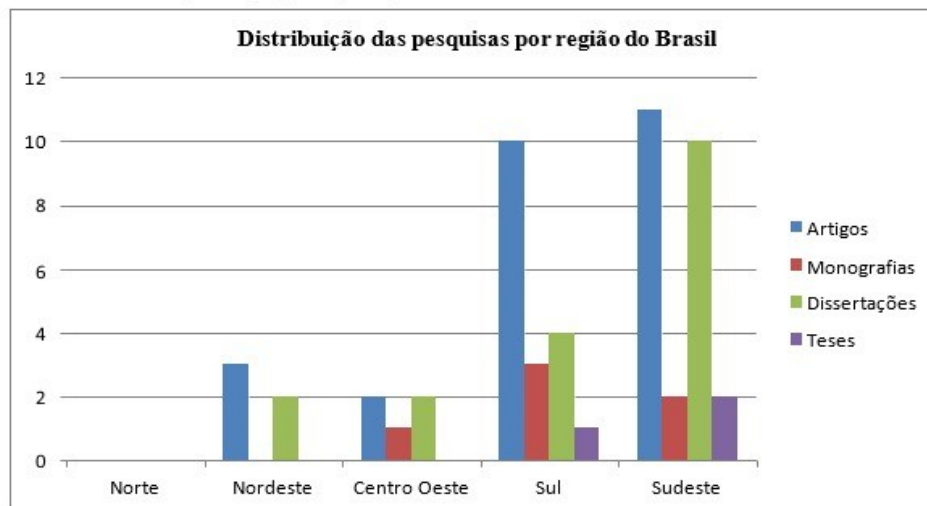
## DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR REGIÃO

Estudos sobre a produção científica brasileira apontam disparidades entre diferentes as regiões do país, considera-se que esse tipo de discrepância possa ser maléfico para o desenvolvimento das mesmas e arrisca-se a dificultar a resolução de possíveis problemas locais. Acentuamos que o Brasil é um país que apresenta em seu território grandes disparidades socioeconômicas, privilégios naturais e investimentos políticos promovidos em alguns estados. Marcamos o estado de São Paulo como exemplo, pois o mesmo garante a aplicação de 1% do produto interno bruto (PIB) estadual em pesquisa, ou seja, possui um financiamento de pesquisa maior do que outros estados brasileiros (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO

DE SÃO PAULO, 2011). O Sudeste ainda conta com vantagem histórica, considerando que a pós graduação brasileira teve início na região. (CASTRO, 1986).

Abaixo estão os gráficos explicitando as regiões onde se concentraram as pesquisas.

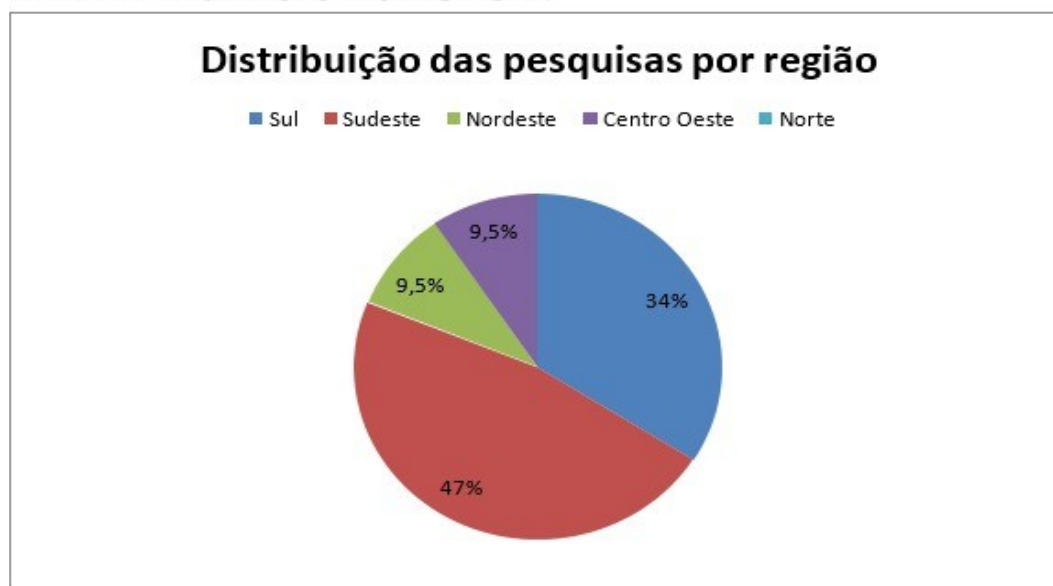
Gráfico 3: Distribuição das pesquisas por região do Brasil



Elaboração Própria

O gráfico em colunas distribui o quantitativo dos artigos, monografias, dissertações e teses por Regiões do Brasil, dando uma visão mais detalhada da distribuição da produção acadêmica acerca da temática no país. Para uma melhor visualização do quadro geral da produção acadêmica no país, também exibimos o gráfico em pizza com o percentual do total de produções distribuído por região.

Gráfico 4: Distribuição das pesquisas por região (pizza)



Elaboração Própria

Deduzimos que podem ser inúmeros os motivos que contribuem ou não para a realização de uma pesquisa sobre determinado tema, entre eles estão: os grupos de pesquisa presentes nas universidades dessas regiões, prioridade, interesse pelo tema e financiamento. Observamos que as regiões Sudeste, com 47% das pesquisas, e Sul, com 34%, concentram 81% das pesquisas sobre esporte universitário do país.

Evidenciamos que a região Sul possui uma produção de artigos que se equipara ao Sudeste, porém o Sudeste possui um quantitativo maior de dissertações e teses sobre o tema. Não encontramos nenhuma produção, artigo, monografia, dissertação ou tese, vinculada a nenhuma universidade da região Norte. Aponta-se que as dificuldades econômicas e o desequilíbrio entre os estados junto a morosa institucionalização do ensino superior no Brasil induziram o país a um crescimento desorganizado da ciência nacional (GLÄNZEL; LETA; THIJS, 2006).

Destacamos um levantamento da produção científica brasileira entre 2014-2018 que foi encomendado pela Universidade de São Paulo (USP), realizado pela Clarivate Analytics a partir da base de dados Web of Science.

O ranking aponta que das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil, 43 são universidades públicas, sendo 36 federais e sete estaduais. Desse universo, três universidades paulistas lideram a lista: USP, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as três universidades produzem mais de 38% da ciência brasileira. Salientamos que a Unesp (Universidade Estadual de São Paulo) possui três dissertações e duas teses sobre o tema.

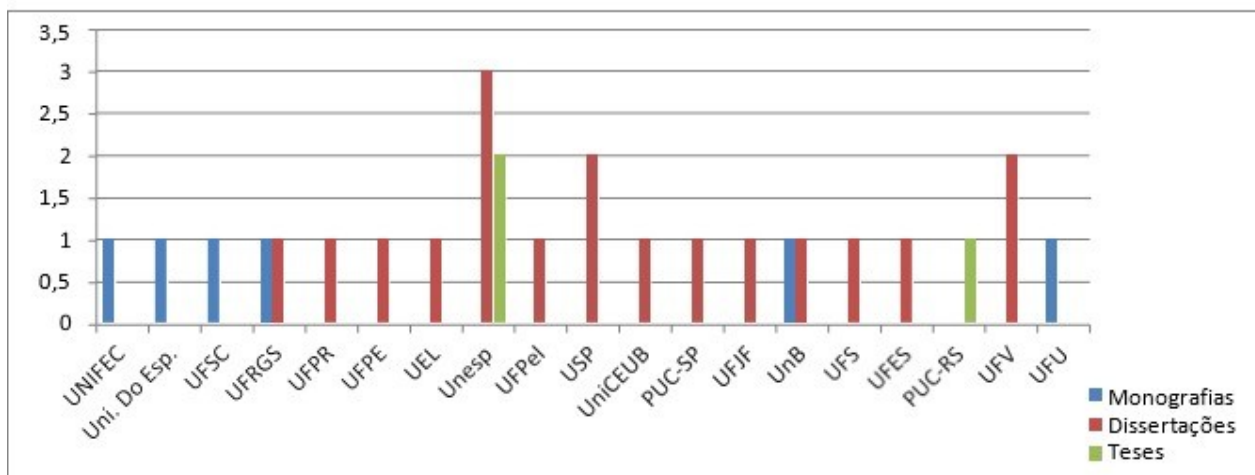
As dez primeiras universidades do ranking são da região Sul e Sudeste (Clarivate Analytics, 2018). São dados importantes de serem grifados, vide o momento sócio-político do Brasil, há uma aceleração crescente do processo de privatização do ensino superior e um progressivo descompromisso do Estado.

Com relação às universidades onde as pesquisas foram produzidas, preferimos priorizar apenas as instituições das Monografias, Dissertações e Teses, tendo em vista a dificuldade de determinar as IES onde os artigos foram produzidos.

No gráfico abaixo estão distribuídas as monografias, dissertações e teses por 19 instituições de ensino superior.



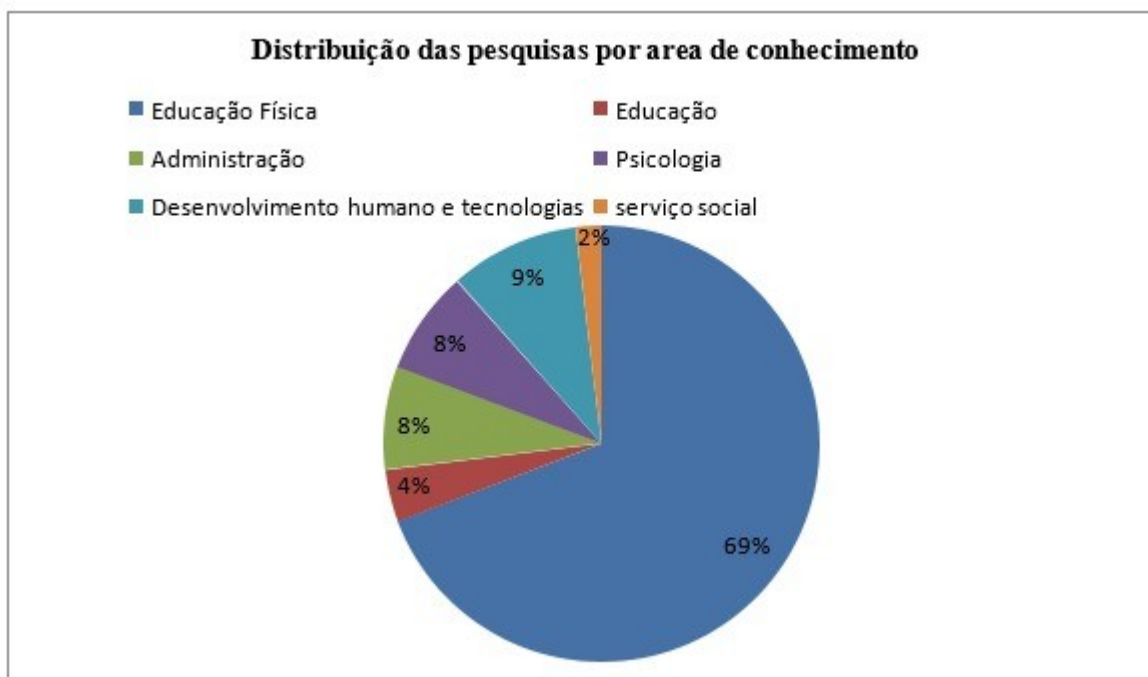
Gráfico 5: Distribuição das pesquisas por instituições de ensino



Elaboração Própria

Observamos que com exceção da Unesp, USP e UFV, a média é de um trabalho por instituição. Apesar da maioria das instituições se localizarem em regiões próximas, o quantitativo demonstra que o tema está distribuído e não concentrado em apenas uma universidade.

Gráfico 6: Distribuição das pesquisas por área de conhecimento



Elaboração Própria

Nesse contexto, pode-se intuir que "o desporto universitário enquanto fenômeno social pode ser abordado por diversas disciplinas, tanto em sua estrutura interna e ou como parte do universo desportivo." (ALBUQUERQUE, 2003, p. 2).

O tema conversa com diversas áreas do conhecimento, e o gráfico permite a leitura de como tem se inserido nas pesquisas brasileiras. A maioria das pesquisas é da educação física

caracterizando 69% do total. O segundo maior percentual ficou com a área de Desenvolvimento Humano e Tecnologia com 9%, acentuamos que todos os trabalhos nesta área de pesquisa são da Unesp. A administração e a psicologia ficaram com o mesmo percentual, 8%. Os trabalhos dentro da administração área prolatam sobre aspectos da gestão esportiva, enquanto os da psicologia, sobre aspectos da psicologia esportiva, acabam por serem subáreas que de certa forma dialogam com a educação física.

As pesquisas da educação equivalem a 4%, quantitativamente menor que a psicologia e a administração, evidenciando que não é um tema muito abordado por pesquisadores desta área. Tem-se a hipótese de que isto seja resultado da pouca articulação que as próprias universidades fazem entre o esporte universitário e educação, visto que o esporte seria algo que estaria à parte da formação do aluno, com exceção é claro, dos alunos de educação física. O discurso da qualidade de vida e da saúde são muito presentes, porém existe a falta de propostas educativas que se relacionem com a prática esportiva, percebendo a universidade como um espaço de formação social. Dentro desta distribuição, serviço social ficou com um total de 2%, sendo a área com menor percentual de pesquisas relativas ao tema.

Nesta segunda etapa, aliados ao primeiro momento desse levantamento, trazemos um pouco da contribuição dos autores. A partir da interpretação e reflexões das leituras, pudemos identificar diferentes subtemas do esporte universitário. São eles: História e Política do esporte universitário no Brasil, Gestão do esporte universitário, O aluno atleta de Esporte universitário e fatores psicossociais e psicofisiológicos, Esporte universitário e questões de raça, gênero e corpo. Subtemas esses que, assim como as pesquisas, se atravessam, cruzam e dialogam.

## **1.2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO**

Hatzidakis, 1993, 2006; Albuquerque, 2003; Toledo, 2006; Starepravo, 2006, 2010; e Barbosa, 2014, 2017; são nomes bastante referenciados nos trabalhos acadêmicos da área, principalmente tratando-se da história brasileira do esporte universitário, sendo essas as principais referências utilizadas neste subtema.

Os autores citados acima apontam que a primeira fase do esporte universitário no Brasil iniciou junto às primeiras atividades desportivas no ensino superior, datando o final do século XIX, no College Mackenzie em São Paulo e na Faculdade de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro. As instituições ainda não se configuravam como universidades, constituindo institutos isolados.

O Colégio Mackenzie em 1900 disputou campeonatos com seus times formados por estudantes, sendo a maioria dos integrantes de clubes cariocas como o Flamengo, Fluminense e Botafogo. As primeiras competições universitárias foram realizadas dentro dos próprios estados, e como explicitado anteriormente, apenas em 1916 essas disputas se ampliaram, São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a se confrontar (HATZIDAKIS, 2006).

Segundo Albuquerque (2003), em 1924 os Jogos Universitários Mundiais estrearam em Varsóvia, porém o Brasil só veio a participar deste evento no ano de 1939, em Monte Carlo. Também aponta que há registros de disputas entre universitários brasileiros e argentinos em 1933 e 1937.

A Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro (FEURJ) foi fundada em 1933, na época com a nomenclatura de FAE Federação Atlética dos Estudantes. No ano seguinte, 1934, em São Paulo, aconteceu a fundação da Federação Universitária Paulista de Esportes-FUPE que coincidiu com a fundação da Universidade de São Paulo-USP.

A FUPE teve um papel importante no Esporte Amador paulista, tendo fundado outras Federações, como a de Futebol de Salão. Em Minas Gerais, no mesmo ano houve a fundação da Federação Universitária Mineira de Esportes-FUME. Já em 1935, há a realização da Primeira Olimpíada Universitária Brasileira, na cidade de São Paulo; Os Jogos Universitários de Minas Gerais, em 1938; e a Segunda Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em 1940, novamente na cidade de São Paulo.

O ano de 1941 é marcado pelo início da regulamentação do Desporto Universitário, nesta época o Brasil estava sob o regime do Estado Novo, com o governo centralizador e nacionalista de Getúlio Vargas. O princípio da participação do Estado na normatização das atividades desportivas, com caráter duradouro, definiu-se com o Decreto-lei n. 1.056, de 19 de janeiro de 1939, que gerou a Comissão Nacional de Desportos, com o dever de realizar o estudo do problema desportivo nacional e apresentar o plano geral de sua regulamentação (FILHO, 1952).

Em decorrência das laborações da Comissão Nacional de Desportos sucedeu-se a edição do Decreto Lei n° 3.199, de 1941. É uma norma com poder de lei decretada pelo presidente Getúlio Vargas, famosa por reconhecer a prática esportiva profissional, pela criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e também pelo tratamento do esporte universitário.

O Decreto-lei n° 3.199 de 1941 denunciava o teor autoritário e centralizador do governo da época, a criação do CND e dos Conselhos Regionais são exemplos desta perspectiva vigilante. O Estado procurava concentrar o poder da maioria das áreas da sociedade, tornando-se um agente ativo na organização social e econômica, representando a centralização das relações entre a sociedade, indivíduos e Estado.

Na lei era possível observar tópicos que relacionavam o esporte dos balizamentos da identidade nacional. O projeto do governo ao oficializar o esporte não era para assegurá-lo como direito e sim para colocá-lo a serviço da nação. O desenvolvimento do esporte universitário estava voltado para a busca de talentos esportivos em detrimento do esporte de caráter lúdico (STAREPRAVO, 2006; BELATO, 2018).

A CBDU foi legalizada pelo Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941, sendo a entidade responsável pela representação do esporte universitário. Este decreto disciplina a constituição de representação do esporte universitário dentro nas Instituições de Ensino Superior, integrada por associações atléticas acadêmicas, filiadas à Federação Desportiva Universitária e a CBDU. As universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior tem o encargo de proporcionar estrutura física e material para a prática esportiva nos seus institutos de ensino. Há também a instituição oficial dos Jogos Universitários Brasileiros – JUB's.

Em 1959 aconteceu a realização da primeira Universíade (Olimpíada Universitária Mundial), em Turim na Itália. A Universíade atualmente é a principal competição universitária a nível internacional, sendo organizada pela FISU (BARBOSA, 2017).

A Federação Internacional do Esporte Universitário-FISU é uma federação de instituições universitárias do mundo para organizar eventos esportivos entre as entidades afiliadas. A federação foi criada em 1949 e é filiada a Associação Geral das Federações Esportivas Internacionais. A FISU é um órgão independente, que atua como um Comitê Olímpico Universitário, defendendo o esporte amador e a confraternização entre os povos. A UNIVERSIADE é realizado de dois em dois anos, sendo os eventos chamados de SUMMER GAMES E WINTER GAMES, conforme a estação no continente Europeu.

Em 1963 o Brasil sediou o evento na cidade de Porto Alegre. O hemisfério sul recebeu sua primeira competição internacional de esporte universitário: a Universíade de Verão. O evento aconteceu entre 30 de agosto e 8 de setembro, e recebeu cerca de 700 atletas de 27 países, nessa edição o Brasil ficou em oitavo lugar no quadro geral de medalhas. Segundo Santiago (2009), o movimento esportivo universitário se interessava em difundir suas ideias na América Latina, o que favoreceu a escolha do Brasil como sede do evento. Porto Alegre nos anos 60 tinha aspectos característicos de cidade do interior, a capital do Rio Grande do Sul estava passando pelo processo de transformação dos espaços urbanos.

O referido autor aponta que na época o evento perdia em importância apenas para os Jogos Olímpicos, um evento que transforma estruturas econômicas e sociais. Considerando que as Universíades de Verão e Inverno não eram suficientes para os competidores universitários e fãs, a

FISU lançou a “World University Championship series” Competições Universitárias Mundiais em 1963.

A primeira competição aconteceu em Lund, na Suécia, reunindo os melhores jogadores de handebol universitário do mundo. Diferente da Universíade, as competições universitárias mundiais são competições de apenas uma modalidade esportiva por vez, dando uma chance maior das cidades sediarem os eventos com um menor custo, deixando um calendário cheio de competições com boa qualidade.

Em 1964 o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, afirmou o sucesso do golpe militar que destituiu João Goulart da presidência e instaurou a ditadura militar. Os militares centralizaram o poder no esporte, utilizando a seleção brasileira como propaganda.

No governo da Ditadura Militar, sob presidência do General Ernesto Geisel, a organização desportiva foi estruturada pela Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, que estabeleceram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Articulando a estrutura esportiva de forma autoritária, centralizando as ações nas práticas, estimulando a criação de Atléticas em detrimento dos Centros Acadêmicos e reafirmando a legislação da década de 1940 (STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017; BELATO, 2018).

Nos anos 80, pressões populares resultaram no movimento “Diretas Já”, a sociedade civil organizada envolvia diversas camadas populares. Foi um momento histórico que contou com a participação de intelectuais, artistas e partidos políticos que se formavam como o PT, PMDB e PSDB. Todo o desenvolvimento da redemocratização que ocorreu durante a década influenciaram diversos setores do Brasil.

A despeito da manifestação “Diretas já” a asserção da Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pela maior parte do Congresso Federal, ocasionando a eleição indireta. Tancredo Neves junto a José Sarney foram apontados para os cargos de presidência e vice-presidência respectivamente, ambos do PMDB. Tancredo morre e Sarney assume a presidência em 1985. Em [cinco de outubro](#) de 1988, tem-se a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. O direito ao esporte é reconhecido pela constituição, viabilizando uma reestruturação da área esportiva.

No início dos anos 90 a Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993, conhecida como “Lei Zico”, trata dos conceitos e princípios que foram propriamente marcados para o esporte brasileiro, destaca o viés humano do esporte e a inclusão do termo lazer como meio de integração social, consolidou a separação entre esporte amador e profissional, sendo precursora da constituição de uma regulamentação da profissionalização do esporte brasileiro (STAREPRAVO, 2006; BELATO, 2018).

A partir de 1993, com a entrada em vigência da Lei Zico, a qual revogou o ordenamento jurídico referente à organização desportiva nacional e, em seu lugar, instituiu outra, de cunho mais liberal, o desporto universitário paranaense entrou em colapso. O conceito de esporte preconizado na Lei Zico trazia a ideia de esporte empresarial, onde o desporto não tinha mais a conotação de formação e estímulo a vida saudável e sim a de indústria de entretenimento. O objetivo da atividade desportiva no país passou então a girar em torno de mídia. O Estado dirigiu a sua estrutura para fomentar as iniciativas no campo da iniciativa privada. Os eventos passaram a ter uma só orientação: gerar lucros. A tradição, o esporte de formação, passou à segundo plano. O sistema de esporte estatal virou a indústria das diárias. (ALBUQUERQUE, 2003, p.40)

O Esporte de Rendimento representava uma nova relação entre Estado e sociedade, tendo a iniciativa privada como financiadora. O esporte universitário não é citado diretamente na Lei Zico (STAREPRAVO, 2006).

Em 1998 com a Lei Federal nº 9.615, conhecida como “Lei Pelé”, revogou a “Lei Zico”. Esta Lei reafirmou o esporte enquanto um direito. Esta lei extinguiu a Lei de passe, resultando na falta de investimento na formação de jogadores por parte de alguns clubes. A Lei Pelé transferiu as decisões da carreira de jogadores do clube para empresários privados. Também definia o Sistema Nacional de Desporto, constituído pelo Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB) e pelo sistema de desportos dos Estados, Distrito Federal e Municípios (STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017; BELATO, 2018).

Em 2001 a Lei Pelé foi complementada pela Lei nº 10.264132 de 16 de Julho daquele ano, conhecida como Lei Piva. Ao garantir cinco por cento do valor repassado para o financiamento do Esporte Universitário, ajudou em sua ascensão ao garantir maior financiamento e apoio midiático (STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017; BELATO, 2018).

O esporte universitário se desenvolvia predominantemente nas instituições privadas e ao estar vinculado ao COB imputava-se vigorosamente uma implicação de esporte de alto rendimento, afastando-se consideravelmente das manifestações esportivas educativas e voltadas ao lúdico, que eram acessíveis a todos os interessados. Além dos recursos da Lei Piva, o COB também era patrocinado da empresa Golden Cross, denominando um modelo híbrido com verbas provenientes da iniciativa privada.

O Ministério do Esporte foi criado em 2003, no governo Lula, resultando em novas políticas para a pasta única governamental. Diversos programas vinculados ao Ministério do Esporte foram propostos, sendo gerenciados pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Apontamos alguns programas como o Segundo Tempo (PST) e o Esporte e Lazer na Cidade (PELC), estes visavam a fragilidade social para orientar suas ações (BUENO, 2008).

Para gerenciar o desporto universitário, instituiu-se a divisão do Esporte Universitário, dirigida por Ricardo Campelli (STAREPRAVO, 2006). Para reestruturar a referida modalidade, o governo federal interviu nas instituições.

Em 2009 o Ministério do esporte lançou o Projeto Piloto do Programa Segundo Tempo Universitário, contemplando quatro universidades, sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), também em Minas Gerais. Com a finalidade de promover a prática esportiva nas Instituições de Ensino Superior, foram oferecidas 300 vagas distribuídas entre diferentes modalidades esportivas e de lazer. O Ministério do Esporte, as IES e a Secretaria Nacional de Esporte Educacional objetivavam que o Programa Segundo Tempo Universitário- PSTU contribuisse para resgatar e inserir o esporte no projeto pedagógico das Instituições de Ensino Superior. A política do PSTU foi efetivada apenas dois anos depois, em 2011 (RIBEIRO; MARIN, 2012; GONÇALVES et al, 2018).

A perspectiva pedagógica do programa está pautada por múltiplas vivências no âmbito do esporte educacional, com ênfase no desenvolvimento de ações planejadas, inclusivas e lúdicas, com foco na vida ativa. Noutra dimensão, se estrutura a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão e amplia, sobremaneira, a participação da comunidade universitária na prática de esporte. Outro importante aspecto está relacionado à autonomia organizacional de seus núcleos, que, pautados pelas normas do PST, passam a fomentar a pesquisa científica e tecnológica, com base na formação de recursos humanos e qualificação da gestão, o que torna meta a difusão do esporte educacional como ferramenta de inclusão social dentro do ambiente universitário. (GONÇALVES et. al, 2018, p. 151).

Aponta-se que o PSTU levou para as universidades um novo olhar sobre o Esporte, para além das ações extensionistas ou de rendimento que já eram realizadas dentro das instituições. As autoras Ribeiro e Marin (2012), destacam que essas iniciativas do Ministério do Esporte representam um avanço, porém são programas de governo, não medidas de Estado, tornando-as frágeis diante das trocas de gestão. Elas sugerem que as ações façam parte do planejamento, do projeto pedagógico institucional, convertendo-se em políticas institucionais gerenciadas internamente.

Em 2016, a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD –UFRJ) recebeu um investimento de R\$ 61,3 milhões em recursos do Ministério do Esporte por ser centro de treinamento olímpico. Houve a construção de dois campos de hóquei sobre grama e de um campo de rúgbi, a reforma da piscina olímpica e de seis vestiários, para melhorar a acessibilidade da escola, construiu-se um elevador.

Tendo em vista a sucessão das obras, em 2015 assinou-se o acordo de cooperação técnica entre a universidade e o Ministério do Esporte. O consórcio Campos Olímpicos (composto pelas empresas JZ Engenharia, Hersa e Resinsa) ganhou a licitação feita por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Chamados de “Jogos da Exclusão”, houve comosão entre líderes e representantes universitários e de movimentos sociais. Muitos participaram do que foi nomeado de “Jornada de Lutas Contra Rio 2016”. Era evidente a desaprovação popular às diversas obras como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), os corredores de ônibus BRT e a remodelação da zona portuária do Rio de Janeiro. A crítica era que esses projetos não melhoravam a vida da população mais pobre dos bairros mais afastados. A manifestação popular ocorreu no Largo de São Francisco, em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Montaram um palco que continha uma simulação de pista de corrida, nesta, expuseram destroços de comunidades que foram removidas para dar lugar às obras. O abandono de projetos que beneficiariam a população em troca de acordos com empreiteiras evidenciaram que o que ativistas definem como “Grande negócio olímpico”. A crítica dos Jogos Olímpicos como “um grande negócio” é recorrente entre especialistas que analisaram os impactos financeiros e sociais que esse tipo de evento tem causado às cidades-sedes. Em um cenário de crise econômica e de cortes de verbas nas universidades federais, havia um grande questionamento quanto aos gastos e ao investimento feito durante os jogos olímpicos.

A recuperação e a modernização da piscina da EEFD como um legado olímpico parecia algo que beneficiaria a toda UFRJ e seu entorno, em 2012 os estudantes da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ se mobilizaram em protestos junto ao CA, ficaram um ano sem a piscina olímpica, o que prejudicou a formação de vários alunos, considerando que a piscina é uma instalação muito utilizada nas aulas de natação e hidroginástica. Em 2018, impossibilitados de utilizar a piscina, novamente os estudantes de Educação Física da universidade se mobilizaram e se organizaram em diversos atos. O CAEFD escreveu uma nota de repúdio ao que eles chamam de “Negado Olímpico”.

No ano de 2016, a CBDU incluiu o paradesporto no programa brasileiro desportivo universitário. Naquele ano, na cidade de Cuiabá, a natação paradesportiva foi disputada pela primeira vez no JUBs. Oito atletas participaram e teve como padrinho Fernando Fernandes, tetracampeão mundial de paracanoagem. Em 2017 o Brasil sediou os Jogos Universitários Paralímpicos, sendo organizado pela CBDU e pela CPB- Comitê Paralímpico Brasileiro, em São Paulo entre 27 e 29 de Julho. Realizado no Centro de Treinamento Paralímpico, o evento contou com a participação de 200 atletas, de 21 estados, nas modalidades bocha, judô, tênis de mesa, atletismo, natação e parabadminton.



Em julho de 2018, São Paulo sediou o 1º FISU America Games, competição pioneira na história do esporte universitário pan-americano. Organizado pela FISU America junto a CBDU. Foram 11 dias de competição, 13 países, 13 modalidades e aproximadamente 1500 atletas. O Brasil ocupou 1º lugar no quadro geral de medalhas, seguido por Chile e México. Foi a primeira vez em que um campeonato internacional universitário possuiu modalidades paradesportivas.

Neste mesmo ano o presidente Michel Temer editou a Medida Provisória 841/18, que retiraria em torno de R\$ 500 milhões do financiamento esportivo e transferiria uma boa parte para um novo sistema de segurança pública. Alim Maluf Neto, Vice-Presidente da CBDU, demonstrou-se preocupado com o futuro ressaltando que o calendário das competições universitárias correria sérios riscos.

Posteriormente a Medida Provisória 841 foi reeditada, dispondo sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e da destinação do produto da arrecadação das loterias. A nova redação foi publicada no Diário Oficial da União contemplando investimentos de R\$ 1 bilhão em segurança pública e preservando as verbas essenciais ao esporte educacional, de base e de alto rendimento, além dos recursos da área de cultura (CBDU, 2018).

### **1.3. GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO**

Barbosa (2014), apresenta como conceito de gestão esportiva a união entre a gestão e organização aplicados a uma agremiação esportiva. Conceito julgado por ele como simples, porém amplo, considerando que são termos recentes e com pouca literatura no campo esportivo. A gestão esportiva tem passado por variadas mudanças ao longo de sua história legislativa. A partir da Constituição Federal de 88, começaram a se manifestar os primeiros indícios de gestão do esporte de forma profissionalizada no Brasil. No período anterior não se observava movimentos e leis de cunho popular, as instituições esportivas eram administradas pelos mesmos dirigentes durante anos.

Como citado anteriormente, os anos 90 marcaram com a Lei Zico e Lei Pelé pela atenção voltada a profissionalização da gestão esportiva, gerando crescimento no campo de trabalho voltado para a área administrativa (BARBOSA, 2014).

No Esporte Universitário, o Estado investe na organização de eventos esportivos em detrimento de uma política pública central que normatize as práticas nas IES, não apoiando devidamente as FUES. Quanto à logística de participação de competições nacionais, fica a cargo as entidades de administração esportiva que são caracterizadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos com a competência legal de organizar o esporte universitário. As

Confederações, Federações e Atléticas confeccionam seus calendários a partir do que é proposto pela FISU (BELATO, 2018).

Toledo (2006), aponta que dentro das instituições o que prevalece é a gestão sobre a responsabilidade dos alunos, através das Atléticas, porém seria dever do Estado assumir o papel de gestor. É necessária uma gestão profissional dentro das IES para que a estrutura melhore. As AAAs acabam assumindo toda a responsabilidade sobre a participação de campeonatos, além da realização de festas e outros eventos sociais. Os alunos se dividem entre essas tarefas e as obrigações acadêmicas e as vezes até com atividades profissionais, considerando a realidade do país, onde o estudante de graduação também trabalha em empregos formais (PALMA; LUZ INÁCIO, 2009; OLIVEIRA, 2006; STAREPRAVO, 2010; BARBOSA, 2017).

O esporte universitário é gerido de formas distintas pelas IES, quando comparamos universidades públicas e privadas, as diferenças são maiores ainda. Segundo Palma e Luz Inácio (2009), há instituições que criam departamentos de esportes, contratando profissionais para a sua gestão, assim como também há aquelas que não colocam o esporte em sua estratégia. Assim, os grupos de alunos, através das AAAs, acabam por assumir toda a pela sua gestão, frente à demanda interna.

Dentro das IES públicas o financiamento para o Esporte Universitário é retratado como algo escasso, para Belato (2018), uma política de Estado e um órgão que se responsabilize pelo fomento ao esporte universitário, se fazem necessários. Considerando que nem o Ministério do Esporte nem o Ministério da Educação ME assumem essa responsabilidade.

Mandarino (2013), retrata que as instituições privadas tendem a um investimento maior no esporte universitário devido ao retorno mercadológico do mesmo. O Esporte Universitário se torna uma estratégia de marketing para as universidades particulares. Nas IES particulares tende-se a institucionalizar a gestão do esporte, porém sem incentivar a capacitação e investimentos, não há como garantir a profissionalização dos gestores. (MAZZEI; BASTOS, 2012).

No Brasil é comum observar que dentro de uma mesma instituição podem haver diversas atléticas, os discentes criam Atléticas representantes de seus próprios cursos, tornando-se assim uma parte do todo. O que resultou na ampliação do número de AAAs em todo o país. Barbosa (2017), aponta dois tipos de gestores esportivos na organização interna da instituição: Gestor Discente e Gestor Institucional.

O discente seria aquele responsável por planejamento e execuções ligados as Atléticas, enquanto o Institucional seria um profissional formado, contratado pela instituição apenas para exercer essa função. Os membros da diretoria das Atléticas dificilmente são remunerados por esta atividade, considerando que este é um trabalho voluntário. Assim, há a hipótese de que o pouco

estímulo ao aprimoramento do conhecimento de gestão por parte das Atléticas dificulte ainda mais a procura por essa qualificação. Toledo (2006), Starepravo (2010) e Barbosa (2017), apontam a trajetória legislativa do esporte universitário como responsáveis pelo modelo de gestão atual.

#### **1.4. O ALUNO ATLETA DA IES PÚBLICA E DA IES PRIVADA**

A partir dos textos encontrados na revisão de literatura, procuramos elencar algumas inquietações e contribuições que surgiram sobre o aluno dentro desse contexto do esporte universitário. Quem seriam esses alunos atletas das universidades brasileiras? Alunos que praticam esportes ou atletas que estudam? No Brasil existem dois modelos de universidade, as públicas e as particulares. Em cada modelo de instituição é possível encontrar um perfil de aluno.

As instituições de maior prestígio situam os alunos com maior poder aquisitivo, enquanto nas instituições de menor gabarito estão os alunos com menor poder aquisitivo. Barbosa (2017), considera injusta a competição esportiva entre IES particulares e públicas. Como citado anteriormente, o modelo de gestão do esporte universitário público e privado são diferentes, o autor evidencia a diferença de competitividade entre as instituições. Ambas IES buscam um melhor rendimento esportivo nos campeonatos universitários oficiais ofertados pela CBDU, porém a forma de ingresso de estudantes, o investimento, os níveis de desempenho, são apontados pelo autor como extremamente distintos.

Barbosa (2017), destaca as características distintas como forma de ingresso de estudantes, níveis de desempenho, estrutura física e financiamentos, tão diversos, e que, portanto, não deveriam estar inseridas em um mesmo evento esportivo. Isto causa jogos pouco atrativos, sem equilíbrio e com pouca visibilidade, ou seja, as IES possuem características distintas. Os campeonatos esportivos universitários oficiais praticados no Brasil não levam em consideração que o nosso país possui IES com características acarreta na falta de motivação para se investir no esporte dentro das universidades.

A forma de ingresso em universidades públicas por meio de vestibulares não facilita a entrada de atletas, tendo em vista a necessidade de notas altas para ingressar nas mesmas, enquanto as IES particulares facilitam o acesso de atletas e oferecem bolsas de estudos para os mesmos. Entende-se que a maioria dos atletas profissionais que cursam graduação no país, estão concentrados nas instituições privadas. Outro ponto importante é uma universidade que flexibilize faltas e atrasos devido a vida agitada do atleta que viaja constantemente para torneios, treinos e competições. Acredita-se que as universidades particulares adotam uma política que dá maior flexibilidade ao aluno atleta, enquanto nas públicas isto fica a critério do professor.

Ao debater inclusão, esportes e competições, os alunos da UFRJ junto a outras universidades públicas do país, questionam e debatem esse marketing feito pelas universidades particulares envolvendo os jogos universitários, além de problematizar a importância do esporte universitário como um espaço de formação e integração.

Foi desenvolvido no Rio de Janeiro em 2018 junto aos professores e coordenações o JUIP, jogos das instituições públicas, pautado em uma discussão sobre o esporte fugindo da lógica aplicada atualmente em outros jogos que funcionam em parceria com as federações esportivas e impedem, muitas vezes, a maior inclusão.

A primeira competição ocorreu em Junho de 2018, no campus do Fundão, contou com competições em 11 modalidades diferentes, entre elas basquete, futebol de campo, futsal, judô, natação e corrida de 5 quilômetros, divididas nas categorias “masculina” e “feminina”. O evento teve ainda, oficinas de corrida de orientação, hóquei sobre grama e corfebol. A estrutura ainda contava com alunos de fisioterapia orientados por professores para atender a alunos que tivessem algum tipo de complicação muscular ou quisessem “soltar” a musculatura para as competições.

Os alunos relataram que o clima da competição do JUIP era de integração e aprendizado. Não era um ambiente hostil como costuma ser com as universidades particulares. Segundo a fala dos mesmos, foi bem mais justo e os jogos mais acirrados do que costumam ser. O fato da maioria dos alunos atletas das escolas particulares serem atletas profissionais que são motivados a estudar por conta de bolsas, torna as competições desiguais no quesito rendimento e competitividade. Para os alunos das instituições públicas o JUIP é um incentivo ao desporto universitário educacional e de participação.

## **1.5. O ESPORTE E AS RELAÇÕES DE TRABALHO**

No esporte de alto rendimento há o questionamento acerca da construção de uma carreira profissional, se é possível pensar a prática esportiva profissionalizada dentro dos conceitos de trabalho e carreira. Em alguns estudos o esporte não é considerado como uma profissão e sim uma atividade a quem da construção da carreira (CAMPOS, CAPELLE, MACIEL, 2017).

Quando pensamos no esporte universitário, leva-se em consideração que os alunos são atletas profissionais ou amadores e principalmente alunos. Um dos conflitos vivenciados pelos atletas é o de prioridades. É importante entender que o aluno atleta do ensino superior pode sofrer com essa questão de conflitos de prioridades e interesse, pois o esporte de alto rendimento exige muita dedicação assim como a graduação.

Mesmo considerando o desporto como um trabalho, nem sempre ele é considerado central na vida das pessoas, e sim um fator de transição ou suporte. Muitos atletas utilizam o esporte como forma de acesso ao ensino superior. Estes estão se formando e se construindo para o trabalho, alguns para ter uma profissão para quando a carreira de atleta chegar ao fim, já que não é possível ser atleta de alta performance durante um tempo muito prolongado da vida. A carreira esportiva tem características diferentes dos modelos clássicos das profissões, mesmo dentro dos esportes de alto rendimento, há especificidades de início, desenvolvimento e encerramento da carreira esportiva (CAMPOS, CAPELLE, MACIEL, 2017).

Uma das contradições vivida pelos trabalhadores é essa relação ruim que se tem com o trabalho e o emprego, a vida, a existência, seria fora do emprego, no seu tempo livre. E essa relação entre prazer, tortura, esforço e trabalho que também desqualificaria atividades teoricamente prazerosas como praticar esportes ou fazer arte como um emprego ou trabalho. A educação no mundo capitalista exige que o indivíduo seja produtivo o tempo inteiro, o preparando para ser sugado pelo mercado de trabalho.

O esporte é uma indústria lucrativa geradora de empregos. Exige mão de obra especializada na produção de equipamentos esportivos, uniformes, equipamentos protetores e calçados. O mundo esportivo como negócio necessita de gerenciamento profissional tanto no âmbito público quanto o setor privado (HIRATA e PILATTI, 2007).

Diversas empresas de variados segmentos traçam estratégias para atrair consumidores. O marketing esportivo é uma delas. A estrutura das competições universitárias estaduais e nacionais não recebe um grande investimento, mas as universidades privadas ainda utilizam os jogos universitários como uma estratégia de marketing e se beneficiam com abatimentos fiscais por tal iniciativa (VIEIRA, 1996, 1998, 2001). Os atletas recebem algumas vantagens como bolsas parciais e integrais, até mesmo o patrocínio financeiro da universidade. Segundo Vieira (2001), a utilização deste espaço em instituições particulares como estratégia de permanência no ensino superior é óbvia. Os alunos atletas de baixa renda das universidades públicas podem receber bolsa alimentação, bolsa alojamento, ou ainda, em algumas universidades, uma “bolsa atleta” vinculada a prática esportiva. Enquanto o aluno atleta da universidade particular tem como primeiro benefício a bolsa relacionada a mensalidade vinculada a sua importância para a equipe e para mídia.

O cenário dos jogos universitários abrange desde participações em torneios internos, até competições estaduais, nacionais e internacionais. O esporte se manifesta como um valioso produto para a comunidade universitária, tendo consumidores que participam ativamente, bem como há aqueles que acompanham esta prática na qualidade de torcedor ou mero observador (HATZIDAKIS, 2006). Nesse sentido, "a indústria do esporte movimenta elevadas soas de dinheiro

em todo o mundo, e as empresas para se beneficiarem do negócio esportivo, precisam explorar outras possibilidades que o patrocínio oferece” (MELO 2006, p 225).

Para alguns autores o mercado brasileiro deveria seguir o modelo americano, que tornaram o esporte um negócio bastante lucrativo e diversificado, seus produtos atendem a muitos e variados consumidores. Para as instituições de ensino superior privadas brasileiras o esporte constitui-se num diferencial competitivo capaz de divulgar e ajudar na fixação da marca da instituição, aumentando o prestígio e a imagem da institucional no mercado, tornando-se uma diferencial importante, haja vista que o número dessas instituições é cada vez maior no Brasil (MANDARINO, 2013).

## **1.6. O ALUNO NO CONTEXTO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO**

Dentro de uma IES é possível observar tanto desporto de rendimento quanto o desporto de participação. Ao ingressar na faculdade as motivações do aluno para praticar esportes podem ser diversas. Partimos da premissa de que alunos que já praticam algum esporte ou alunos que são atletas tendem a manter a prática em comparação a alunos que já eram sedentários antes de cursar no ensino superior. Em um estudo feito com estudantes de psicologia e engenharia na UEL, Legnani et al. (2011), aponta que de um modo geral, os fatores motivacionais relacionados à prática do exercício físico, que apresentaram ao escores médios mais elevados foram: Prevenção de Doenças, Prazer e bem estar e Condição Física.

A pesquisa de Barroso et al. (2007) realizada com 100 universitários de uma IES pública de Santa Catarina, demonstrou que as motivações de maior destaque ficaram entre o aperfeiçoamento técnico e a diversão, o que para o autor indica uma possível tendência que se estabelece entre o esporte de rendimento e o participativo. O autor também considerou que a baixa pontuação para status revelaria uma despreensão da maioria dos pesquisados com relação ao profissionalismo.

O autor corrobora com a hipótese de que alunos participantes do esporte universitário competitivo das instituições públicas priorizam os estudos em comparação aos alunos das instituições privadas. Com isso, o autor infere que " tendo aberto mão de possíveis bolsas de estudo nas instituições privadas, os universitários da entidade pública em questão priorizem a formação acadêmica em detrimento de um futuro esportivo de rendimento" (BARROSO et al, 2007, p.7).

O trabalho de DESCHAMPS, et al (2009), feita com universitários com a faixa etária entre 18 e 49 anos, todos de São Paulo, Guarujá apresentou que os principais motivos que levam à prática da atividade física, são aqueles relacionados à saúde, imagem, aventura e capacidade pessoal para ambos os sexos e para as idades investigadas.

Curiosamente, os autores observaram certas dessemelhanças entre os grupos de gênero e idade. Os homens na faixa etária de 22 a 27 anos prestam mais atenção às razões relacionadas à capacidade pessoal e à competição do que as mulheres da mesma faixa etária. Do mesmo modo, apenas na faixa etária de 22 a 27 anos, as mulheres prestam mais atenção ao motivo da imagem do que os homens, e não há diferença entre os sexos nas outras faixas etárias. Em comparação com outras faixas etárias, os universitários mais jovens prestam mais atenção à motivação do relacionamento social, embora essa motivação seja menos importante.

Viana e Fontes (2009), trazem dados sobre a inatividade física de 1503 estudantes da Universidade Federal da Paraíba. O público encontrado nesta IES tem a média de idade de 22,3 anos, sendo 55% do sexo feminino. A frequência de alunos com renda familiar acima de cinco salários mínimos foi de 39,7%, enquanto pela classificação da ANEP, as classes “A” e “B” eram de 63,2%.

Os resultados mostraram que em comparação com os alunos recém-admitidos, os alunos com mais tempo de matrícula apresentaram níveis mais baixos de prática de exercícios físicos, o que indicou que a tendência da prática de exercícios físicos diminuiu nesse período. O dado interessante neste estudo diz respeito às características econômicas, pois verifica-se que as pessoas com maior renda, que pertencem à classe social mais alta e moram com suas famílias mostraram-se associadas a um comportamento fisicamente menos ativo.

Os autores reforçam que não depararam com trabalhos de populações semelhantes para ratificar os achados. A presença de maior quantidade de estudos divergentes no que se refere aos fatores motivacionais pode ser atribuída às diferenças culturais, regionais, entre sexos e etárias, sendo as mesmas muito relacionadas na literatura de Psicologia do Esporte (BARROSO et al.,2007). Compreendemos que os trabalhos citados acima nos ajudam a ter uma melhor noção de como se constitui o interesse do aluno universitário pela prática esportiva dentro da IES, o que nos revela quais objetivos esses discentes esperam alcançar ao iniciar um desporto.

Outro ponto a ser levantado é o da integração acadêmica, Corrêa (2019), traz a luz de sua dissertação comparações entre a integração acadêmica e as autoavaliações centrais de universitários praticantes e não praticantes de esportes. O autor conduz a definição de integração acadêmica como um processo multifatorial que se refere à qualidade das vivências do estudante no contexto universitário, tanto nas dimensões pessoais e interpessoais, quanto em relação à carreira, aos estudos e à própria instituição.

A influência da prática de esportes sobre a integração acadêmica é um fenômeno de interesse para o nosso trabalho, tendo em vista que este pode se configurar como um fator motivacional para a permanência do aluno na instituição. Corrêa (2019), utiliza como instrumento cinco dimensões:

dimensão pessoal, dimensão interpessoal, dimensão vocacional, dimensão estudo-aprendizagem e a dimensão institucional. A dimensão pessoal se refere ao bem-estar físico e psicológico do indivíduo, a dimensão interpessoal envolve as relações do indivíduo com seus colegas, a dimensão vocacional está relacionada aos sentimentos do estudante sobre o curso superior, a dimensão de estudo-aprendizagem se refere aos hábitos de estudo e a gestão do tempo, a dimensão institucional está relacionada à apreciação/avaliação do estudante sobre a instituição de ensino. Esta proposta permite identificar diferentes níveis de integração do estudante ao ES.

Como resultados, o autor conclui que um efetivo exercício da agência humana (capacidade de indivíduos em agirem independentemente e fazerem suas próprias escolhas livremente) depende de crenças positivas de eficácia pessoal. Essas crenças, por sua vez, podem ser estimuladas e apreendidas através de experiências esportivas positivas.

Também apontou que universitários que praticam esportes apresentaram autoavaliações mais positivas, e que apesar das controvérsias, universitários que praticam esporte em nível competitivo também apresentaram autoavaliações mais positivas que aqueles que praticam em nível não competitivo, por lazer. Os praticantes em nível competitivo apresentam melhor integração nas dimensões mais associadas a competências pessoais e interpessoais, mas isto não se aplicou as dimensões mais associadas à instituição e aos afazeres acadêmicos. Já o grupo que pratica por lazer apresentou níveis significativamente maiores em todas as dimensões em relação aqueles que não praticam.

De fato, os participantes relataram dificuldades em conciliar a prática de esportes com os afazeres acadêmicos, seja por conflitos de cronograma (e.g., período de provas e competições concomitantes), seja pela fadiga associada aos treinos e a falta de tempo para os estudos. Por outro lado, foram destacados diversos motivos pelas quais os esportes contribuem para a integração e desempenho acadêmicos, que incluem: reconhecimento social associado aos esportes; integração com veteranos; maior disposição física e mental; apreciação e senso de pertencimento à universidade; manejo do estresse e da ansiedade; e o aprendizado de competências que são importantes nesse contexto, como disciplina, responsabilidade e trabalho em equipe. (CORRÊA, 2019, p. 131, 132).

Ainda sobre o convívio social dos alunos no contexto do esporte universitário, Morão (2017), traz em sua dissertação o tema do “sexting” dentro deste contexto. O “sexting” que é um fenômeno resultante do compartilhamento de textos, fotos e vídeos com conteúdos pornográficos. Algo que é muito comum entre os jovens, a exemplo disso em 2019 aconteceu um caso que repercutiu nacionalmente com o jogador de futebol Neymar e a modelo Najila.

Morão (2017), constatou que o sexting é um fenômeno que realmente ocorre entre atletas universitários brasileiros, sendo que 35% da população investigada já foi autor dessa ação, além de 24,3% se portar como vítima dessa situação. Os resultados mostram que o sexting está presente



entre atletas universitários, sendo os homens os principais autores e vítimas desse fenômeno, somado ao fato de ingerirem bebidas alcoólicas. Santos e Tinuci (2004), apontaram que na época a incidência do consumo de álcool por atletas universitários não era menor do que a de seus colegas estudantes. Pelo contrário, a maioria dos estudos relatou que atletas ingeriam maior quantidade de álcool, se comparados aos demais estudantes.

O autor relata que os indivíduos demonstram consciência acerca dos danos que esse fenômeno pode gerar nas diversas relações no contexto esportivo, inclusive quanto à possível influência negativa sobre o rendimento dos atletas. Morão (2017) ainda ressalta a importância de estratégias de intervenção referentes aos crimes virtuais, para evitar novos casos ou, minimizar seus efeitos, além da necessidade dos indivíduos refletirem acerca dos desdobramentos que uma ação de sexting pode gerar aos envolvidos com o fenômeno.

Do mesmo modo que devem ser criadas estratégias para que alunos sedentários participem do esporte universitário e tenham uma vida mais ativa, também apontamos a necessidade de um projeto educacional que acompanhe essas práticas. Tanto para conscientizar sobre bullying, sexting e demais condutas nocivas à saúde e bem-estar da pessoa humana.

## **1.7. UNIVERSIDADE E ESPORTE: QUESTÕES DE RAÇA, CORPO E GÊNERO**

O objetivo deste estudo é discutir como a temática “grupos minoritários e grupos vulneráveis no âmbito do esporte universitário” tem sido retratada à luz da literatura científica. Séguin (2002), aproxima o conceito de minorias ao conceito de grupos vulneráveis, entende-se que sofrem discriminação e são vítimas de intolerância.

Ambos possuem elementos característicos em comum, embora não estabeleçam obrigatoriamente uma relação de proximidade conceitual. O que parece comum está na estreita relação de afetamento no que tange ao poder que lhes é tirado, ao processo de dominação, à violência sofrida e a marginalização social. A marginalização social e a precariedade da vida envolvem sistemas como racismo, sexismo, misoginia, homofobia e capacitismo, que materializado através da falta de acessibilidade, gerando sofrimentos que diminuem o potencial de ação dos sujeitos que estão expostos a ele (SAWAIA, 2009).

Vieira (2018), evidencia o quanto o esporte, especificamente o futebol, reproduz as relações que estão postas na sociedade. Em seu trabalho os dados desmistificam o futebol ao mostrar o quanto o discurso sedutor do esporte salvacionista pode ser falacioso. As diferenças salariais, as posições ocupadas e os estereótipos associados a jogadores negros, demonstram como o futebol reproduz o racismo presente na sociedade.

No esporte universitário, apesar da visão positiva que se tem do esporte e da proposta de socialização, é possível observar diversas postagens em redes sociais como o facebook, twitter, instagram e whatsapp, que apontam casos de preconceito racial e desentendimentos durante eventos de jogos universitários.

Alunos denunciam em páginas e em seus perfis pessoais casos de racismo, capacitismo e homofobia. Um caso que repercutiu bastante nas redes sociais ocorreu com estudantes que participaram da edição de 2018 dos Jogos Jurídicos Estaduais, alunos relataram episódios de racismo durante o evento. Segundo as postagens, atletas e torcedores da UERJ, da UFF e da Universidade Católica de Petrópolis, foram ofendidos em três partidas de diferentes modalidades por integrantes da torcida da PUC-Rio.

Também houve nas redes sociais denúncias de músicas de cunho racista e machista feitas também por alunos da PUC-Rio, uma delas “UFRICOTA” fazendo uma espécie de chacota aos alunos cotistas. Foram postadas notas de repúdio nas páginas de diversas atléticas. As redes sociais acabam por se tornar espaços de denúncia. Tavares e De Paula (2014) apontam como a internet e as redes sociais possuem a capacidade de revitalizar lutas e movimentos de forma democrática, considerando os indivíduos que procuram esses espaços de livre expressão. Ao observar os casos de preconceito presentes nos jogos universitários, surge o interesse pelo tema e necessidade de entender com que perspectiva os autores tem trabalhado o tema do preconceito e inclusão nos jogos universitários brasileiros. Aponta-se que o esporte universitário poderia assumir um papel muito importante na formação dos futuros profissionais da nossa sociedade. Esses espaços poderiam promover um olhar crítico sobre suas representações pessoais sobre as problemáticas sociais que se manifestam, promovendo um projeto educativo de ampliação de visão do mundo.

Alguns autores como Coelho (1984) e Hatzidakis (1993) ostentam o lado do desenvolvimento humano como um fator importante do Esporte Universitário. Sendo este, um espaço que deveria contribuir para a melhor socialização dos discentes. Entende-se que as questões ligadas à intolerância no ambiente do esporte universitário são de extrema importância exatamente porque trazem à tona o problema da violência, do preconceito e da discriminação. Vieira (2010) aponta que há aproximação das ocorrências das demais esferas esportivas da sociedade para o âmbito do esporte universitário, principalmente, no que se refere ao tratamento e estereótipos relacionados aos jogadores negros e pardos;

Ao se falar de grupos minoritários ou vulneráveis e ensino superior, destaca-se a política de reserva de vagas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência como medida orientada a democratização do ensino. Foi possível observar um crescimento do número de universitários com deficiência matriculados em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Entre 2000 e 2010, houve um crescimento passando de 2.173 para 20.287 universitários com alguma deficiência matriculados, (BRASIL, 2012).

Vieira, (2013) retrata que críticos chegam a afirmar que o país seria o paraíso das ações afirmativas. A autora aponta que o Brasil não se tornou, de fato, um paraíso das ações afirmativas, ao menos não no sentido ideal que a expressão leva a crer. Aponta que apesar das políticas educacionais na educação básica, não foi possível superar os mecanismos de exclusão no ensino superior, considerando que a qualidade da educação na escola pública ainda é questionável quando comparada as escolas privadas elitizadas. O aumento de vagas no ensino superior se deu através de instituições privadas de ensino, o que causou uma falsa sensação de democratização. Vieira, (2013) cita Santos (1985) para falar da desvalorização dos diplomas de instituições particulares, consequentemente a desvalorização de negros e pardos dentro do mercado de trabalho.

Entende-se que de nada adianta o aumento de matrículas se não há garantia de políticas de acessibilidade, que são responsáveis pelo respeito às diversas necessidades e mobilidade. A falta de acessibilidade produz uma vulnerabilidade que se associa à discriminação e ao se pensar em políticas públicas de acessibilidade, devem-se considerar as variações das capacidades e das necessidades, para que seja possível o justo exercício das atividades da vida diária (PIRES, 2010). Trazendo o debate da acessibilidade no ensino superior, Vieira (2010) salienta que a presença de jogadores negros ou pardos no esporte universitário por universidades publicas pode ser um indício de que os alunos negros utilizam deste espaço como estratégia para conseguirem auxílios como alojamento e auxílio alimentação.

No âmbito das Instituições de ensino superior particulares, Vieira entende que através do marketing com equipes esportivas e de abatimentos fiscais, as universidades particulares se beneficiam com o esporte universitário. Em contra partida, elas oferecem bolsas para alunos atletas em troca da participação em competições, o que garantiria o acesso, considerando obvia a utilização destes espaços como estratégia de acesso e permanência do aluno atleta no ensino superior. Em seu trabalho, o autor aponta que alunos/atletas das instituições particulares relataram diversas dificuldades para continuarem na faculdade e que a maioria (em torno de 65% dos entrevistados) não sonha mais em ser atleta profissional, mas sim, utilizam o esporte universitário como um meio de auxiliá-los a obterem uma formação de nível superior.

Para Butler, a acessibilidade é uma necessidade básica, uma questão social, não individual. A autora traz à tona as relações de interdependência humana, o modo como necessitamos uns dos outros para suprir as necessidades. Butler aproxima gênero e deficiência, expondo como os dois fazem-nos questionar o que o corpo pode ou não fazer. O corpo não acata de forma completa as normas que impõe sua materialização, resistindo tanto às intenções do sujeito quanto às normas

sociais, rompendo com a ideia do que seria um “corpo perfeito”. A imagem desse corpo perfeito seria a do homem “padronizado”, o homem branco, com características nórdicas e atléticas.

“O “rugby” em cadeira de rodas no âmbito da universidade: relato de experiência da Universidade Estadual de Campinas” de 2014 foi selecionado por tratar do esporte paraolímpico dentro do ambiente universitário. Sendo o único trabalho dentro dos critérios de inclusão na pesquisa, a tratar do tema da deficiência. O artigo se caracteriza como um estudo de caso, onde são detalhadas as relações do projeto de extensão universitária “Atividades Motoras e Esporte Adaptado na Universidade Estadual de Campinas – AMACAMP”, da Faculdade de Educação Física (FEF) da UNICAMP, com o ensino e a pesquisa, através do desenvolvimento do Rugby de Cadeira de Rodas como conteúdo de trabalho. Como fontes de dados para o trabalho consultaram os arquivos da Coordenação de Extensão da FEF, informações do site da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas além de arquivos pessoais dos envolvidos com o fomento da modalidade na Universidade. O artigo trata de uma ação de extensão que é aberta a comunidade, mas voltada apenas para pessoas com lesão na coluna. Os autores tratam a deficiência sob o viés biologizante, ressaltando a importância da atividade física na vida da pessoa com deficiência, focando também a formação de atletas.

Dentro deste contexto esportivo se encontra o desporto Paralímpico, com o objetivo da inserção de pessoas com deficiência no mundo esportivo. Essa inclusão consiste na incorporação de corpos que se encontram fora do padrão estipulado pelo esporte. Pessoas com deficiência têm sido convidadas a tomar parte das práticas esportivas por meio dos discursos da inclusão e da superação, que também fazem parte do esporte convencional (GONÇALVES; ALBINO; VAZ, 2009).

É possível traçar um paralelo entre o desporto paralímpico e o desporto paralímpico universitário. Torri e Vaz, (2017) apontam que o mesmo discurso da inclusão, que incita os atletas a procurarem o esporte e estarem “incluídos” na sociedade, lhes dificulta a participação entre os sem deficiência, apresenta-se paradoxal. As pessoas com deficiência devem competir entre si, estar incluídos de certa forma mas distinguidos, apenas entre os próprios atletas com deficiência. Que é o que acaba ocorrendo nos jogos universitários, onde há os jogos universitários e os jogos paraolímpicos universitários. O que acaba também por encurtar o debate de acessibilidade dos jogos universitários, já que os mesmos não são pensados para um público diverso.

Butler acaba por se contrapor ao simples olhar biologizante do esporte que frequentemente é visto como expressão da eficiência humana. Os feitos dos atletas por vezes são considerados conquistas da humanidade, mesmo que o recorde tenha sido obtido por um ser humano em particular (VAZ, 1999). O corpo do atleta idealizado se enquadraria dentro do padrão de perfeição, que é obtida a partir de um treinamento esportivo. Para que o treinamento de alto rendimento

aconteça, é preciso tomar o corpo como objeto, matéria moldável que pode ser manipulada em nome de seu aperfeiçoamento.

Zeferino e Salles (2012) apontam que em 1971 torna-se obrigatória a prática de Educação Física em todos os níveis da educação brasileira. Os autores entendem que a prática militarista higienista com o objetivo de disciplinar corpos, introduziu mulheres em um campo antes ocupado predominantemente por homens, pois ao matricular-se, a estudante imediatamente deveria filiar-se a um clube esportivo. O trabalho evidencia que naquela época, as estudantes eram direcionadas a práticas que eram ditas “femininas”, haviam práticas que na visão da sociedade da época não eram adequadas para mulheres. As mulheres da época não conseguiam formar equipes para competir os autores entendem que a Educação Física obrigatória assegurou que as mulheres se mantivessem à margem do esporte competitivo universitário.

Astarita (2009) e Lima (2018) Maccari (2012) trazem trabalhos com uma amostra mais recente, voltados para a motivação das estudantes para a prática esportiva, Maccari de forma mais abrangente, Astarita e Lima trazem o futsal feminino para o centro da discussão do esporte universitário. Apesar de recente, Astarita (2009) e Lima (2018), trazem a tona a questão do preconceito que gira em torno do futebol feminino e os coloca como fatores desmotivacionais para a prática.

Zeferino e Salles (2012) trazem o Devede (2005) para a discussão, para o autor, o ideal de feminilidade associado à fragilidade, passividade, graça, beleza, entram em conflito com as imagens sociais do esporte competitivo como a agressividade, proeza, vigor. Butler entende que a violência contra as minorias sexuais ou nas minorias de gênero se dá pela forma como apresentam seu gênero, que não se conforma a padrões ideais de masculinidade ou feminilidade. A violência se dirige contra a forma como agem, como caminhavam, como usavam seus quadris, e o que faziam com partes do seu corpo. Os trabalhos demonstram como são diferentes e desiguais os incentivos a prática esportiva.

As diversas manifestações de preconceito têm raízes históricas e culturais. Entende-se que as condutas sexistas no esporte são ressonâncias de nossa estrutura social dicotomizada em relação ao gênero. Os aspectos sócio-culturais que fundamentam estas formas de preconceito no ambiente universitário estão intimamente ligadas a elitização do ensino superior brasileiro, que historicamente garantiu pouco acesso a população. As minorias são marcadas por estereótipos que fogem visão de um padrão de corpo ideal.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS: ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA

No capítulo anterior, procurou-se trazer aspectos do esporte universitário e suas relações com o discente neste contexto. O ensino superior e o esporte são formas do indivíduo expandir suas capacidades, sendo também relevante para outros direitos correlatos. Ressaltamos o impacto do sistema educacional para o país, a importância na qualificação da mão de obra e na cidadania, contribuindo assim para a sociedade brasileira.

A bibliografia sobre educação estudada focou principalmente em políticas públicas de ensino superior do país e aspectos da democratização da educação nacional. A pretensão dessa dissertação é tratar do esporte como política de permanência nas universidades federais do Rio de Janeiro, especificamente a política universitária de assistência estudantil que é o bolsa atleta. Para tanto, é necessário compreender o domínio universitário do Brasil, no aspecto esportivo como tratado anteriormente e no âmbito das políticas públicas.

Este capítulo tem como objetivo discutir as políticas públicas, ensino superior e permanência implantada nas universidades brasileiras, expondo os dilemas concernentes à assistência estudantil na educação superior.

Podemos definir política pública como a relação entre o conceito de Estado e as políticas implementadas em uma determinada sociedade em um determinado período histórico (HOFLING, 2001).

Segundo Souza (2006), quatro são os precursores do conceito de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. A referida autora aponta que nos anos 30, Laswell (1936) introduziu a expressão análise de política pública como forma de conciliar o conhecimento acadêmico e a produção empírica dos governantes.

Simon (1957) inaugurou a concepção de racionalidade limitada dos reguladores públicos e indicou o conhecimento racional como a chave para a resolução do problema. Lindblom (1959; 1979) criticou a ênfase de Laswell e Simon no racionalismo e sugeriu adicionar outros elementos à formulação e análise de políticas públicas, como relações de poder e integração entre diferentes estágios do processo de tomada de decisão. Easton (1965) contribuiu com esse campo ao definir a política pública como a relação entre formulação, resultados e ambiente (SOUZA, 2006).

Visando aumentar as oportunidades de dignidade social e estabelecer a sociedade por meio do processo da autoridade estatal, as políticas públicas representam ações oficiais. Sendo explicações peculiares de como administrar assuntos públicos. Existem algumas conceitualizações que colocam em evidência a relevância da política pública na solução de contratempos, mas alguns críticos consideram como superestimadas por ignorar o conflito e a manipulação de interesses

Tais definições não se atentam para as limitações decisórias dos governos e desconsideram os aspectos conflituosos dessas decisões. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam essas decisões.

A efetuação dos preceitos constitucionais em um Estado Democrático de Direito pode se dar através de políticas públicas. No Estado brasileiro, em relação à educação, as políticas públicas devem atender aos requisitos do artigo 205, da Constituição Federal de 1988, que afirma a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Pela constituição a educação é um princípio fundamental, ou seja, todas as pessoas têm o direito de obtê-la, sendo dever do Estado provê-la (SOUZA, 2006; BARROS, 2014).

A política pública e a política social podem ser consideradas conceitualmente como campos multidisciplinares, sua atenção está voltada para elucidações de sua origem e processos. Uma teoria geral da política pública requer a síntese de teorias do campo da sociologia, da ciência política e da economia. Elas repercutem na economia e na sociedade, por isto a visão pluralista da área (SOUZA, 2006).

A política social é uma intervenção estatal que visa manter as relações sociais em uma determinada estrutura social. A educação pode ser concebida como política pública social. As políticas educacionais são um conjunto de políticas públicas sociais do país, diretamente relacionadas aos pressupostos e parâmetros adotados por instituições públicas e organizações da sociedade civil relacionadas aos conceitos de Estado, Governo e Educação pública. Acredita-se que o Estado está dentro de um plano político e de uma teoria social para toda a sociedade. Uma política educacional visa além da capacitação de mão-de-obra, esta estabelece maiores opções de troca para o capital, aumentando assim a possibilidade de ambas as classes estabelecerem relações capitalistas (HOFLING, 2001).

A expansão ocorrida após a Lei nº 5.540/1968 Lei da Reforma Universitária, foi um marco no ensino superior brasileiro. Progressivamente as universidades federais, estaduais confessionais se modernizaram ao introduzir as modificações propostas pela reforma. As instituições passaram a conectar atividades de ensino e pesquisa. Uma política nacional de pós-graduação foi criada, sendo a pós-graduação um instrumento da renovação do ensino superior no país (MARTINS, 2009).

Após a Reforma surge um “novo” modelo de ensino superior privado, pervertendo a noção de ensino superior que articulava ensino e pesquisa, convertendo os discentes a consumidores. A expansão das instituições privadas só foi possível devido à impossibilidade do ensino público de absorver a demanda.

Em especial nos últimos 40 anos, o país apresentou uma grande expansão nas matrículas de graduação [...] de tal forma que de 1960 a 2002 as matrículas cresceram 37 vezes. Cabe ressaltar, contudo, que este aumento se deu de forma distinta entre as redes pública e privada. Assim é que, enquanto, no mesmo período, as matrículas na rede privada cresceram 59 vezes, na rede pública o aumento foi de 20 vezes. O resultado deste processo é que se em 1960 o setor privado respondia por 44% das matrículas de graduação, em 2002, essa participação passou para 70%, tornando o Brasil um dos países com mais elevado grau de privatização desse nível de ensino. Basta dizer que a participação do setor privado nas matrículas no Brasil é quase três vezes maior que a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). PINTO, 2004, p.729-730

O sistema educacional foi guiado pela correlação entre educação e desenvolvimento e o forte conceito de educação como investimento. A demanda educacional aumentou com a industrialização, provocando uma pressão no Governo para que atendesse aos interesses de alguns grupos privados para a ampliação e criação de novas unidades de ensino e também pelo afrouxamento das fiscalizações nessas instituições.

Como resultado, houve a ausência de controle de qualidade nessas instituições. Diante disto, o governo suspendeu temporariamente a criação de novos cursos nos estabelecimentos existentes. As instituições públicas se instalaram em áreas de menor interesse econômico para a rede privada. A expansão do ensino superior ocorreu de forma muito acelerada entre 1960 e 1980, saindo de 42.067 matrículas para 885.054 em apenas 20 anos .

Em 1970 o setor privado ultrapassa o público em matrículas, como é demonstrado na tabela abaixo:

ANO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL	EVOLUÇÃO
	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	
1933	18.986	56%	14.737	44%	33.723	
1945	21.307	52%	19.968	48%	41.275	22%
1960	59.624	59%	42.067	41%	101.691	146%
1970	210.613	50%	214.865	50%	425.478	318%
1980	492.232	36%	885.054	64%	1.377.286	224%

Tabela 1: Número de matrículas por dependência administrativa (1933-1980). Fonte: EGREGGIO, 2016

O setor privado se mobilizou para atender a demanda exigida pelo mercado ao atuar de forma dinâmica utilizando a estratégia de instituições isoladas e aumentando o número de cursos e vagas. Enquanto nas instituições públicas se observava investimentos em pesquisa e estrutura para os cursos de pós-graduação, o que justificava o rápido crescimento do ensino privado frente ao público (RIBAS; KLEIN, 2014).



A expansão das vagas gerou demandas para o atendimento de jovens que saíam de suas cidades para buscar formação acadêmica, estudantes reivindicaram assistência junto ao movimento estudantil. Algumas instituições mantinham necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos. Na década de 70 foi fundado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que introduziu programas de assistência ao aluno, como bolsas de trabalho, que oportunizavam o exercício profissional em instituições ou entidades públicas ou privadas; e bolsas, por meio das quais os estudantes obtiveram um orçamento vital sem quaisquer atividades de contrapartida. Programas de alimentação, moradia e assistência odontológica eram também prioritários. Vale ressaltar que tais ações foram respaldadas pela LDB em 1971 (IMPERATORI, 2017).

O ritmo de crescimento das instituições privadas desacelerou levemente a partir dos anos 80 com o agravamento da crise econômica, em contrapartida houve um aumento nas matrículas da rede pública, como é possível observar na tabela 2. Esta década marcou o início da ideologia neoliberal na economia, tendo como eixo articulador dessa nova postura os organismos financeiros internacionais garantidores de empréstimos (SOUSA, 2006; SOBRAL, 2001).

ANO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL	EVOLUÇÃO (anual)
	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	
1980	492.232	36%	885.054	64%	1.377.286	
1981	535.810	39%	850.982	61%	1.386.792	1%
1982	548.388	39%	859.599	61%	1.407.987	2%
1983	576.689	40%	862.303	60%	1.438.992	2%
1984	571.879	41%	827.660	59%	1.399.539	-3%
1985	556.680	41%	810.929	59%	1.367.609	-2%

Tabela 2: Número de matrículas por dependência administrativa (1980-1985). Fonte: EGREGGIO, 2016

Durante o final dos anos 80, o cenário que se desenhava com a estagnação de matrículas exigia uma renovação e criatividade do mercado de ensino superior privado. Havia dois desafios a serem enfrentados, a crise financeira do país e o Estado burocrático e regulador. Nesse período, o DAE foi extinto e as operações assistenciais de cada instituição de ensino foram dispersas. A ajuda ao aluno começou a incluir ações insuficientes e fragmentadas. (RIBAS; KLEIN, 2014; IMPERATORI, 2017).

Com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, houve a possibilidade de abertura e extinção de cursos além do remanejamento de vagas, o que auxiliou o setor privado a ganhar maior mobilidade. Sobre o ensino superior, especificamente a CF trata das universidades e

das instituições de pesquisa científica e tecnológica no art. 207, salientando sua autonomia científica, administrativa e financeira, devendo obedecer ao tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Apenas a educação básica obrigatória é um direito público subjetivo, segundo o art. 208, § 1º da CF. O Estado não tem a responsabilidade de fazer com que todos cursem o ensino superior, sendo seu acesso garantido quando a admissão aos “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística” é realizado “segundo a capacidade de cada um”. O que evidencia o caráter político da escolha do Estado em investir no Ensino Superior (SANTOS, 2015).

Nos anos 90 durante a administração de Collor de Melo (1990), houveram tentativas do governo para reduzir os direitos sociais e trabalhistas assegurados na Constituição de 1988.

Em um documento de 1991, o MEC explicita a importância de uma formação técnica de ensino superior, para a formação de tecnólogos. Demonstrando a preocupação de uma formação rápida totalmente voltada para o mercado de trabalho.

A lei 8.948/1994 ainda deixava bem claro – ao instituir, ao mesmo tempo, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (art.1º) e o Conselho Nacional de Educação Tecnológica (art.2º) – que, naquele momento, existia uma política de consolidação da dualidade educacional, já abrindo a possibilidade legal para que esta política se estendesse ao nível superior. Assim, formalizava se o que parecia ser uma nova política para a educação profissional no país e para estas instituições<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo ao determinar que “a participação da rede particular no Sistema Nacional de Educação Tecnológica poderá ocorrer, ouvidos os respectivos órgãos superiores deliberativos” (art.1º, §1º) – a lei também já indicava possíveis pressões do setor privado no sentido de fazer parte do Sistema de instituições e cursos superiores diferenciados – aqueles voltados para a educação tecnológica. (BRANDÃO, 2013, p. 195, 196)

Em 94 com a lei 8.948, tem se a transformação das Escolas Técnicas Federais- ETFs em Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs, o que resultou na permissão para que esses organizassem cursos de nível superior. Apesar disso, a lei acrescentava que sua execução se daria apenas mediante decreto, e este aconteceu apenas em 97, já no governo de FHC (BRANDÃO, 2013).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a ideologia neoliberal se fortaleceu, aumentando o processo de privatização. A Contrarreforma do Estado ganhava forma e se legitimava por uma elite econômica que visava concretizar a estrutura brasileira através de privatizações de grandes estatais. As medidas visavam a transferência de atribuições estatais para o mercado. O Plano Diretor de Reforma do Estado, do Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE foi aprovado em 1995. Os neoliberais defendem a iniciativa individual como base da atividade econômica, justificando o mercado como regulador da riqueza. A crise econômica é justificada com base no crescimento e intervencionismo do Estado.

As teses neoliberais, absorvendo o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomam as teses clássicas do liberalismo e resumem na conhecida expressão “menos Estado e mais mercado” sua concepção de Estado e de governo. Voltadas fundamentalmente para a crítica às teses de Keynes<sup>5</sup> (1883-1946), que inspiraram o Estado de Bem-Estar Social, defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Estas idéias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para a mesma. (HÖFLING, 2001,p. 7)

Silva e Motta, 2017 assinalam que a referida reforma do Estado nos anos 90 ocorreu em meio à crise estrutural do capital herdada dos anos 70. A crise resultou em saídas de orientação neoliberal, com reestruturação produtiva e ajustes para as novas bases políticas e ideológicas. O fim do regime ditatorial militar e o reposicionamento de forças políticas evidenciam a crise no país, que é marcada nos anos 80 com o elevado montante da dívida pública e os condicionamentos do Fundo Monetário Internacional para ceder empréstimos e equilibrar as contas brasileiras. O projeto político conservador se compõe a partir das medidas da reforma que visa criar condições políticas favoráveis ao novo padrão de acumulação-reprodução social. Entre 1995 e 2003, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais na educação superior foram acentuadas, houve uma flexibilização dos processos para criação de cursos e de instituições particulares. O setor público foi desmontado e permitiu a propagação desordenada de IES e cursos privados, sem controle de qualidade, apesar das políticas de avaliação da educação superior que se multiplicaram nesse período (MARTINS, 2009; PAULA, 2017).

Segundo Martins (2009), a postura refletia uma a forte crença que o próprio mercado acadêmico se regularia. Mediante o Exame Nacional de Cursos que foi introduzido em 1996 e pela Avaliação das condições de oferta, os próprios estudantes, no papel de “consumidores”, escolheriam os melhores “produtos”, as instituições. O que teoricamente contribuiria numa lógica competitiva para as instituições melhorarem sua qualidade.

É a partir dessa Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/1996 que há a possibilidade de um reordenamento jurídico para a educação. Esta introduziu inúmeras modificações no Ensino Superior na medida em que criou regras para abertura e funcionamento de instituições em todos os níveis. A LDB também exigia que a seleção dos aprovados em um curso universitário fosse realizada através de mecanismos formais e também instruía que os cursos de graduação deveriam ser destinados concluído o ensino médio. O art. 51 da LDB ainda aponta o vestibular como diretriz de conteúdo para o ensino médio, relacionando os conteúdos da prova com o que é proposto neste nível, ao deliberar que os critérios de seleção levarão em conta o efeito sobre a sua orientação.

Em 1997, o Decreto 2.306 (19/08/1997), possibilitou as IES privadas a alteração de seus estatutos, permitindo a escolha de natureza civil ou comercial, classificando entre entidade sem fins

lucrativos ou com finalidade lucrativa. A LDB classifica as instituições privadas de ensino como comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares.

Ainda no governo FHC o ensino superior ainda contava com mais medidas de cunho privatista, a Lei nº 10.168 Instituiu a contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e setor privado. E a Lei nº 10.260, de 7 de dezembro de 2001, que dispôs sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior-FIES. O Fies financiava 70% do valor da mensalidade de aluno matriculado em IES privadas, desde que o financiamento não compromettesse 60% do orçamento familiar. O que possibilitou, indiretamente, a alocação de verbas públicas para as IES privadas.

Em 2001, com a Lei 10.172/2001, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2001 a 2010 que definiu um conjunto de diretrizes e metas para a gestão e para o financiamento da educação relativos aos distintos níveis e modalidades de ensino. As exigências para a autorização de novas IES particulares se flexibilizaram o que resultou na forte expansão durante este período, entre 1994 e 2002 o número de instituições privadas aumentou, como é possível observar na tabela 3.

ANO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL DE IES	
	NÚMERO	CRESCIMENTO	NÚMERO	CRESCIMENTO	NÚMERO	CRESCIMENTO
1994	215		633		848	
1995	210	-2%	684	8%	894	5%
1996	211	0%	711	4%	922	3%
1997	211	0%	689	-3%	900	-2%
1998	209	-1%	787	14%	996	11%
1999	192	-8%	905	15%	1.097	10%
2000	140	-27%	1.040	15%	1.180	8%
2001	183	31%	1.208	16%	1.391	18%
2002	195	7%	1.442	19%	1.637	18%

Tabela 3: Número de matrículas por dependência administrativa (1994-2002). Fonte: EGREGGIO, 2016

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade à orientação anterior, em 2003 em seu primeiro ano no poder, há a criação de uma comissão avaliativa para o ensino superior brasileiro, o Grupo de Trabalho Interministerial. Tinha como finalidade adequar à legislação das instituições federais de ensino superior, porém resultou em uma reforma. Reforçando o papel avaliador do Estado, em 2004 a lei nº 10.861 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. Esse sistema avalia todos os aspectos que giram em torno da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Os conhecimentos dos

estudantes são medidos através do [Enade](#), prova que será aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso (SINAES, 2019).

Outros instrumentos utilizados são a autoavaliação, avaliação externa, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. A integração desses permite a atribuição de conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O Ministério da Educação disponibiliza publicamente o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos. A divulgação abrange não apenas ferramentas de informação (censo, registro, dados do CPC e IGC), mas também os conceitos das avaliações para os atos de Renovação de Reconhecimento e de Recredenciamento.

As funcionalidades estão relacionadas em elevar a credibilidade das instituições, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e direcionar o crescimento da oferta, estimulando a responsabilidade social das IES, de modo a honrar a individualidade e autonomia institucional. Os resultados das avaliações permitem delinear a qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país. Os processos avaliativos são administrados pela [Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior \(Conaes\)](#) e a operacionalização é de responsabilidade do Inep (SINAES, 2019).

Para conduzir a efetividade acadêmica e social das instituições, os órgãos governamentais usam as informações adquiridas para orientar a criação de políticas públicas e pelos estudantes e público geral, para direcionar suas decisões sobre cursos e instituições. Os resultados amparam os processos de regulação, estes compreendem Atos Autorizativos e Regulatórios. Os Atos Autorizativos são responsáveis pelo credenciamento das IES, enquanto os Atos Regulatórios são voltados para o recredenciamento de IES e renovação de reconhecimento de cursos (SINAES, 2019).

Demonstrando a continuidade das políticas voltadas para parcerias com o setor privado de FHC, o novo governo aprovou a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada em 11 de outubro de 2005, chamada Lei de Inovação Tecnológica. A referida lei gira em torno da constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas. Procurando estimular a participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação. Ainda nessa lógica, também apontamos para a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, o que permitiu ao governo contratar essas parcerias.

Outro dado importante diz respeito ao crescimento dos cursos formadores de tecnólogos, que atendeu pressões sobre o ensino superior no país. Tanto pelos trabalhadores que concluem o

ensino médio, quanto pela parcela da burguesia que necessita de mão de obra com qualificação mais elevada, porém limitada para ocupar determinados postos de trabalho (BRANDÃO, 2013).

Apontamos que Lula assim como FHC seguiu os interesses privatistas da burguesia de serviços educacionais, que passava a poder oferecer cursos mais rápidos e baratos. O processo de expansão dos Centros de Educação Tecnológica resultou nos Decretos nº 5.224 e nº 5.225 que dispõem sobre a organização dos CEFETs. O crescimento desse tipo de graduação a partir de 2001 fica evidenciado na tabela 4 (BRANDÃO, 2013).

Ano*	IES	PRIVADAS	IES	PÚBLICAS
	TOTAL	Δ %	TOTAL	Δ %
1994	166	-	95	-
1995	157	-5,4	84	-11,6
1996	203	29,3	90	7,1
1998	188	-7,4	70	-22,2
1999	239	27,1	78	11,4
2000	249	4,2	115	47,4
2001	293	17,7	154	33,9
2002	421	43,7	215	39,6
2003	877	108,3	265	23,3
2004	1.445	64,8	359	35,5
2006	3.292	127,8	458	27,6

Tabela 4: Cursos superiores de Tecnologia no Brasil (1996-2006). Fonte: BRANDÃO, 2013

Em 2005, institucionalizado pela Lei 11.096/2005, o Programa Universidade para todos ProUni concede bolsas governamentais para alunos classificados como “carentes”. De acordo com Santos, 2015, o programa regulou as isenções fiscais que eram concedidas para as instituições sem fins lucrativos, que anteriormente recebiam benefícios sem contrapartida. Vieira e Vieira, 2013, indicam que o programa se constituía como uma política de inclusão para além do debate racial, que ia à direção oposta dos debates sobre ação afirmativa no ensino superior ao ser direcionada ao setor privado.

Um estudo comparando o ProUni com as vagas em IES públicas investigou o deslocamento do aluno até a instituição de ensino na cidade de São Paulo e descobriu que este pode ser mais favorável e impactante na vida dos alunos bolsistas do ProUni, mesmo que eles venham de algum trabalho e não de sua residência. Ao mesmo tempo que o oferecimento das faculdades privadas de prestígio é concentrado em zonas restritas (oeste e sul) – os pesquisadores observaram, que há uma forte correlação entre os pontos de distribuição das IES privadas com os principais eixos metroviários e ferroviários da cidade. Além disso, são mais recorrentes cursos no período noturno (SANTOS, 2015, p. 47).

Em abril de 2007 é instituído pelo Decreto Decreto nº 6.096, o Reuni – o Programa Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, objetivando ampliar o acesso e permanência dos estudantes na educação superior. O REUNI pretendia consolidar de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) Tem como meta a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Tendo como diretrizes a redução da taxa de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso (§ 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096).

Em 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Do ponto de vista jurídico, todos os CEFET's, alçam à condição das Universidades Públicas. Foram fundados trinta e oito novos institutos federais, abrangendo desde cursos técnicos a cursos de pós graduação, visando pesquisas de inovação tecnológica.

Em 2010, no final do governo Lula, o programa FIES é reformulado, recebendo a alcunha de “Novo Fies”. O programa oferece linhas de até 100% de financiamento, o valor total financiado passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 9 bilhões entre 2010 e 2014. Anteriormente, a Caixa Econômica Federal era o agente operador e financeiro, o programa passa a ser gerenciado e operado pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE. A taxa de juros do financiamento cai, o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para 3 vezes o período de duração regular do curso e mais 12 meses. Com a reestruturação do programa, além da Caixa, o Banco do Brasil funciona como agente financeiro do Fies (SANTOS, 2015).

O acesso e permanência na Educação Superior brasileira são fundamentais para a democratização desse direito, compreendemos esses como indissociáveis nesse processo. Esse debate acontece de forma diferente entre instituições públicas e privadas. Nas universidades públicas as matrículas já são financiadas pelo Estado, conseqüentemente as políticas adotadas se voltam para a permanência.

Evidenciamos o PNAES que veio para auxiliar a cumprir as metas do REUNI para reduzir as taxas de evasão. A evasão é conceituada como o desligamento que não é resultante da obtenção de diploma, podendo ser do curso, da instituição ou do sistema. (BRASIL, 1996). As causas para a evasão podem ser diversas, entre elas apontamos a impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, pouca interação social, expectativas não correspondidas, reprovações e problemas financeiros. Silva, 2017, apresenta a teoria de Tinto (1973), que descreve as condições propícias para esse fenômeno. Neste princípio a evasão estudantil se dá através de um desequilíbrio entre a integração

acadêmica e a integração social, sendo afetadas ainda pelas metas e valor atribuído a pertencer à determinada universidade.

O PNAES se apresenta como proposta a democratização através da permanência no ensino superior, transformado em decreto em 2010, o que foi determinante para a consolidação desse programa em nível institucional. O Plano Nacional de Assistência Estudantil se destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. O programa promove a assistência através de auxílios como moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, atividades culturais, esportes, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (ANDRADE, TEIXEIRA, 2017).

Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada Ifes. (IMPERATORI, 2017, p. 295)

O atendimento prioritário é destinado aos estudantes egressos de escola pública, respeitando a autonomia universitária, cabendo a cada instituição definir quais critérios de seleção serão utilizados. Acentuamos alguns objetivos desse programa como a diminuição dos efeitos da desigualdade social e regional na permanência e conclusão do ensino superior, assim como a melhoria das taxas de conclusão e redução das taxas de evasão.

A autonomia universitária possibilita que a universidade crie políticas de acordo com suas demandas, respeitando assim a realidade de cada região. Um dos pontos debatidos sobre o programa é a falta de diálogo com os alunos nesse processo, as universidades acabam por priorizar uma área de assistência em detrimento de outra. Os discentes são o público-alvo desse programa, mas as decisões ocorrem sem que haja essa troca. A Controladoria Geral da União (CGU) recomendou em 2016 que houvesse incorporação das demandas do corpo discente nas decisões quanto às áreas de emprego dos recursos (CGU, 2016).

Os recursos são limitados aos mais necessitados, o que causa a exclusão de outros que também precisam desse auxílio. Imperatori, 2017 ainda explicita uma lacuna na legislação do programa, considerando que não define como será realizada a verificação desses critérios socioeconômicos, o que dá margem para o uso clientelista do programa, inclusive ao pensar que não é apenas a renda que implica vulnerabilidade social. As despesas do PNAES ocorrem de acordo com as dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de Ensino Superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de



beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (BRASIL, 2010).

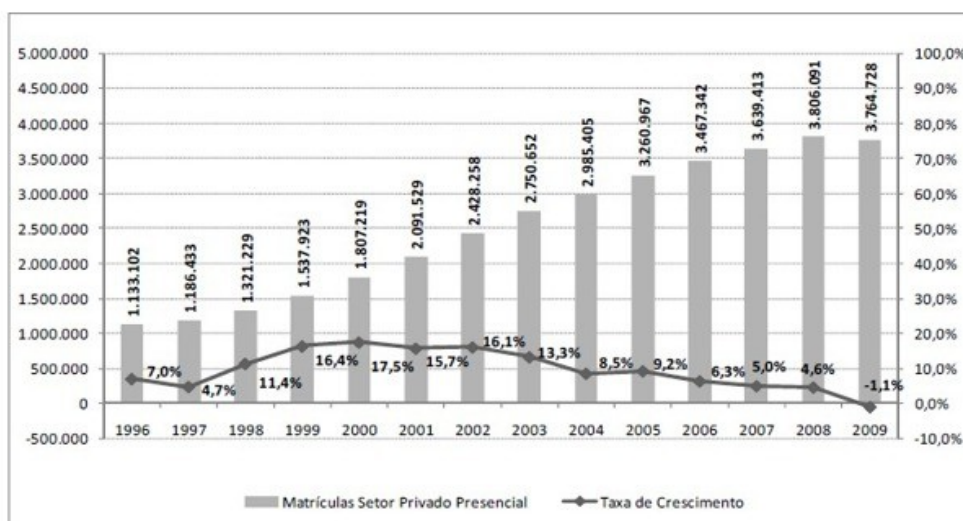
O PNAES representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social, sendo anunciada como estratégia para a democratização do ensino. A assistência estudantil conjectura a relevância dos fatores socioeconômicos na trajetória discente. O desempenho acadêmico é complexo e multifatorial, não se resume apenas a “capacidade x oportunidade”. Os desafios apontados por Imperatori, 2017 são a falta de dados sobre as ações dos programas, sugerindo um banco de dados específicos e o fato do critério de renda não expressar amplamente as vulnerabilidades sociais existentes no país.

	ANO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL	EVOLUÇÃO
		Matriculas	%	Matriculas	%	Matriculas	
FHC	1995	700.540	40%	1.059.163	60%	1.759.703	
	1996	735.427	39%	1.133.102	61%	1.868.529	6%
	1997	759.182	39%	1.186.433	61%	1.945.615	4%
	1998	804.729	38%	1.321.229	62%	2.125.958	9%
	1999	832.022	35%	1.537.923	65%	2.369.945	11%
	2000	887.026	33%	1.807.219	67%	2.694.245	14%
	2001	939.225	31%	2.091.529	69%	3.030.754	12%
	2002	1.051.655	30%	2.428.258	70%	3.479.913	15%
Lula	2003	1.176.174	30%	2.760.759	70%	3.936.933	13%
	2004	1.214.317	29%	3.009.027	71%	4.223.344	7%
	2005	1.246.704	27%	3.321.094	73%	4.567.798	8%
	2006	1.251.365	26%	3.632.487	74%	4.883.852	7%
	2007	1.335.177	25%	3.914.970	75%	5.250.147	8%
	2008	1.552.953	27%	4.255.064	73%	5.808.017	11%
	2009	1.523.864	26%	4.430.157	74%	5.954.021	3%
	2010	1.643.298	26%	4.736.001	74%	6.379.299	7%

Tabela 5: Evolução das matrículas no ensino superior (1995-2010). Fonte: EGREGGIO, 2016

A tabela acima revela a evolução das matrículas no Ensino Superior de 1995 a 2010.

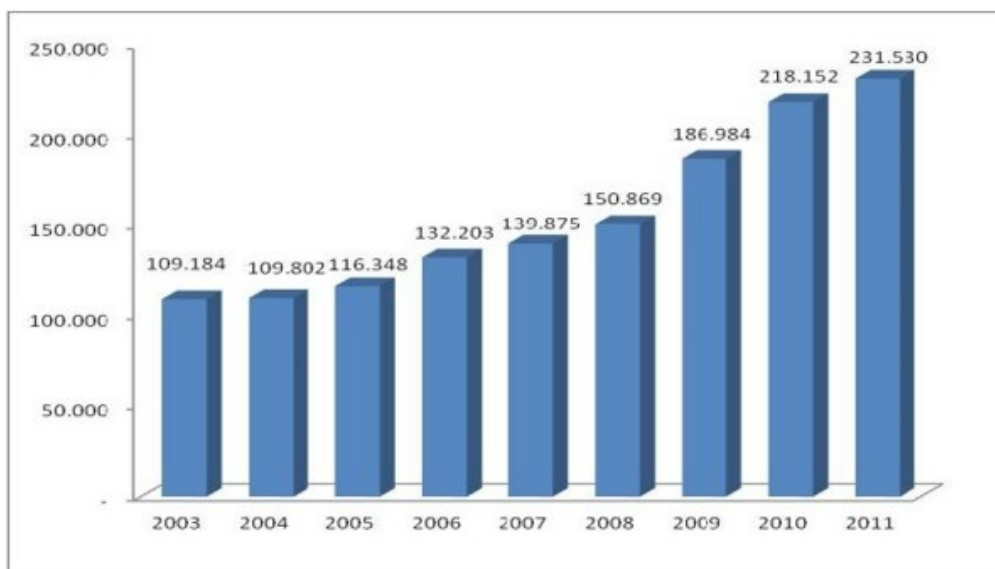
Gráfico 7: Evolução das matrículas no setor privado de graduação presencial (1996-2009)



Fonte: Flavia Silva, 2011

O Reuni promoveu a ampliação de vagas no do ensino superior público e reverteu o processo de sucateamento do segmento público federal criando novas universidades. Os Gráficos 8 e 9, a seguir, demonstram os números da expansão de vagas e de matrículas nas instituições federais durante o governo Lula.

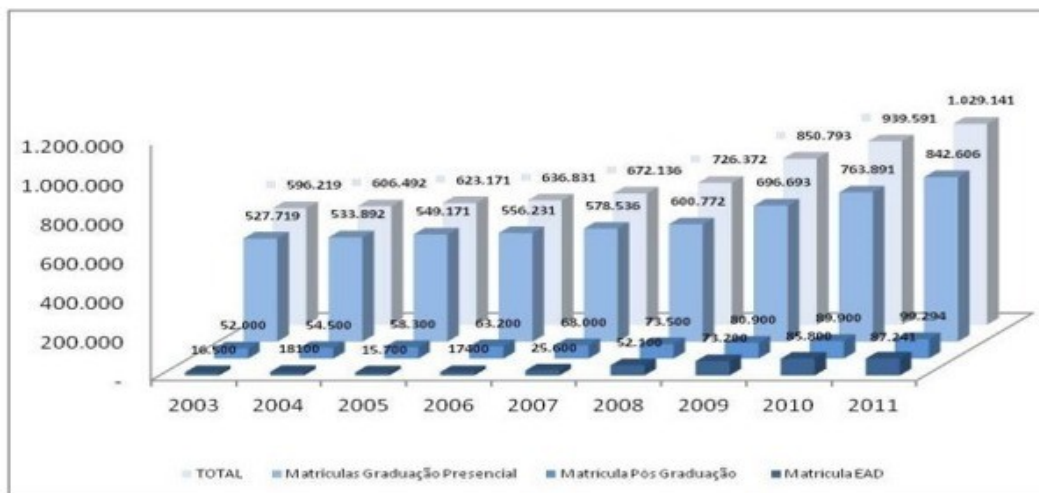
Gráfico 8: Vagas na Graduação Presencial nas Universidades Federais (2003-2011)



Fonte: INEP/MEC

A partir do gráfico 8 é possível notar o crescimento do número de matrículas ao longo dos anos, em 2003 com 109.184 matrículas e em 2011 231.530 matrículas.

Gráfico 9: Total de matrículas nas Universidades Federais (2003 – 2011)



Fonte: INEP/MEC

Em 2011, apoiada por Lula, assume primeira mulher a ser presidente no país, Dilma Rousseff. Durante o primeiro ano de mandato, o Governo Federal desembolsou R\$ 1,8 bilhão com o programa, em 2014 as despesas com o financiamento saltaram para quase R\$ 14 bilhões, um aumento de 678% em apenas três anos. Em 2011 é lançado o Programa Ciência sem Fronteiras que

concedia bolsas de estudo para quem desejasse realizar parte de sua formação acadêmica no exterior.

Um marco do governo Dilma também são as políticas de ação afirmativa, consolidadas pela Lei nº 12.711, de 29/08/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades federais para estudantes provenientes da rede pública priorizando os alunos de baixa renda e o recorte étnico-racial. Progressivamente, até chegar aos 50%, as instituições federais de ensino superior começaram a ofertar suas vagas a esses estudantes.

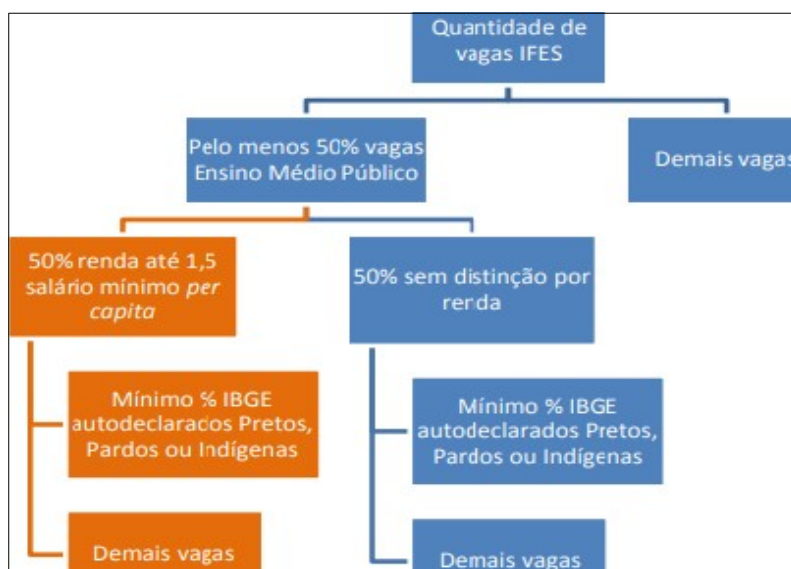


Figura 1- Distribuição de vagas nas IFES a partir da Lei de Cotas em 2012. Fonte: SILVA, 2019.

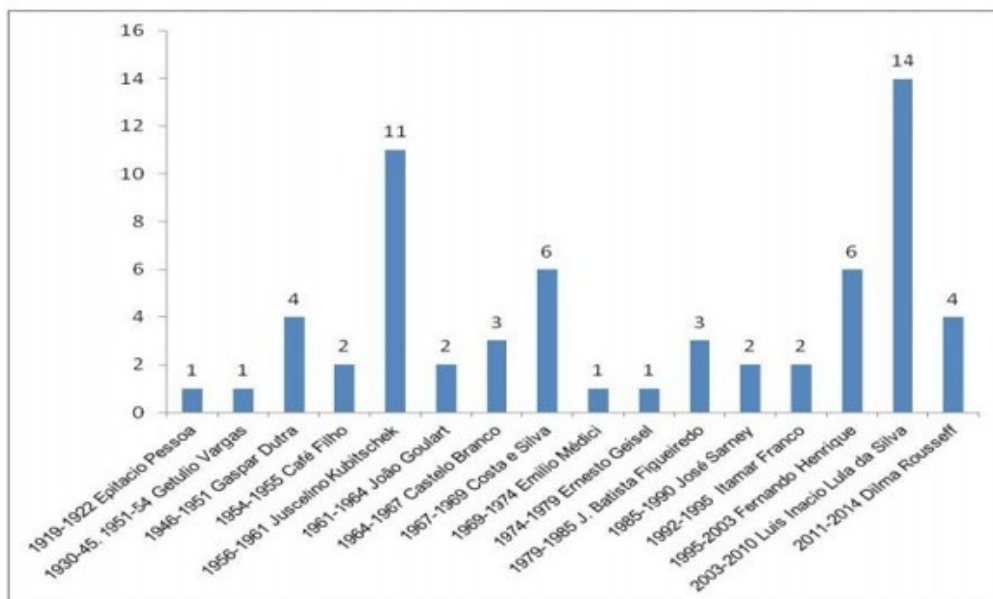
O REUNI e as políticas de ação afirmativa, ampliaram a oferta de vagas nas IES públicas e auxiliaram no processo de ampliação do acesso. Tradicionalmente, essas instituições escolhem seus alunos através de vestibulares extremamente concorridos. Esse processo de vestibular envolve um mercado educacional totalmente voltado para essa preparação. A oferta de cursinhos populares veio como tentativa de democratizar essa seleção. O quadro 5 e o gráfico 9 explicitam de forma ordenada a expansão da Rede Federal de Ensino Superior ao longo dos anos. Destacamos o programa REUNI como um dos responsáveis por essa ampliação.

	2003	2010	2014
Universidades	45	59 (14 novas)	63 (4 novas)
Câmpus/Unidades	148	274 (126 novos)	321 (47 novos)
Municípios Atendidos	114	230	275

Quadro 5: Expansão da Rede Federal de Ensino Superior (2003-2014). Fonte: INEP

As universidades passaram de 45 para 63 universidades em um período de 11 anos, de 148 Campus e unidades para 321, de 114 municípios para 275.

Gráfico 10: Criação de Universidades Federais (1919-2014)



Fonte: Sesu/MEC

A expansão da Rede Federal de Educação Superior iniciada no Governo Lula resultou na criação de 18 universidades em cerca de dez anos. O MEC publicou em 2011 a abertura de 250 mil novas vagas de ingresso nos cursos de graduação nas universidades federais brasileiras, fruto desse processo.

ANO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL	EVOLUÇÃO
	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	
2003	1.176.174	30%	2.760.759	70%	3.936.933	
2004	1.214.317	29%	3.009.027	71%	4.223.344	7%
2005	1.246.704	27%	3.321.094	73%	4.567.798	8%
2006	1.251.365	26%	3.632.487	74%	4.883.852	7%
2007	1.335.177	25%	3.914.970	75%	5.250.147	8%
2008	1.552.953	27%	4.255.064	73%	5.808.017	11%
2009	1.523.864	26%	4.430.157	74%	5.954.021	3%
2010	1.643.298	26%	4.736.001	74%	6.379.299	7%
2011	1.773.315	26%	4.966.374	74%	6.739.689	6%
2012	1.897.376	27%	5.140.312	73%	7.037.688	4%
2013	1.932.527	26%	5.373.450	74%	7.305.977	4%

Tabela 6: Número de matrículas por dependência administrativa (2003-2013). Fonte: EGREGGIO, 2016

Apesar da ampliação das Redes Federais, os dados do INEP demonstram a perpetuação da assimetria entre o ensino público e privado do Governo Lula, como revela a tabela 6. Entre 2007 e

2013 a oferta de vagas nas IES privadas foi de 46,6%, enquanto nas públicas, foi de 55,7%. Durante o governo de Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), diversas medidas de ampliação ao acesso, democratização e internacionalização do ensino superior foram implementadas. Em seu segundo mandato Dilma diminuiu os recursos do programa FIES e reduziu recursos do “ciências sem fronteiras”. Destacamos também o novo PNE (2014-2024) que estabeleceu novas metas para a educação.

No final de Agosto de 2016, Dilma sofreu um impeachment e Michel Temer assumiu oficialmente a presidência, com um governo marcado por cortes e vetos na área da educação. Em 2016, o referido presidente sancionou a [Lei 13.409/2016](#) que alterou a legislação sobre cotas no ensino superior federal, acrescentando as pessoas com deficiência a essas cotas.

Ainda neste mesmo ano foi aprovada a PEC 241 que derruba a obrigatoriedade do governo federal investir 18% do orçamento na educação, prevista na Constituição de 1988. O gasto é calculado com base no que for investido na saúde e educação no orçamento de 2017 e aplicado ano a ano a correção pela variação da inflação, sem vinculação com a receita, congelando os gastos do governo federal por 20 anos (UNDIME, 2016).

O empresariado teve forte presença durante este período, a exemplo disso Mendonça Filho, ministro da educação, em 2016 durante reunião do comitê de líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) declarou: “Eu ousou aqui fazer um chamamento ao empresariado brasileiro para, juntos, nos mobilizarmos, a fim de fortalecer a base educacional do país, melhorando a qualidade do ensino.” (MEC, 2016)

Entre os investimentos voltados a iniciativa privada, destacamos a ampliação no Programa Universidade para Todos (Prouni), crescimento de 10% em relação aos anos anteriores. Também teriam sido abertas, segundo o Planalto, cerca de 310 mil vagas no programa de Financiamento Estudantil do governo, o Fies, com base em novas regras que permitem maior flexibilidade nos prazos de carência do empréstimo (MEC, 2018).

<b>Ano</b>	<b>PNAES NACIONAL</b>	<b>Δ%</b>
<b>2008</b>	R\$ 125.300.000,00	-
<b>2009</b>	R\$ 203.000.000,00	62,0
<b>2010</b>	R\$ 304.000.000,00	49,8
<b>2011</b>	R\$ 395.189.588,00	30,0
<b>2012</b>	R\$ 503.843.628,00	27,5
<b>2013</b>	R\$ 603.787.226,00	19,8
<b>2014</b>	R\$ 742.720.249,00	23,0
<b>2015</b>	R\$ 895.026.718,00	20,5
<b>2016</b>	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
<b>2017</b>	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
<b>2018</b>	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Tabela 7: Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil. Fonte: ANDIFES, 2018

No âmbito das instituições públicas observamos cortes de verba para as políticas de permanência no governo Temer. O PNAES até 2016 apresentava volumes sempre crescentes, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, caindo para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018.

Em 2019 Jair Bolsonaro assumiu a presidência com propostas conservadoras e de extrema direita, a proposta do presidente seria investir recursos na educação básica e diminuir gastos no ensino superior público. No final de abril o MEC bloqueou uma parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino. O corte foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas.

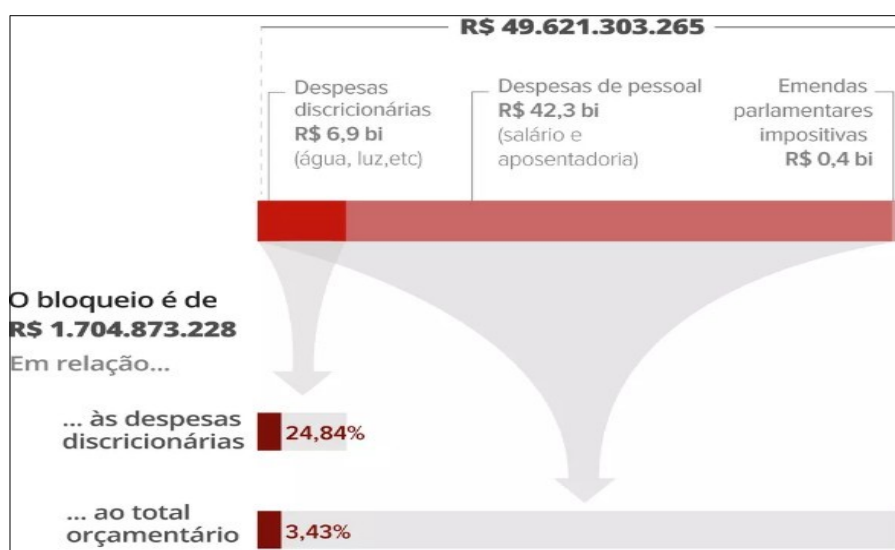


Figura 2: Total orçamentário das universidades federais em 2019. Fonte: Foto arte, G1

Em Julho o MEC anunciou o programa “Future-se” que amplia a participação de verbas privadas no orçamento universitário. O governo destacou que, antes da implementação do programa, a proposta passará por consulta pública. O MEC salienta que a adesão ao programa é voluntária e reforça que a União manterá os recursos destinados às instituições, o que vier a mais com o programa será recurso extra. Diversas universidades se recusaram a aderir ao programa, entre elas a UFRJ, que publicou uma nota criticando alguns pontos. No dia 13 de agosto de 2019, professores/as, técnico-administrativos e estudantes fizeram uma paralisação em defesa da Educação Pública e Gratuita, contra os cortes orçamentários e contra a Reforma da Previdência. A Greve Nacional da Educação está sendo construída em unidade por entidades sindicais e movimentos estudantis.

O ensino superior brasileiro é determinado pela forte presença do setor privado, tendo em vista que essa foi a estratégia utilizada para a sua ampliação. A educação no discurso neoliberal funciona na mesma lógica que o mercado, visando atender as suas necessidades, abordando as

instituições no âmbito de suas técnicas de gerenciamento. Vista como uma mercadoria, atrelada a preparação para o trabalho. Também um meio de reprodução da sociedade capitalista, propagando ideias de meritocracia que tomam a forma de notas e médias. O campo educacional torna-se um produto e um mercado com a venda de cursos e preparatórios junto a propagação de um discurso forte de meritocracia. Não assumindo um papel de uma educação para conscientizar o aluno, não os levando a entender sua situação e a agir em favor da própria libertação. O que contradiz o trecho apresentado da LDB no tocante ao desenvolvimento pleno do educando, que não é preparado para o exercício de sua cidadania.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9394/1996 respaldou as possibilidades de realização de parcerias público-privadas. O texto “A tradição excludente da educação brasileira” de José dos Santos Souza revela como a educação de qualidade no Brasil sempre foi um privilégio de uma pequena elite. Enquanto as camadas mais pobres da sociedade ficavam restritas a uma educação limitada e voltada ao conhecimento básico para o trabalho.

Em um Estado Neoliberal, há uma menor preocupação com políticas públicas de bem-estar social, havendo uma grande tendência a privatizações e ao crescimento da desigualdade social. Com a onda Neoliberal pode-se observar um movimento de controle de gastos, de cortes nos investimentos públicos, de privatizações, e de parcerias público-privadas. Dentro desse contexto há o incentivo ao empreendedorismo, individualismo, competitividade e meritocracia, responsabilizando e conformando os sujeitos por seu fracasso ou sucesso. O aumento da oferta de cursos a distância, a precarização da profissão e da formação docente, além da diminuição do número de concursos públicos e o aumento de contratos, vão compondo o quadro da educação brasileira dentro desta perspectiva.

Espera-se políticas públicas que favoreçam a privatização da educação, precarização e flexibilização do trabalho docente junto a perda de direitos trabalhistas. Diversos cortes no orçamento da educação que se expande em várias dimensões. Uma educação voltada para formar apenas para o trabalho e para o conformismo da realidade, beneficiando empresas e o mercado com mão de obra barata e minimamente qualificada. Dentro desse contexto de cortes e contingenciamento de gastos, a projeção que se faz é que as políticas de permanência dentro das universidades federais sejam cortadas por falta de recursos.

Jair Bolsonaro também será responsável por conduzir a revisão da Lei de Cotas em 2022, porém já sinalizou que pode "acabar" com as cotas raciais. Os dados sobre cotas da ANDIFES evidenciam que o percentual de cotistas saiu de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018.

Dois de cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES (66,19%) pertenciam a famílias com renda per capita de até 1 e meio salários mínimos (ANDIFES, 2016), faixa de renda que, segundo o Decreto do PNAES,

define o público alvo em situação de vulnerabilidade social e econômica e por isso coberto pela assistência estudantil. Do total dos (as) discentes incluídos na faixa de renda mensal familiar “até 1 e meio SM”, 81,5% viviam com até um salário mínimo. O efeito das cotas sobre o ingresso daqueles que possuíam níveis de renda mais baixos fez com que dobrasse o percentual relativamente ao registrado na pesquisa de 2010 (ANDIFES, 2018, p. 21).

<b>Cor ou Raça</b>	<b>2003<sup>1</sup></b>	<b>2010<sup>1</sup></b>	<b>2014<sup>1</sup></b>	<b>2018</b>
<b>Amarela</b>	21.122	20.079	21.977	25.643
<b>Branca</b>	278.811	353.871	429.149	520.008
<b>Parda</b>	132.834	210.498	354.688	470.227
<b>Preta</b>	27.693	57.218	92.240	143.599
<b>Indígena</b>	9.388	6.102	6.014	10.736
<b>Outra</b>	-	8.399	-	
<b>Sem declaração</b>	-	-	35.536	30.087
<b>Total</b>	<b>469.848</b>	<b>656.167</b>	<b>939.604</b>	<b>1.200.300</b>

Quadro 6: Graduandos das IFES segundo raça (2003-2018). Fonte: ANDIFES, 2018

A Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES feita pela ANDIFES mostra que o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras está mais próximo do perfil sociodemográfico do Brasil, o que significa que as políticas de acesso e permanência estão indo ao encontro de seus objetivos. Os resultados mostram que as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, assim como a desigualdade de renda (ANDIFES, 2018).

O IBGE divulgou em 2018 que o rendimento médio nominal mensal per capita domiciliar do país é de 1.373,00 reais, enquanto o rendimento médio nominal mensal per capita domiciliar dos alunos de graduação é de 1.328,00 reais. Outro fato marcante é que o percentual de alunos na renda mensal per capita familiar não ultrapassa a um salário-mínimo e meio. Em 1996, eram 44,3% do corpo discente, a partir de 2014, os estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, chegando a 70,2% em 2018 (ANDIFES, 2018).

Considerando o novo perfil de estudante das universidades federais, focamos na importância do recebimento de benefícios como bolsas de auxílio/permanência e do financiamento estudantil para a uma diminuição nas taxas de evasão. Não é coincidência que essa seja uma política focada na permanência discente (SILVA, 2017).



### 3. ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA: O BOLSA ATLETA NO RJ

Primeiramente trazemos resultados da fase exploratória da pesquisa. Tratamos do contexto em que a UFF e a UFRRJ estão inseridas no cenário esportivo universitário no Rio de Janeiro que é um dos estados da região Sudeste. Possui 92 municípios e faz limite com Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, além do Oceano Atlântico. Sua área é de 43.781,588 km<sup>2</sup>, e suas regiões podem ser divididas conforme a figura abaixo. (Fundação CEPERJ, 2017).

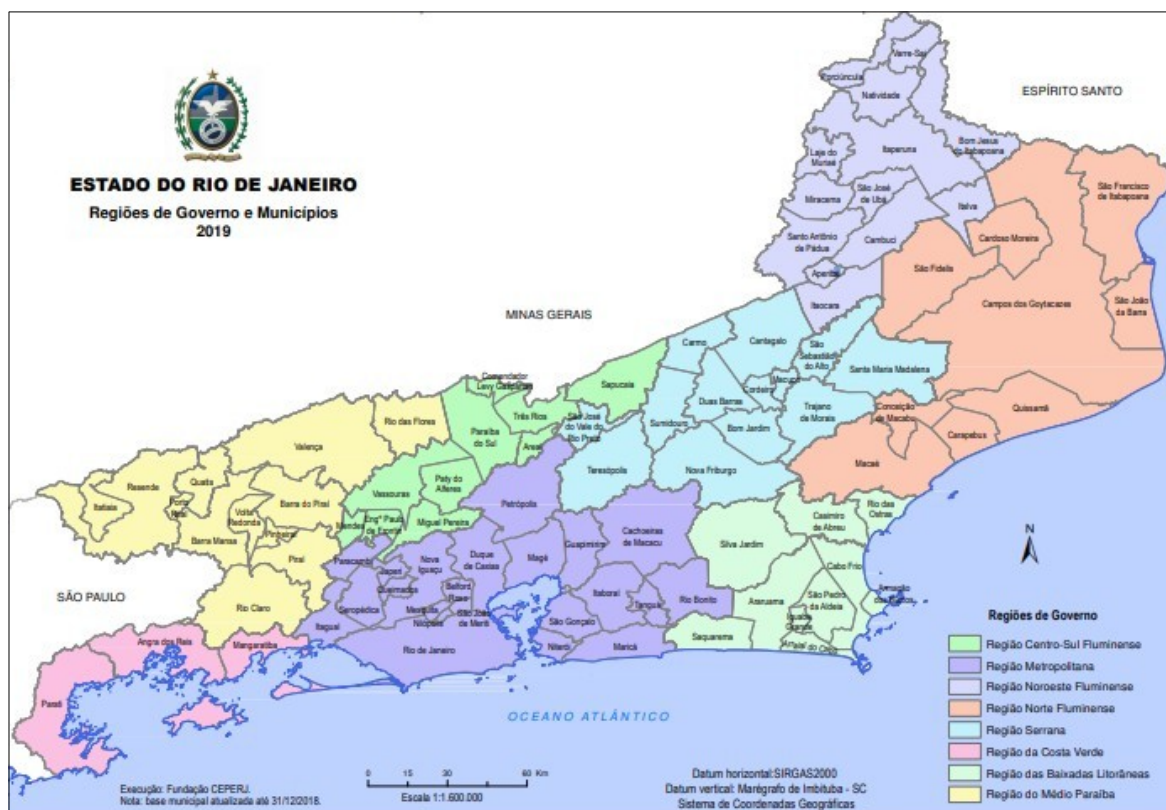


Figura 3 – Estado do Rio De Janeiro, Regiões De Governo e Municípios, 2019. Fonte: CEPERJ.

Quanto ao cenário do ensino superior no estado, uma pesquisa de 2013 realizada pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE) apontou que 32 municípios são totalmente desprovidos de ensino superior (nem públicos, nem privados, nem polos de educação a distância). A relação completa dos municípios desprovidos de IES segundo o IPAE, 2013: Areal Armação de Búzios, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casemiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Italva, Itatiaia, Lage de Muriaé, Macuco, Mendes, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinhal, Porciúncula, Quatis, Rio Claro, São João da Barra, São José de Ubá, São Sebastião do Alto Sapucaia, Sumidouro, Tanguá, Trajano de Moraes, Varre Sai.

Apesar do disposto acima, nos outros 60 municípios do Rio de Janeiro existem 153 IES, dentre as quais 27 são públicas, segundo dados do IPAE, 2013.

<b>Tipo de Instituição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Universidades</b>	<b>18</b>	<b>11,76%</b>
Pública Estadual	2	
Pública Federal	4	
Privada sem fins lucrativos	10	
Privada com fins lucrativos	2	
<b>Centros Universitários</b>	<b>21</b>	<b>13,73%</b>
Pública Estadual	1	
Pública Federal	3	
Privada sem fins lucrativos	15	
Privada com fins lucrativos	2	
<b>Institutos Federais</b>	<b>3</b>	<b>1,97%</b>
Pública Federal	3	
<b>Faculdades</b>	<b>111</b>	<b>72,54%</b>
Publica Municipal	3	
Pública Estadual	11	
Pública Federal	3	
Privada sem fins lucrativos	71	
Privada com fins lucrativos	23	

Figura 4 – Relação das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Fonte: IPAE, 2013.

Quanto ao esporte universitário no RJ, durante a pesquisa exploratória entramos no site oficial da FEURJ, porém o mesmo estava desatualizado, contendo poucas informações. Já no site oficial da CBDU, ao procurar pela FEURJ, estavam disponíveis sete informes que datavam de 2017 a 2019, feitos pela assessoria da CBDU.

Em 2017 a disputa do campeonato universitário que indicou os representantes do RJ para os 65º Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) nas modalidades coletivas aconteceu em três fases. Estavam na disputa seis IES: Celso Lisboa, PUC-RIO, UFF, UFRJ, Univeritas e Universo. Na 1ª Fase do Campeonato Carioca Universitário 2017, foram disputadas as modalidades de Basquete, Futsal, Handebol e Voleibol, nos naipes feminino e masculino. A competição reuniu um total de 450 acadêmicos-atletas por etapa, das seis IES participantes, (CBDU, 2017).

Destacamos a fala do presidente da FEURJ sobre a importância do evento para o estado:

Nos anos de 2014, 2015 e 2016 tivemos o apoio expressivo das Secretárias de Esporte, tanto do Município quanto do Estado, na realização do evento. Esse ano, infelizmente, não temos apoio de nenhum órgão estadual nem municipal, estamos realizando com recurso das próprias universidades, o que foi um baque para a organização dos jogos. Todas as IES filiadas empenham-se ao máximo para sagrarem-se campeãs e, assim, poder representar o RJ no mais importante evento esportivo universitário – o JUBs, (CBDU, 2017).

No triênio de 2014/2015/2016 a FEURJ tinha ao seu dispor um patrocínio que custeava a arbitragem e premiação. A partir de 2017 as IES passaram a assumir estes gastos. Cabe ressaltar que nos anos de 2014 e 2016, o Brasil sediou dois megaeventos, a Copa do Mundo de Clubes da FIFA e os Jogos Olímpicos, tendo o Rio de Janeiro como cidade Sede. O Rio de Janeiro passou por um ciclo de realização de grandes eventos esportivos para legitimar intervenções urbanas questionáveis.

Considerando que o capital está sempre em busca de lugares que possam se tornar oportunidades de investimentos de capital financeiro, os eventos de grande porte se tornaram um negócio. As Olimpíadas de 2016 encerraram o ciclo de dez anos de atividades da cidade. No entanto, a situação após as Olimpíadas do Rio de Janeiro é de sérias crises econômicas, sociais e políticas. Obras públicas e investimentos em infraestrutura de transporte e instalações esportivas são marcados por despejos forçados.

O RJ entrou em estado de calamidade financeira em junho de 2016. Em consequência da falência do estado, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro entrou em crise e isto causou um impacto negativo em diversas associações esportivas ligadas aos cursos de graduação. A situação de diversas instituições ligadas à UERJ se viram diante de problemas financeiros e esportivos. O número de pessoas que estão saindo ou deixando de entrar na UERJ afeta diretamente a renovação de atletas nas modalidades esportivas e na organização das mesmas. Além disso, as principais fontes de renda como a venda de produtos, venda de pacotes de jogos universitários e eventos caem em consequência.

A Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ sediou treinamentos de equipes durante os jogos olímpicos, o que mudou a estrutura da escola, o calendário e a rotina dos alunos que foi afetada por conta das obras que ocorreram nas estruturas. Diversos projetos de extensão voltados para a dança, esporte e lazer acontecem na EEFD, como o programa Segundo Tempo Universitário, que tem o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Em 2016 a mídia apontava a realização dos Jogos Rio 2016 como uma estratégia para impulsionar o esporte educacional no Brasil. Porém nem o Dossiê de Candidatura e nem os Cadernos de Legado apresentaram propostas para a promoção do esporte e de valores olímpicos nas aulas de Educação Física (CASTRO e SOUZA, 2015).

Paralelamente às Seletivas, a FEURJ realizou o Campeonato Carioca Universitário de Futebol, com a participação de cinco IES e 120 acadêmicos-atletas. Por Fase dos Jogos da FEURJ, houve o envolvimento direto de 600 acadêmicos-atletas. No mês de agosto, a Federação realizou as seletivas dos esportes individuais, que devem ter um total de 400 atletas envolvidos, (CBDU, 2017).

Em 2017, a FEURJ terminou classificada em 5º lugar entre as FUEs, e com a Celso Lisboa (6º lugar) e Universo (7º lugar) entre as 10 primeiras do Troféu Eficiência das IES. Os campeões de 2017 na Etapa Estadual de esporte coletivos foram: a Celso Lisboa no basquete feminino, futsal masculino e feminino e no voleibol masculino; UFRJ no basquete masculino; Universo no handebol feminino e masculino e no voleibol feminino.

Em 2018, a Federação de Esporte Universitário do Rio de Janeiro – FEURJ iniciou mais cedo a Etapa Estadual dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), a fim de definir os representantes do Rio de Janeiro para a Conferência Central de Quadras, que aconteceu em Brasília/DF no período de 06 a 12 de agosto. Neste ano, quatro Instituições de Ensino Superior (IES) – Celso Lisboa, PUC-RIO, Univeritas e Universo – disputaram nas modalidades de Basquete, Futsal, Handebol e Voleibol para garantir o direito de representar o Rio de Janeiro na Conferência Central.

A previsão era que aproximadamente 500 acadêmicos-atletas estivessem envolvidos na Fase Estadual de quadras. Destacamos a declaração do presidente da FEURJ, Rafael Serour sobre o evento: “Todas as IES têm chances de conquistarem o título de campeão, defendendo as cores de suas respectivas IES, pois existe um equilíbrio consistente entre elas” (CBDU, 2018).

O presidente da FEURJ ainda declarou a pretensão de melhorar a participação no Troféu Eficiência de 2018. Para isto, disse estar intensificando a participação no calendário nacional, onde nos JUBs 2018 de Lutas estiveram presentes com cinco IES – Celso Lisboa, Estácio de Sá, Isecensa, São José e UFF. Relatou também que para as próximas Etapas Nacionais, estariam mobilizando as demais filiadas a fim de estar presente em todas as competições de 2018. No ranking da CBDU de 2018 terminaram em 4º lugar geral.

Em maio de 2019, começou o 1º turno do Campeonato Carioca Universitário do Estado do Rio de Janeiro, no mês de junho as IES filiadas disputaram o Retorno. As IES campeãs garantiram vaga para representar o Rio de Janeiro na Conferência Central – Fase Nacional – em Vitória, Espírito Santo, no período de 19 a 24 de agosto. Foram disputadas as modalidades de Basquete, Futsal, Handebol e Voleibol, nos naipes femininos e masculinos, e aproximadamente 350 acadêmicos-atletas estavam inscritos. Cinco Instituições de Ensino participantes: Centro Universitário Carioca (Unicarioca), Centro Universitário Celso Lisboa (Celso Lisboa), Centro Universitário Universus Veritas (Univeritas), Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

Rafael Serour, o presidente da Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro (FEURJ) lamentou que apenas 05 Instituições de Ensino Superior manifestaram interesse em participar do certame em 2019. Em contrapartida ao número de participantes, declarou ter iniciado os primeiros contatos com algumas Atléticas interessadas em participar do Calendário da FEURJ e

pretende, ainda este ano, realizar um torneio com as mesmas vislumbrando o Campeonato Universitário de 2020.

Rafael Serour, Presidente da FEURJ :

“O campeonato foi disputado de maneira excelente com grandes jogos entre as IES. Com a aprovação o Projeto de Lei 805/2019 que determina aos Ministérios do Esporte e da Educação a criação do Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras e que altera a [Lei 10.861/04](#), que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, que analisa o desempenho das instituições, dos cursos de graduação e dos estudantes matriculados, esperamos que em 2020 mais IES participem da Fase Estadual dos JUBs.”

O Projeto de Lei 805/2019, ao qual se referiu o presidente da FEURJ , do Sr. Helio Lopes, institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior para incluir a pontuação no Ranking na avaliação das instituições de ensino superior. A pontuação no Ranking de que dispõe esta Lei levará em conta a infraestrutura esportiva, as modalidades oferecidas aos estudantes, a participação dos estudantes nas modalidades oferecidas e o rendimento em competições esportivas.

O objetivo principal é fomentar o esporte universitário no País por meio de uma competição entre as instituições de ensino superior, mediante regulamento a ser definido conjuntamente pelo Ministério do Esporte e da Educação. Tal projeto reforça a posição avaliativa do Estado perante as instituições de ensino superior, postura que vem sendo adotada desde a ampliação da oferta deste nível no país.

“O esporte universitário no Rio de Janeiro está mais vivo do que nunca” afirma o Profº Rafael Serour, Presidente da FEURJ, e ainda complementa:

“O nosso Departamento Técnico de Esportes apurou baseado nas informações dos boletins técnicos de todas as Confederações, que a FEURJ foi a 2ª Federação que mais somou pontos (580 pontos gerais contra 590 pontos da FAPE/PE). Jogamos 07 finais, vencemos 04 – Basquete Feminino, Handebol Masculino, Voleibol Feminino e Voleibol Masculino; fomos vice-campeões em Basquete Masculino, Futsal Feminino e Handebol Feminino. Apenas o Futsal Masculino não vai participar da fase final dos JUBs em Salvador/BA. Os resultados conquistados mostram que a política de esporte universitário desenvolvida em conjunto com as IES filiadas está no caminho certo.”.

“Não cobramos nenhuma taxa de inscrição ou participação, seja de atleta ou da IES. Nossa Fase Estadual deve ser a menos onerosa do que a de qualquer outra Federação. Estamos sempre de portas abertas tanto para novas IES quanto para que as antigas retornem. Como já mencionei toda nossa Fase Estadual (etapa preparatória para definir as IES para a Conferência Central) é discutida e elaborada em comum acordo nos encontros semanais com as instituições filiadas”.

As falas meritocráticas do presidente da FEURJ revelam o caráter pouco inclusivo de tais competições. Considerando que o estado possui mais de cem IES e apenas cinco se destacam e se disponibilizam a participar ativamente, é ao menos curioso. A pouca participação das instituições

públicas em tais competições oficiais corrobora com o que foi explicitado no capítulo um, as características distintas das instituições tornam as competições não atraentes pelo seu caráter desequilibrado, o que desmotiva.

Acentuamos a realização do JUIP pelas instituições públicas do rio de janeiro como uma forma de revelar descontentamento com a FEURJ. Durante a fase exploratória, pudemos observar duas competições universitárias, uma delas foi o JUIP, que aconteceu em 2018 na EEFD- UFRJ.

A competição ocorreu em dois dias, porém observamos apenas um, no sábado, dia 23/06/2018. Chegamos bem cedo ao local, sete horas da manhã, pois a corrida de 5km estava marcada para as oito horas da manhã. Durante a espera, vários alunos sentados nas escadas em frente à entrada principal da EEFD. Uma menina branca de cabelos negros cacheados vestida com uma blusa preta escrito UERJ segurava uma prancheta. Pessoas animadas dos IFFS com tambores e instrumentos de percussão passavam por nós cantando e entravam no prédio. Demorou um tempo, porém o ônibus interno da universidade da universidade apareceu, ele nos levou até a reitoria onde seria realizada a corrida.

Não havia muita estrutura, apenas uma barraca branca com um equipamento de som, onde os atletas deixaram seus pertences e um pórtico que ainda não estava pronto. Alunos das próprias instituições eram os monitores e organizadores da corrida. Ficamos em pé numa sombra esperando enquanto eles organizavam tudo. Pude conversar com algumas pessoas, conheci um pequeno grupo que estudava na UFRJ e que participava de um projeto de extensão de corrida, e que através dele que ficamos sabendo da competição. Nos informaram que o projeto acontecia na parte da tarde na pista de corrida da EEFD, também disseram que não se sentiam preparados para correr 5km.

Montaram um pórtico de largada, explicaram o percurso, que teve que ser adaptado para 3,5km. Alguns atletas tentavam aquecer antes que dessem a largada. Um dos monitores explicou como aconteceria a corrida, que foi em volta do prédio da reitoria. As nove horas da manhã foi dada a largada, e estava com muito Sol. Depois de um tempo chegou o primeiro colocado, que era aluno da UFF, o segundo e o terceiro também. Já no feminino, o pódio se dividia entre UFRRJ em primeiro e segundo, e a UNIRIO em terceiro. Aos poucos foram chegando os últimos colocados, que nitidamente fizeram um grande esforço físico para completar a corrida.

Após um tempo de espera pegamos o ônibus interno e nos direcionamos para a quadra de vôlei. Lá estava tendo uma partida entre UFF e UNIRIO. Pessoas da atlética da UNIRIO seguravam uma bandeira e torciam do andar de cima da quadra, enquanto estudantes da UFF torciam do andar de baixo. Nos cantos da quadra haviam alunos de fisioterapia com macas, onde cuidavam dos atletas antes e depois de competirem.

Ao chegar no ginásio de lutas, pessoas competiam judô e nos cantos do ginásio também haviam alunos de fisioterapia, só que estes estavam sendo orientados por um professor. A arbitragem do judô era feita por profissionais, enquanto nas quadras, era feita por alunos das instituições participantes. Todo o processo do evento foi planejado, organizado e executado pela comunidade acadêmica. O evento veio com uma proposta de integrar a comunidade acadêmica. Ao percebermos que os atletas universitários das universidades públicas não participavam ativamente das competições oficiais da FEURJ, surgiu a dúvida: Afinal, de quais competições eles participam?

Como estratégia para mapear as competições que essas instituições participam, a solução encontrada foi utilizar as redes sociais. Através de páginas de atléticas no facebook e no instagram foi possível identificar o que acontecia dentro deste universo. As Associações Atléticas Acadêmicas representantes de curso ainda são as principais entidades responsáveis pela gestão do esporte nas Universidades, sendo essas a representação básica no esporte universitário brasileiro. O Decreto Lei n.º 80.228 de 25 de agosto de 1977, instituiu que cada universidade tivesse uma atlética central que representasse todos os cursos junto a Federação Estadual, muitas ainda adotam este modelo, mas não todas.

Sobressaímos a UFF como pioneira na criação da primeira liga de atléticas no Rio de Janeiro. Nesta universidade, mais de vinte cursos possuem atléticas. Objetivando o desenvolvimento de tais atléticas, foi criada, em dez de Outubro de 2014, a Lauff (Liga das Atléticas da UFF), estabelecendo um vínculo entre elas. Posteriormente, a UNIRIO também criou uma liga de atléticas.

A liga de atléticas visa desenvolver a prática esportiva nas instituições de ensino superior. Na UFF, muitos cursos filiam-se à Liga. A Lauff é estruturada por áreas de função, possuindo duas diretorias. Os dois cargos não podem ser ocupados simultaneamente pelo mesmo curso. A Diretoria Executiva se subdivide em Presidência, Vice-Presidência Administrativa, Vice-Presidência Esportiva, Tesouraria e Secretaria Geral. A Diretoria Funcional envolve setores de Mídia, Marketing, Planejamento de Eventos, Esportes Coletivos e Individuais, entre outros. As atléticas que obtiverem interesse em ocupar tais cargos devem se candidatar para participar de um processo de eleição.

As atribuições de uma atlética envolvem o gerenciamento e representação de cursos nos jogos universitários, exigindo trâmites administrativos e contato externo à faculdade. Junto à toda essa logística, também há a demanda de organização de festas, confecção e comercialização de produtos dos cursos, formação de equipes, times de cheerleaders, torcida e bateria.

Através das buscas nas redes sociais pudemos identificar os jogos extraoficiais mais populares entre os universitários fluminenses. Os jogos divididos por área de conhecimento ou por

cursos são amplamente divulgados pelas atléticas do Rio De Janeiro nas redes sociais, que vendem pacotes com diferentes preços de acordo com o pacote escolhido.

As opções variam entre a inclusão ou não de festas, estadia, transporte, entre outros benefícios de acordo com o evento. Apesar da existência de um órgão oficial, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário, a preferência da grande parte das atléticas dos cursos superiores é por competições administradas por empresas privadas. A JC2 e a Mercúrio Esportes são alguns exemplos.

As festas são uma característica forte de tais competições, por isto é muito comum alunos que não praticam esportes serem sócios de atléticas para obterem benefícios, além de viajarem junto as equipes para torcida. Distinguimos a grande participação de diversas atléticas das instituições públicas de ensino superior do estado em competições extraoficiais. Outro fato percebido foi a grande incidência de jogos realizados nas cidades de Vassouras e Volta Redonda. No quadro abaixo listamos os campeonatos por área de conhecimento mais populares no estado.

<b>Jogos universitários extraoficiais divididos por cursos</b>	<b>Cursos Participantes</b>
Jogos Jurídicos RJ	Direito
InterMed RJ	Medicina
InterEng RJ	Diversas Engenharias
InterEnf RJ	Enfermagem
InterOdonto Rio	Odontologia
JUCS RJ- Jogos Universitários de Comunicação Social	Comunicação E Artes
OLEF- Olimpíadas De Educação Física	Educação física
Jogos Financeiros RJ	Economia, Administração, Ciências Contábeis
JUSE RJ- Jogos Universitários de Saúde e Exatas	Química, Nutrição, Matemática, Farmácia
Humaníadas RJ	Psicologia, História, Geografia, Turismo, Biblioteconomia, Relações Internacionais, Ciências Sociais
CopaVet	Medicina veterinária

Quadro 7: Jogos universitários extraoficiais divididos por cursos no Rio de Janeiro. Fonte: elaboração própria.

Verificamos também a presença de jogos universitários extraoficiais regionais no Rio de Janeiro. A participação nesses jogos é mais estimulada pela atlética central. A impressão que se tem é que nos jogos por cursos, as atléticas são representadas e indiretamente representam a universidade da qual fazem parte. E nos jogos regionais, as universidades são representadas de forma unificada, no caso, por uma atlética central. No quadro abaixo listamos os campeonatos regionais que pudemos identificar no Rio de Janeiro.



<b>Jogos universitários extraoficiais da região fluminense</b>	<b>Região</b>
JunFri- Jogos Universitários Friburguenses	Nova Friburgo- Região Serrana
JuNit- Jogos Universitários De Niterói	Niterói- Região Metropolitana
LUCA- Liga Universitária Carioca	RJ- Região Metropolitana
TUC- Taça Universitária Carioca	RJ- Região Metropolitana
AthletiCup	RJ- Região Metropolitana
JUIP- Jogos Universitários Das Instituições Públicas	RJ- Região Metropolitana
TUSF- Torneio Universitário Sul Fluminense	Região Sul Fluminense
JUBF- Jogos Universitários Da Baixada Fluminense	Baixada fluminense
Campeonato Carioca De Cheerleading	RJ- Região Metropolitana
BomJu- Bom Jesus do Itaboapoana Jogos Universitários	RJ- Região Noroeste Fluminense
Torneio de Rugby Universitário da LRU-RJ	RJ- Região Metropolitana

Quadro 8: Campeonatos universitários extraoficiais regionais do Rio de Janeiro. Fonte: elaboração própria.

Assim como existem torneios extraoficiais de nível regional no RJ, também há competições extraoficiais interestaduais que reúnem universidades de todo o país, tais campeonatos movimentam uma média de 3000 discentes. Listamos abaixo tais campeonatos, que foram identificados a partir das postagens das atléticas fluminenses.

<b>Jogos universitários extraoficiais a nível interestadual</b>
Copa UniSinos
Copa Rio Minas
CAP- Copa Atlético Praiana
Super Praia Brasil
Jogos Inter Atléticas (JOIA)
Campeonato Brasileiro De Cheerleading
UniversiCopa

Quadro 9: Campeonatos universitários extraoficiais a nível interestadual. Fonte: elaboração própria.

Os campeonatos internos também são característicos do esporte universitário. Durante o período inicial do trabalho, em 2018, pudemos observar durante um dia uma competição interna da UFF, o InterUFF. A competição contava com atléticas de vários cursos e também muita torcida. Se configurando como um momento de lazer entre os universitários daquela instituição. Em várias universidades existem competições internas entre atléticas e há ainda competições internas entre os períodos dos cursos, chamadas de interperíodos.

A partir de buscas em páginas de redes sociais e em sites da universidade mapeamos as Instituições Públicas civis de Ensino Superior no Rio De Janeiro junto às suas Atléticas. O objetivo

foi criar um panorama do esporte universitário de rendimento em tais instituições, tendo em vista que as AAA'S promovem o esporte no âmbito universitário, através de jogos, festas e competições.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	Atlética Central	Atléticas por curso/campus
CEFET RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	Atlética CEFET/RJ	8 Atléticas por curso/campus: Atlética CEFET Nova Iguaçu; Atlética CEFET/RJ Angra; Atlética CEFET Friburgo; Atlética CEFET Valença RJ; Atlética CEFET Petropolis; Atlética CEFET Itaguaí; Atlética Engenharia CEFET-RJ Angra; Atlética Euforia- AAACV- administração CEFET RJ;
ENCE - ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS	A.A.Atlética ENCE	Não possui
FAETERJ- BOM JESUS ITABAPOANA	Não possui	Não possui
FAETERJ- ITAPERUNA	Não possui	Não possui
FAETERJ- PARACAMBI	Não possui	Não possui
FAETERJ- PETRÓPOLIS	Atlética FAETERJ Petrópolis	Não possui
FAETERJ- RIO DE JANEIRO	Não possui	Não possui
FAETERJ- SANTO ANTONIO DE PADUA	Não possui	Não possui
FAETERJ-TRES RIOS	Não possui	Não possui
FEITA- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE ITAPERUNA	Não possui	Não possui
FUNITA- FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ITAPERUNA	Não possui	Não possui
IFF- INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	Não possui	5 Atléticas por curso/campus: Atlética IFFenix- Campos Dos Goytacazes; Atlética IFF wolves- Cabo Frio; Atlética Lagartos IFF Macaé; Atlética Búfalos Arq/Urb Iff ; Atlética IFFernais Guarus
IFRJ- INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Não possui	6 Atléticas por curso/campus: Atlética IFRJ Realengo; Atlética IFRJ Campus Volta Redonda; Atlética Miyamoto- IFRJ; Atlética Olimpo IFRJ- VR; Atlética Maracanã IFRJ; Atlética Mamutes do IFRJ
INES- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	Não possui	Não possui

ISE ZONA OESTE - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DA ZONA OESTE	Não possui	Não possui
ISEPAM - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT	Não possui	Não possui
ISERJ- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	Não possui	Não possui
ISTHORTICULTURA- INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM HORTICULTURA	Não possui	Não possui
UENF- UNIVERSIDADE ESTUDAL DO NORTE FLUMINENSE	Atlética UENF Ururau	2 Atléticas por curso/campus: Atlética predadores engenharia UENF; Atlética Panteras UENF
UERJ- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Não Possui	19 Atléticas por curso/campus: UERJ Atlética Nova Friburgo; Atlética Oceanografia UERJ; Atlética De Engenharia UERJ; Atlética Taurus economia UERJ; Atlética IME UERJ; Atlética Ricardo Lira Direito UERJ; Atlética Medicina UERJ; Atlética Psicologia UERJ; Atlética Relações Internacionais UERJ; Atlética Física Tigres UERJ; Atlética Odontologia UERJ; Atlética Gorilas Biologia UERJ; Atlética Enfermagem UERJ; Atlética FEFB UERJ Duque De Caxias; Atlética Turismo UERJ; Atlética De Filosofia UERJ; Atlética De Pedagogia UERJ; Atlética Carolina Maria de Jesus- Panteras Letras UERJ; Atlética Galudos Da Faf Administração E Contábeis;
UEZO- CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE	Atlética UEZO	Não possui
UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	SeleUFF	33 Atléticas por curso/campus: Atlética UFF Aterrado Volta Redonda; Atlética UFF Campos; Atlética UFF Volta Redonda; Atlética Direito UFF; Atlética UFF
		Cantagalo; Atlética UFF Macae; Atlética Ecouff; Atlética UFF Engenharia; Atlética UFF Rio Das Ostras; Atlética História UFF; Atlética UFF Angra; Atlética Empreendedorismo UFF; Atlética Relações Internacionais UFF; Atlética Odontologia UFF; Atlética

		Segurança Pública UFF; Atlética Enfermagem UFF; Atlética Biomedicina UFF; Atlética UFF Turismo; Atlética Celia Maria Letras UFF; Atlética Geociências UFF; Atlética Nutrição UFF; Atlética Furiosa Nova Friburgo UFF; Atlética Unificada Biológicas UFF; Atlética Autuaria UFF; Atlética Física UFF; Atlética Ciências Biológicas UFF; Atlética Direito Volta Redonda UFF; Atlética Computação UFF; Atlética Arquitetura UFF; Atlética Educação Física UFF; Atlética Química UFF; Atlética IME UFF; Atlética Engenharia UFF VR;
UFRJ- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Não possui	29 Atléticas por curso/campus: Atlética Da Nacional de Direito UFRJ; Atlética Educação Física UFRJ; Atlética De Com E Artes Tubarões UFRJ; Atlética De Engenharia UFRJ; Atlética Fisioterapia UFRJ; Atlética Biologia UFRJ; Atlética Letras UFRJ; Atlética Finanças UFRJ; Atlética DEGEI UFRJ; Atlética Economia UFRJ; Atlética Biblioteconomia UFRJ; Atlética Biológicas UFRJ; Atlética Farmácia UFRJ; Atlética Odontologia UFRJ; Atlética Psicologia UFRJ; Atlética IM UFRJ; Atlética Medicina UFRJ; Atlética Contábeis UFRJ; Atlética De Química UFRJ; Atlética Ciências Da Saúde UFRJ; Atlética Engenharia UFRJ Macae; Atlética Relações Internacionais UFRJ; Atlética Geociências UFRJ; Atlética Enfermagem Macae UFRJ; Atlética Medicina UFRJ Macae; Atlética Enfermagem UFRJ; Atlética Farmácia UFRJ Macae; Atlética Nutrição UFRJ Macae Devoradores; Atlética Química UFRJ Macae;
UFRRJ- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	ACUR/ Atlética Central Da Universidad e Rural	12 Atléticas Por Curso/Campus: Atlética Das Engenharias UFRRJ; Atlética Soberanos Relações Internacionais Da Rural; Atlética Educação Física

		Rural; Atlética Financeira Rural; Atlética Direito Rural; Atlética História Rural; Atlética Economia Rural; Atlética Invocada Veterinária Rural; Atlética Matemática Rural; Atlética Biologia Rural; Atlética Comunicação E Artes Rural;
UNIRIO- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Atlética UNIRIO	17 Atléticas Por Curso/Campus: Atlética Administração UNIRIO; Atlética Charles Darwin Biologia UNIRIO; Atlética De Ciência Política UNIRIO; Atlética Medicina UNIRIO; Atlética Biomedicina UNIRIO; Atlética Direito UNIRIO; Atlética Matemática UNIRIO; Atlética Enfermagem UNIRIO; Atlética Alan Turing Sistemas De Informação UNIRIO; Atlética De Matemática E Estatística UNIRIO; Atlética Economia UNIRIO; Atlética Nutrição UNIRIO; Atlética Ciências Da Natureza UNIRIO; Atlética Administração UNIRIO; Atlética História UNIRIO; Atlética Engenharia UNIRIO; Atlética Paul Otlet Corujas da Urca

Quadro 10: Campeonatos universitários extraoficiais a nível interestadual. Fonte: elaboração própria.

O modo como se organiza o esporte universitário fluminense indica que seu desenvolvimento é consequência do engajamento das instituições de ensino superior em conjunto com as atléticas, sejam públicas ou privadas. O elevado número de atléticas presente na Universidade Federal Fluminense pode ser justificado pelo apoio financeiro que a instituição oferece às atléticas. A UFRJ possui o Programa Esporte e lazer (PEL) que oferece vagas para os estudantes participarem de aulas em algumas modalidades esportivas. A UFRRJ e a UFF desenvolvem o PELC Programa De Esporte E Lazer Na Cidade. O Programa Fábrica de Cuidados da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP/UNIRIO) marca uma parceria da Universidade com as associações de moradores Alma e Amovila. Na busca por melhor saúde e qualidade de vida, o programa oferece atividades como teatro, balé, música (coral), ioga, judô e shiatsu.

Mesmo entre as instituições públicas é possível notar diferenças na política de esporte universitário, vide a presença ou não de uma atlética central, o quantitativo de atléticas por curso, a presença do bolsa atleta em apenas duas instituições e as diferenças nos projetos esportivos

adotados. Desenvolver e reconhecer o esporte universitário requer a estruturação e fomento de uma política para o setor. Entendemos que a presença do poder público não ocorre sem a presença de disputas e interesses contraditórios.

Conforme a FONAPRACE (2016), a internet é a principal fonte de informação dos graduandos. Ao fazer uma rápida pesquisa sobre os programas esportivos oferecidos nos sites das instituições de ensino superior públicas do Rio de Janeiro, com exceção a UFF, UFRJ e UFRRJ, não encontramos respostas quanto as opções disponíveis. Ressaltamos que utilizar a internet como meio de divulgação e conscientização promove um maior acesso a informação. É importante que as atividades oferecidas pelas instituições sejam veiculadas neste local.

A estruturação de uma política de esporte universitário não se resume apenas ao esporte de representação, como é o caso do esporte universitário de rendimento voltado para competições. Historicamente o Brasil desenvolveu políticas majoritariamente para o esporte de rendimento. Desenvolver esporte de rendimento significa visibilidade e campanha política, pois o resultado é o palpável, é o que está posto no mundo para que todos possam ver. Não se preocupa com o processo, tendo em vista que o processo está no campo interno da instituição. É importante reclamar tais espaços como que o esporte universitário se desenvolva também como esporte comunitário de participação e esporte educacional, voltado para o ensino, pesquisa e extensão.

Reiteramos que segundo o artigo 217 da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado fomentar as práticas desportivas, formais ou não, enquanto direito de cada um, destinando os recursos públicos prioritariamente para a promoção do desporto educacional e promovendo o lazer como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

### **3.1. O PROGRAMA BOLSA ATLETA DA UFF E DA UFRRJ COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA**

Ao vincular esporte a assistência estudantil, apontamos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que inclui atividades na área dos esportes. Ele apoia a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, à saúde, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria universidade, que acompanha e avalia o desenvolvimento dos alunos contemplados. No caso da UFF e da UFRRJ, em ambas isto ocorre por meio da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis, PROAES.

A Universidade Rural do Rio de Janeiro inclui o auxílio de incentivo ao esporte em seu programa de assistência estudantil, enquanto a UFF coloca o bolsa atleta como uma assistência à parte. O PROAES da UFF divulgou edital 2020 para os Programas da Assistência Estudantil como disposto:

Todos os estudantes da Universidade Federal Fluminense matriculados em curso de graduação na modalidade presencial que não tenham concluído nenhum curso de graduação, que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica, poderão concorrer aos seguintes programas: Programa Auxílio Educação Infantil (creche e pré- escola), Programa Auxílio Moradia, Programa Auxílio Transporte, Programa Auxílio Alimentação para Estudantes dos Campi em Expansão , Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e Programa Bolsa Desenvolvimento Acadêmico. (PROAES, 2019)

No site da Universidade Federal Fluminense o Bolsa Atleta é destacado, enquanto os outros programas de assistência estudantil sempre são divulgados em conjunto.

O conselho universitário da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro deliberou que os programas de assistência estudantil contemplam as seguintes modalidades: Auxílio financeiro à moradia, auxílio não financeiro à moradia, auxílio financeiro à alimentação, auxílio não financeiro à alimentação, auxílio financeiro de transporte, auxílio financeiro didático/pedagógico, auxílio de incentivo ao esporte, auxílio creche, auxílio acessibilidade, auxílio emergencial.

Além do PROAES o auxílio da Rural está vinculado ao DEL/PROEX pois foi criado justamente pensando no desenvolvimento de atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão prevista no inciso VII do parágrafo 1º, do Art. 3º do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

Uma das maneiras da UFF promover o vínculo entre esporte e educação acontece a partir do programa “Bolsa Atleta”, que oferece uma bolsa no valor de R\$ 400,00 para cada estudante selecionado. A iniciativa, criada em 2012, incentiva atletas universitários a representarem a instituição em competições esportivas nacionais nas mais diversas modalidades individuais.

Segundo a fala da diretora de apoio acadêmico da UFF, o projeto tem como objetivo não só divulgar positivamente o nome da universidade, como também uma forma de evitar a evasão escolar e apoiar os alunos em suas necessidades esportivas:

Outro aspecto importantíssimo relacionado ao projeto é o impacto positivo no combate à evasão escolar. Sem esse tipo de iniciativa, muitos alunos acabam abandonando sua trajetória acadêmica. Desde sua criação, mais de 100 universitários já receberam o suporte financeiro da instituição (MARCIA PINTO, 2019).

Uma das finalidades dispostas no edital do auxílio de Incentivo ao Esporte da UFRRJ também é contribuir para a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação presenciais, bem como a redução das taxas de evasão e retenção, a partir da sua inserção em atividades de incentivo à prática esportiva. Abaixo construímos um quadro para elucidar detalhes quanto aos objetivos do benefício.

<b>Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019</b>		
Universidades	UFF	UFRRJ
Ano de Criação	2012	2010
Valor	R\$:400,00	R\$:320,00
Nº de Vagas	15	60
Modalidades esportivas	Esportes individuais	Esportes individuais e coletivos.
Objetivos	Incentivar a participação dos estudantes da UFF em atividades esportivas e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico e em competições esportivas; Viabilizar recursos aos estudantes que possam cobrir parte dos custos para aquisição de material esportivo, inscrições em competições, transporte, hospedagem e alimentação durante eventos esportivos.	Fomentar projetos de extensão universitária na área do esporte e incentivar a prática desportiva saudável, contribuindo para a democratização do esporte, mediante o oferecimento de auxílio aos estudantes praticantes de modalidades esportivas e voluntários em ações de extensão que promovam o esporte. Incentivar os alunos na construção de hábitos saudáveis relacionados à prática esportiva e de lazer. Possibilitar ao estudante da UFRRJ, receber auxílio financeiro individual, contribuindo na viabilização da sua participação em competições esportivas.

Quadro 11: Objetivos do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019. Fonte: Elaboração própria.

As seleções de ambos os programas acontecem anualmente sendo organizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) e na UFRRJ também com o auxílio da PROEXT.

É possível notar em ambas o objetivo de incentivar a prática desportiva saudável, mediante o oferecimento de oportunidades aos estudantes para participarem em competições esportivas em nível municipal, estadual e nacional. Possibilitando aos estudantes da UFF e UFRRJ receberem auxílio financeiro individual.

A principal diferença entre as bolsas está no aspecto extensionista e assistencialista da bolsa da Rural, além das distintas modalidades de bolsa. Existem dois modelos na UFRRJ, a bolsa para atletas: ESPORTE DE COMPETIÇÃO DE ALTO RENDIMENTO. E uma bolsa para treinadores: ASSESSORIA ESPORTIVA PARA TREINAMENTO DE EQUIPES /SELEÇÕES.



O auxílio da UFRRJ engloba as modalidades: cheerleading, futebol de campo, futsal, basquete, handebol, Rúgby, atletismo, lutas, tênis, tênis de mesa vôlei, ciclismo, ginástica e dança e natação. As vagas para as modalidades são distribuídas a critério do PROAES e do PROEXT.

Durante a pesquisa, foi constatado que o auxílio de incentivo ao esporte para discentes dos cursos presenciais da UFRRJ, teve o seu primeiro edital lançado em 2010, inicialmente, os editais e o auxílio eram de total responsabilidade da Atlética Central, não havia tanta divulgação. A Atlética Central não possui um local próprio para guardar documentos e muitos desses editais se perderam. Posteriormente, em 2014, o auxílio de incentivo ao esporte passou a ser responsabilidade também da pró-reitoria de assuntos estudantis e da pró-reitoria de extensão, que passaram a fazer um trabalho em conjunto com a atlética e a lançar os editais no site da UFRRJ.

Houve algumas alterações no programa em 2019, como a remoção do bolsa auxílio de incentivo ao esporte na modalidade extensão desportiva do edital do programa bolsa atleta. Essa modalidade de bolsa não foi excluída, porém é feita em edital a parte, como um outro programa. Até 2018 era parte de uma das modalidades de bolsa atleta da UFRRJ, estando vinculada a projetos de extensão que são realizados na comunidade. O objetivo dessa modalidade de bolsa é dar assessoria ao Departamento de Esporte e Lazer e a Atlética Central da UFRRJ no suporte da gestão das modalidades esportivas, auxiliando na organização das atividades esportivas vinculadas às modalidades que são desenvolvidas nos projetos.

Durante os anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018,2019, pode-se observar alterações no número de vagas e na distribuição de bolsas da Rural. Em 2014 foram distribuídas 118 bolsas em três modalidades, em 2017, 150 bolsas, em 2018, 144 bolsas. Em 2019, 60 bolsas incluindo duas modalidades de bolsa. Os valores oferecidos variaram ao longo dos anos entre R\$:150,00 a R\$: 320,00. Até 2018 o valor mais baixo era para a bolsa na modalidade competição e alto rendimento e os maiores valores eram oferecidos para a bolsa na modalidade de extensão. Em 2019 não há diferença de valores entre as modalidades de bolsa. Outra mudança que ocorreu neste ano foi a inclusão de 10 vagas para alunos do campus Nova Iguaçu, até então a bolsa apenas atendia alunos do campus de Seropédica.

A bolsa da UFF sempre foi de R\$: 400,00 e ao longo de seus anos de existência não houve grandes mudanças no quantitativo de vagas, variando sempre entre 15 e 16 alunos atendidos. Só há uma modalidade de bolsa, voltada para atletas de alto rendimento de esportes individuais. Em 2017 o programa bolsa atleta foi interrompido, voltando a abrir editais em 2018. Não há determinação específica quanto as modalidades esportivas. Os requisitos para a participação no processo seletivo são estabelecidos em edital anual, descritos no quadro abaixo.

Requisitos para participação no programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019		
Universidades	UFF	UFRRJ
Requisitos para participação do processo seletivo	<p>Estar regularmente matriculado nos cursos de Graduação da Universidade Federal Fluminense;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. cursar prioritariamente, a sua primeira graduação na UFF</li> </ul> <p>Ter Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior a 6,0 (não se aplica para alunos ingressantes);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Estar inscrito em número de disciplinas compatível com o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF;</li> <li>. Não receber outra modalidade de bols na UFF;</li> <li>. Estar apto à prática esportiva a que se propõe, comprovado através de atestado médico;</li> <li>. Não estar inadimplente junto à SDC, referente à devolução de livros das Bibliotecas da UFF, ou junto a qualquer outro órgão da UFF, referente à prestação de contas ou devolução de valores indevidamente recebidos, até que seja comprovada a resolução da pendência.</li> </ul>	<p>Regularmente matriculado em um dos cursos de graduação presenciais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. cursar carga horária de 180 horas presenciais nos cursos integrais ou carga horária de 120 horas em disciplinas presenciais nos cursos parciais</li> <li>. Comprovar renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio.</li> <li>. Apresentar a documentação comprobatória própria e de todo o seu núcleo familiar</li> <li>. cursar prioritariamente, a sua primeira graduação na UFRRJ.</li> <li>. Não estar em débito com o Serviço de Material Esportivo</li> <li>. Ter disponibilidade de 10 (dez) horas semanais para o desenvolvimento de práticas esportivas e participação em projetos formativos de inserção comunitária para atletas, sem prejuízos a outras atividades acadêmicas;</li> <li>. Apresentar habilidade necessária para participa da modalidade esportiva na qual se inscreveu;</li> <li>. Ter conhecimento técnico na modalidade esportiva para a qual se inscreveu, incluindo as regras oficiais e a legislação esportiva vigente no país;</li> <li>. Comprovar documentalmente, através de declarações, currículo esportivo e/ou certificados, vivência prática e domínio técnico na modalidade esportiva;</li> <li>. Não serão concedidos auxílios para estudantes que estejam matriculados na UFRRJ sob a modalidade de aluno especial.</li> </ul>

Quadro 12: Requisitos para participação no Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019. Fonte: elaboração própria

Os requisitos para a participação do processo seletivo para concorrer a bolsa são bem específicos. Enquanto a UFF fala sobre CR 6,0 e em número de disciplinas compatível com o Regulamento dos Cursos de Graduação como requisitos, a Rural fala apenas sobre carga horária. Ambos exigem aptidão física, porém um exige atestado médico, enquanto outro currículo esportivo. Destaque para o caráter extensionista ao exigir disponibilidade de tempo para a participação em outros projetos. Na UFF não se pode acumular essa bolsa com outra, enquanto na Rural isto já é possível, o que pode ser justificado pelo critério de renda familiar per capita igual ou inferior a um

salário mínimo e meio. A quantidade de condicionalidades estabelecidas para acesso ao programa conformam um atendimento focalizado.

Quanto a não concessão de auxílios para estudantes que estejam matriculados na UFRRJ sob a modalidade de aluno especial, se justifica por não estarem totalmente vinculados a instituição. O aluno especial nesse caso é um profissional já graduado que cursa matérias de graduação na instituição, podendo cursar até duas disciplinas por período. Sobre os critérios de seleção, estão dispostos no quadro abaixo:

<b>Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019</b>		
<b>Universidades</b>	<b>UFF</b>	<b>UFRRJ</b>
Critérios para seleção	<p>Maior CR;            Maior número de participações em competições esportivas realizadas ao longo do ano anterior;            Maior idade.</p>	<p>ESPORTE DE COMPETIÇÃO DE ALTO RENDIMENTO (ATLETAS):            Conclusão da Educação Básica em Rede Pública de Ensino: (0-1) ponto;            Teste de Habilidade Específica: (0-10) pontos.            Participação Anterior na Equipe Universitária: Como Bolsista em Processos Anteriores: 2 pontos/ semestre (máximo de 4 pontos) ou Participação na Equipe sem recebimento de Bolsa: 1 ponto/semestre (máximo de 2 pontos)</p> <p>.ASSESSORIA ESPORTIVA PARA TREINAMENTO DE EQUIPES /SELEÇÕES            .Conclusão da Educação Básica em Rede Pública de Ensino: (0-1) ponto;            .Teste de Habilidade Específica: (0-10) pontos;            .Ser discente do Curso de Graduação em Educação Física ou estudante de outros cursos de graduação, mas já graduados em Educação Física: (4) pontos.            .Participação Anterior na Equipe Universitária: Como Bolsista de Assessoria da Gestão Esportiva (Treinador): 3 pontos/semestre (máximo de 6 pontos) ou Como Bolsista de Competição e Alto Rendimento ("Atleta"): 2 pontos/ semestre (máximo de 4 pontos) ou c) Participação na Equipe sem recebimento de Bolsa: 1 ponto/semestre (máximo de 2 pontos).</p>

Quadro 13: Critérios de seleção do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019. Fonte: Elaboração própria.

Os critérios de seleção da UFF são meritocráticos, recompensando tanto desempenho acadêmico quanto esportivo. Os critérios da Rural não envolvem desempenho acadêmico. Pontuam alunos oriundos de escola pública, aqueles já foram bolsistas anteriormente e aqueles que participam das equipes. Na modalidade assessoria esportiva, além dos critérios descritos anteriormente, a UFRRJ procura valorizar o aluno de educação física ou aqueles que já possuem

esse tipo de formação. Tendo em vista que esse aluno terá a responsabilidade de assumir uma equipe. A respeito dos critérios de manutenção no programa, estão expostos no quadro abaixo:

<b>Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019</b>		
<b>Universidades</b>	<b>UFF</b>	<b>UFRRJ</b>
Critérios de manutenção	<p>Frequentar regularmente as aulas do seu curso durante a vigência da bolsa;</p> <p>.Permanecer com CR igual ou superior a 6,0;</p> <p>.Participar de treinamentos e competições esportivas;</p> <p>.Representar adequadamente a Universidade Federal Fluminense nos eventos e competições externas ou internas, respeitando a disciplina e a ética desportiva.</p>	<p>Estar regularmente matriculado em no mínimo carga horária de 180 horas presenciais nos cursos integrais ou carga horária de 120 horas em disciplinas presenciais nos cursos parciais presenciais por semestre, durante o período de vigência do auxílio.</p> <p>.Atualizar a documentação de renda, caso seja solicitado ao bolsista, a qualquer tempo;</p> <p>.Não apresentar em seu histórico escolar situações de reprovação por falta (REPF) em créditos nas disciplinas presenciais em que estiver matriculado durante o período de vigência dos auxílios;</p> <p>.Apresentar desempenho acadêmico igual ou superior a 50% de aprovação (APR) nos créditos solicitados em cada semestre, ou não estar com coeficiente de rendimento inferior ao obtido no curso de graduação durante o período de vigência dos auxílios. O cálculo dos créditos e a comparação dos coeficientes de rendimento não serão aplicados às situações em que houver reprovação por frequência (REPF);</p> <p>.Não incorrer em sanções disciplinares, como suspensão ou desligamento, conforme disposto no Código Disciplinar da UFRRJ.</p>

Quadro 14: Critérios de manutenção no Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019. Fonte: Elaboração própria.

Os critérios de manutenção da bolsa estão intimamente relacionados ao bom desempenho acadêmico, incluindo a assiduidade nas aulas, bom comportamento, manutenção do CR, cursar um quantitativo razoável de matérias. A ideia é que o rendimento acadêmico do aluno não piore ao receber o auxílio e ao participar. O programa busca propiciar o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a sua formação acadêmica e cidadã.

A seleção dos da UFRRJ alunos é realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por servidores efetivos do quadro da PROAES e da PROEXT e por docentes do curso de Educação Física, mediante a avaliação de aptidão técnica específica dos candidatos para cada modalidade e

análise da documentação apresentada, para comprovação da adequação da sua condição socioeconômica aos critérios previstos pelo PNAES. Os candidatos excedentes do limite das vagas comporão cadastro de reserva para as substituições de bolsistas que ocorrerem durante os períodos acadêmicos, seguindo a ordem de classificação. O desempenho de bolsistas beneficiários do Auxílio é avaliado de forma contínua pela comissão de avaliação. Com base na avaliação, a qualquer momento a distribuição dos Auxílios poderá sofrer alterações a partir do momento que o bolsista não estiver obtendo desempenho satisfatório.

Na UFF esta seleção é feita pela Coordenação de Apoio Acadêmico da PROAES, de acordo com a análise do desempenho do aluno atleta em competições nos últimos dois anos na modalidade onde realizou a inscrição. Ocorrendo vacância, ocorrerá substituição de concessão de bolsa automaticamente, para o primeiro candidato da lista de espera do processo seletivo. Além dos critérios de manutenção, o auxílio também exige atividades de contrapartida, que estão dispostas no Quadro abaixo:

<b>Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019</b>		
<b>Universidades</b>	<b>UFF</b>	<b>UFRRJ</b>
Atividades de contrapartida	<p>Mencionar o apoio do Programa Bolsa Atleta PROAES/UFF em entrevistas concedidas a jornais, revistas, rádio, TV, etc.;</p> <p>Utilizar materiais fornecidos pela universidade nas competições, quando disponibilizados;</p> <p>Conceder a UFF o direito de uso de so e imagem dos atletas para fim de confecção de material e campanhas institucionais.</p> <p>Semestralmente, o estudante contemplado deverá apresentar à PROAES o relatório das atividades realizadas com apoio do programa Bolsa Atleta, anexando frequência em treinamentos e certificados de participação em competições esportivas</p>	<p>.Em modalidades de esporte coletivo, o discente deverá comprovar assiduidade mensal de 75% nos treinamentos realizados pela equipe universitária da UFRRJ cadastrada no DEL/PROEXT, na modalidade para qual se inscreveu neste edital;</p> <p>. Em modalidades de esportes individuais, o discente deverá comprovar a carga horária mínima de 10 (dez) horas semanais de ações, na modalidade para qual se inscreveu neste edital.</p> <p>.Tais ações serão divididas em horas de treino e espaços formativos, nos quais o aluno terá interação com projetos comunitários, de modo a entender o esportista não só como atleta, mas cidadão integrado à práticas de esportes, saúde e lazer que devem ser fomentadas em toda população, tendo em vista políticas públicas de saúde física, mental e social;</p> <p>.Participar dos eventos esportivos internos, municipais, estaduais e nacionais apoiados pela PROAES/PROEXT representando a UFRRJ;</p> <p>.Participar diretamente da organização de eventos esportivos organizados no âmbito da UFRRJ;</p> <p>.Elaborar um relatório final das atividades desempenhadas e efetuar o recadastramento semestral no Departamento de Esporte e</p>

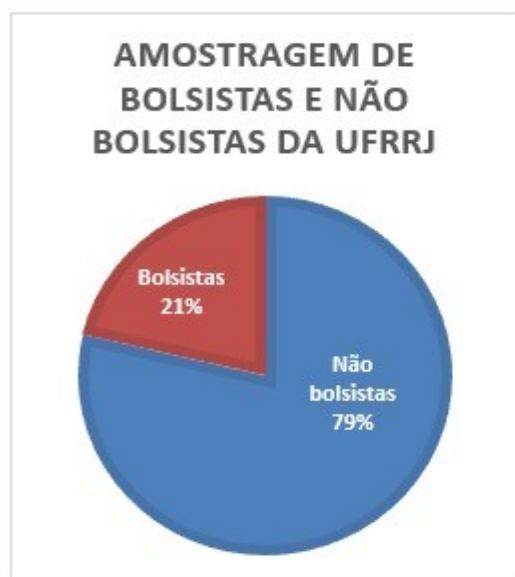
		Lazer/PROEXT, ao final de cada período; .Participar das reuniões do DEL sempre que convocados.
--	--	---

Quadro 15: Atividades de contrapartida do Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019. Fonte: Elaboração própria.

Os programas têm uma relação próxima ao esporte de rendimento, mas concomitantemente, apresentam particularidades que se justificam pela distinta natureza dos espaços institucionais. A abrangência dos programas é muito pequena e restrita em relação ao quantitativo total de alunos das instituições. Em 2019, segundo dados de transparência da UFF, são 41174 alunos ativos em cursos presenciais de graduação. Na UFRRJ, um total de 26011 de estudantes de graduação e pós-graduação.

A fim de traçar um perfil desses discentes, apresentamos os resultados de acordo com as respostas dos questionários aplicados aos alunos praticantes de esporte universitário regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFF e da UFRRJ. Com o objetivo de facilitar a visualização dos resultados e compreensão do leitor, alguns dados serão apresentados por meio de gráficos. Foram aplicados 217 questionários, sendo 95 da UFF e 122 da UFRRJ. (Quanto a nomenclatura, consideramos “bolsistas” aqueles que são ou já foram beneficiados pelo bolsa atleta e “não bolsistas” aqueles que não foram contemplados com a bolsa). Como podemos ver nos gráficos abaixo, 21% da amostragem da UFRRJ são bolsistas e 79% não bolsistas. Na amostragem da UFF 91% da amostragem são não bolsistas e 9% são bolsistas.

Gráfico 11: Amostragem de bolsistas e não Bolsistas da UFRRJ



Fonte: Elaboração própria

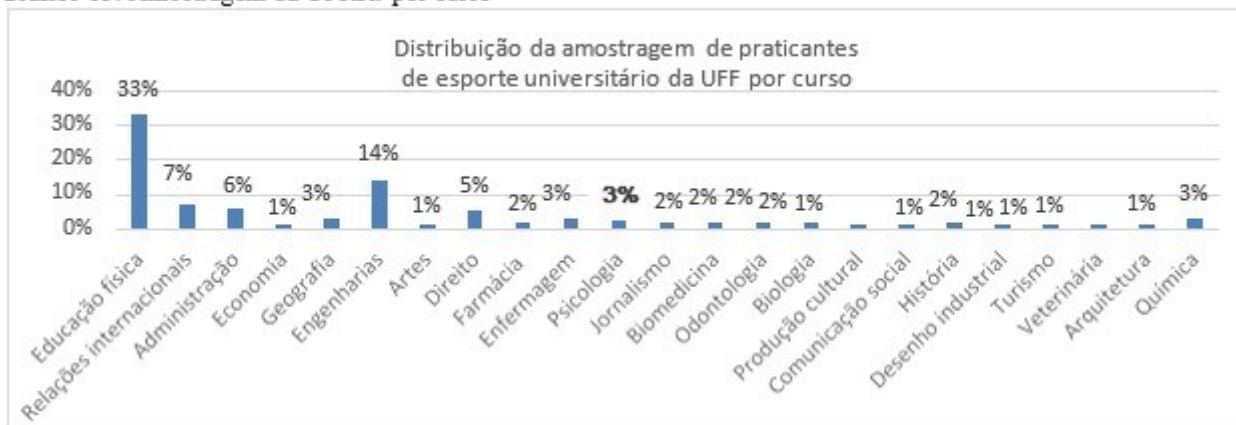
Gráfico 12: Amostragem de bolsistas e não Bolsistas da UFF



Fonte: Elaboração própria

No que concerne aos cursos frequentados pela amostra, há um grande quantitativo da área de educação física, o que faz sentido, considerando que são nesses espaços da faculdade de educação física da UFF e da UFRRJ onde ocorrem as práticas, os treinos das equipes e algumas atividades de extensão. A amostragem se distribuiu conforme dispomos nos gráficos abaixo:

Gráfico 13: Amostragem da UFFRJ por curso



Fonte: Elaboração própria

É notável que na amostragem da UFF que o maior número de respondentes são da Educação física, das engenharias, de relações internacionais e de administração.

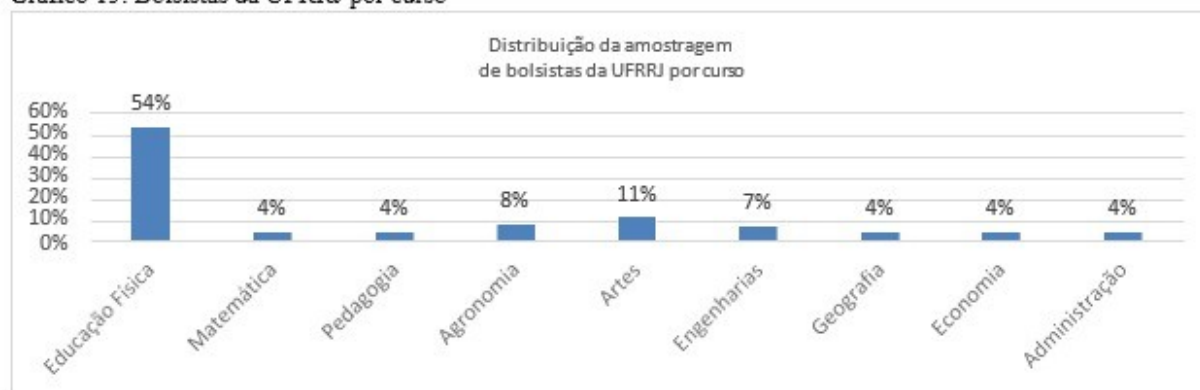
Gráfico 14: Amostragem da UFRRJ por curso



Fonte: Elaboração própria

É notável que na amostragem da UFRRJ que o maior número de respondentes são da Educação física, das engenharias, de relações internacionais e de economia.

Gráfico 15: Bolsistas da UFRRJ por curso



Fonte: Elaboração própria

Na amostragem dos bolsistas da UFRRJ o curso de educação física soma mais de 54% da amostra, seguido de artes e agronomia.

Gráfico 16: Bolsistas da UFF por curso



Fonte: Elaboração própria

Ao utilizar o termo gênero, concebemos que as identidades são construídas social e culturalmente, o sexo anatômico não é decretório na imposição das diferenças entre homens e mulheres. O esporte se configura como um espaço de construção e incorporação de masculinidades e feminilidades, sendo uma prática de ambos os sexos. Os estudos feministas e de gênero possibilitam outros pontos de vista. Os gestos motores, as representações de saúde e beleza são construções históricas.

A visão do esporte como um campo masculino se justifica por aspectos sociais, culturais e históricos. Os esportes de alto rendimento dividem o gênero de forma binária para validar o processo competitivo, negando corpos que não se encaixam nessa divisão. Na UFRRJ 50% da amostragem se identificou com o gênero masculino, e os outros 50% com o feminino. Dentro do quantitativo de bolsistas, 45% se identificou com o feminino e 55% com o masculino. Na realidade institucional de 2019 são 63% de discentes declarados do gênero feminino e 33% declarados do



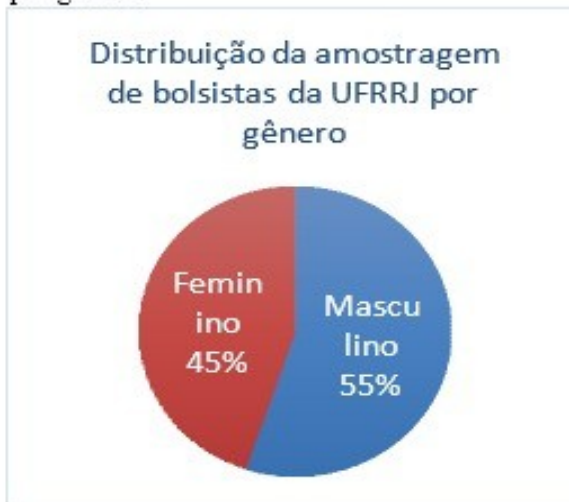
gênero masculino, outros 4% não sabiam ou não quiseram declarar. Isto revela que proporcionalmente, os homens desta instituição estão mais presentes no esporte universitário do que as mulheres.

**Gráfico 17: Amostragem UFRRJ por gênero**



Fonte: Elaboração própria

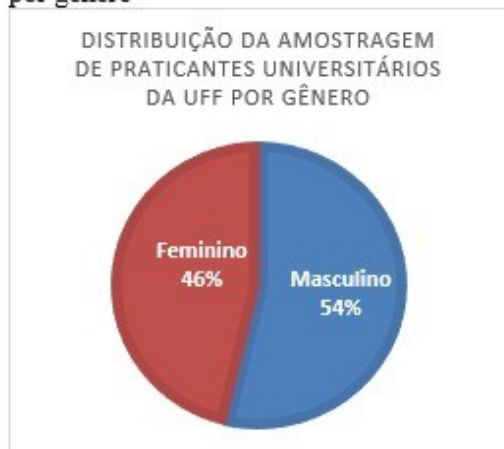
**Gráfico 18: Bolsistas UFRRJ por gênero**



Fonte: Elaboração própria

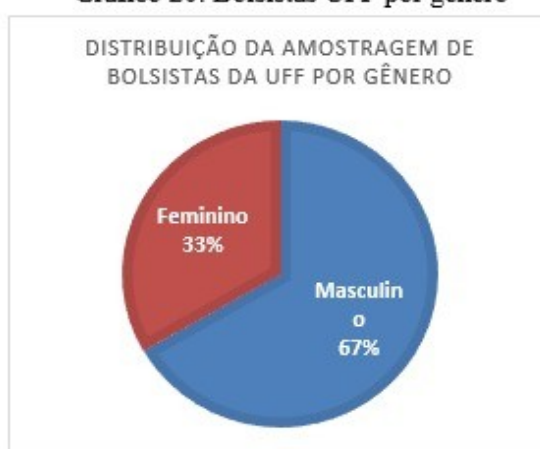
Na UFF, 46% da amostragem se identificou com o gênero feminino e 54% com o gênero masculino. No quantitativo de bolsistas, 33% se identificou com o gênero feminino e 67% com o gênero masculino. Na realidade institucional são 52% do gênero masculino e 48% do gênero feminino. Apontamos a diferença no quantitativo de homens e mulheres bolsistas na UFF como uma consequência da seleção meritocrática para contemplar a bolsa. A bolsa da UFF possui um caráter muito parecido ao do programa do governo federal, que contempla pelo rendimento esportivo.

**Gráfico 19: Amostragem UFF por gênero**



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 20: Bolsistas UFF por gênero**



Fonte: Elaboração própria

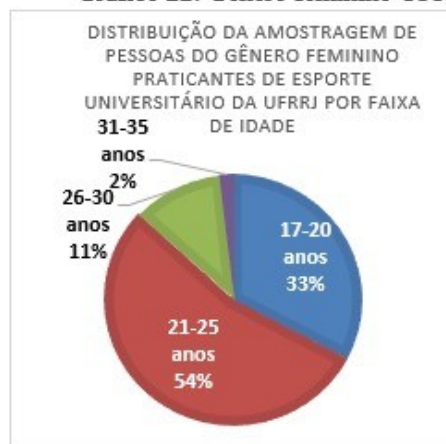
A distribuição da amostra por gênero e faixa de idade da UFRRJ se deu conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 21: Gênero masculino UFRRJ por idade



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22: Gênero feminino UFRRJ por idade



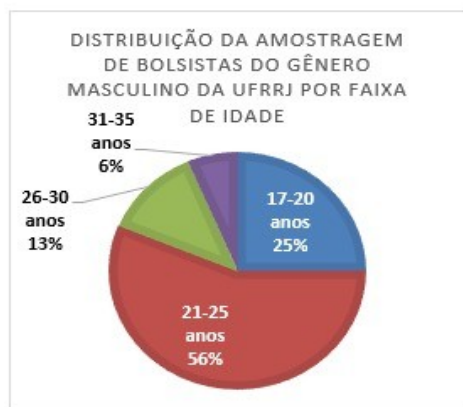
Fonte: Elaboração própria

É possível observar que na amostragem da UFRRJ, 56% das pessoas do gênero masculino estão na faixa entre 21 e 25 anos, 13% na faixa entre 26 e 30, 26% entre 17 e 20 e 5% entre 31 e 35 anos. No gênero feminino, 54% da amostra está na faixa entre 21 e 25 anos, 33% entre 17 e 20 anos, 11% entre 26 e 30 anos e 2% entre 31 e 35 anos.

No quantitativo de bolsistas da UFRRJ, a distribuição do gênero masculino 56% na faixa de 21 a 25 anos, 25% entre 17 e 20 anos, 6% entre 31 e 35 anos e 13% de 26 a 30 anos. No gênero feminino, 46% da amostra está na faixa entre 21 e 25 anos, 15% entre 17 e 20 anos, 31% entre 26 e 30 anos e 8% entre 31 e 35 anos.

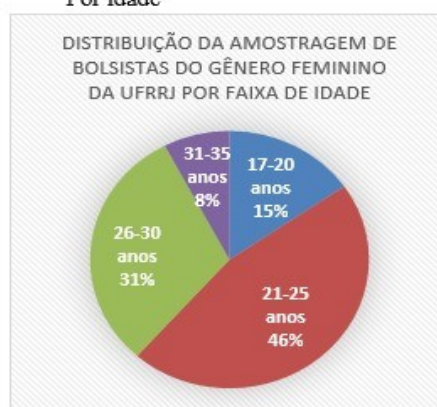
Segundo dados institucionais, o perfil por idade da instituição é de 63,9% com idades menores que 20 anos, 26,6% com idades entre 21 e 30 anos, 6,7% entre 31 e 40 anos, 2,2% entre 41 e 50 anos e 0,6% com mais de 50 anos. Na amostragem não houve pessoas com mais de 35 anos.

Gráfico 23: Bolsistas UFRRJ do gênero Masculino por idade



Fonte: Elaboração própria

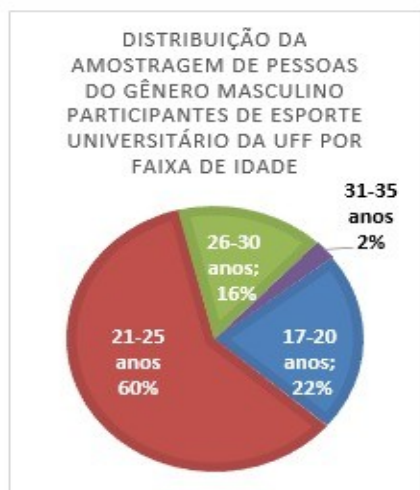
Gráfico 24: Bolsistas UFRRJ do gênero feminino Por idade



Fonte: Elaboração própria

Na amostragem da UFF, 60% das pessoas do gênero masculino estão na faixa entre 21 e 25 anos, 16% na faixa entre 26 e 30, 22% entre 17 e 20 e 2% entre 31 e 35 anos. No gênero feminino, 61% da amostra está na faixa entre 21 e 25 anos, 39% entre 17 e 20 anos.

**Gráfico 25: UFF do gênero Masculino por idade**



Fonte: Elaboração própria

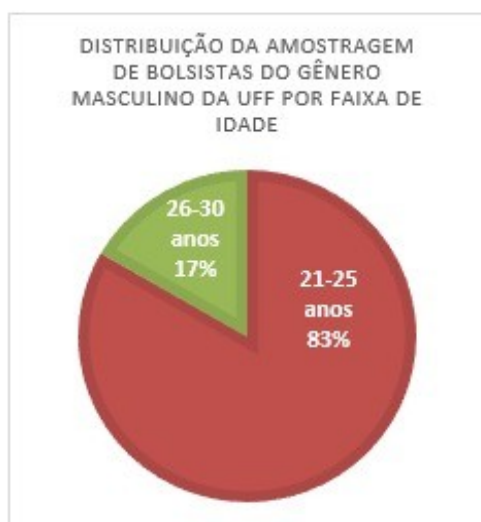
**Gráfico 26: UFF do gênero feminino Por idade**



Fonte: Elaboração própria

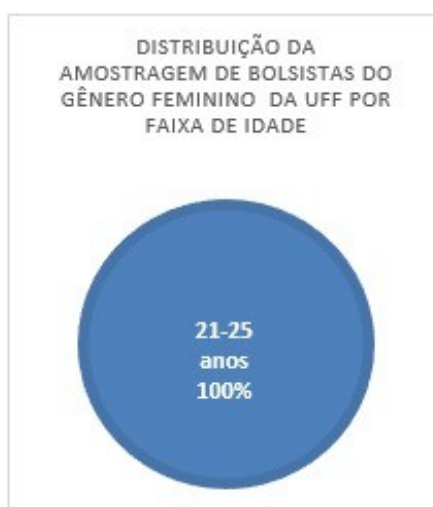
No quantitativo de bolsistas da UFF, a distribuição do gênero masculino 83% na faixa de 21 a 25 anos e 17% de 26 a 30 anos. No gênero feminino, 100% da amostra está na faixa entre 21 e 25 anos. Segundo dados de transparência da UFF, 10,8% dos estudantes de graduação tem idade entre 16 e 19 anos, 38,2% entre 20 e 23 anos, 20% entre 24 e 27 anos, 9,8% entre 28 e 31 anos, 6,4% entre 32 e 35 anos e 14,8% com mais de 35 anos.

**Gráfico 27: Bolsistas UFF do gênero Masculino por idade**



Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 28: Bolsistas UFF do gênero feminino Por idade**



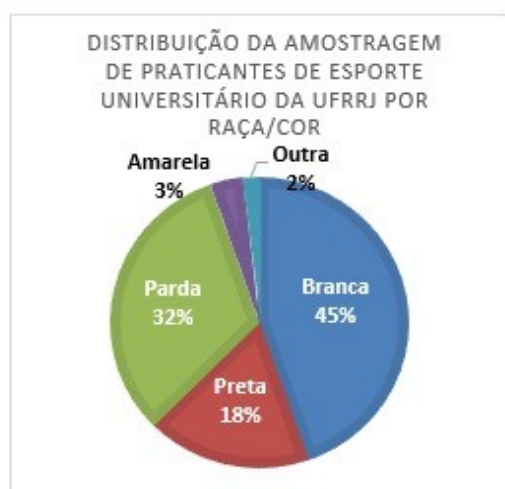
Fonte: Elaboração própria

As distribuições de idade das mulheres bolsistas da UFF corroboram com a ideia do esporte de rendimento. Ao comparar com as bolsistas da UFRRJ cujo os critérios de seleção são voltados para renda, percebemos que são dois públicos distintos. Na UFF as mulheres que praticam esporte universitário aparecem numa faixa de idade entre 17 e 25 anos, na UFRRJ ainda é possível ver pessoas do gênero feminino entre 26 e 35 anos.

As mulheres atletas vão conquistando seu espaço, mas ainda lutam contra a erotização de seus corpos. O campo fitness sugere uma nova forma de feminilidade, a cultura de beleza feminina da nossa sociedade cultua a mulher ativa, magra e com músculos torneados. Sendo o espaço esportivo um campo de conflito à definição da corporalidade feminina, que se vincula ao da sexualidade. Judith Butler enfatiza o caráter fluido das construções de identidades e corporalidades de gênero. O gênero se constitui por meio de processos interacionais, que também podem ser possíveis espaços de ressignificações. O feminismo reivindica o campo esportivo enquanto um espaço político, onde mulheres são sujeitos que resistem e transformam as relações de gênero.

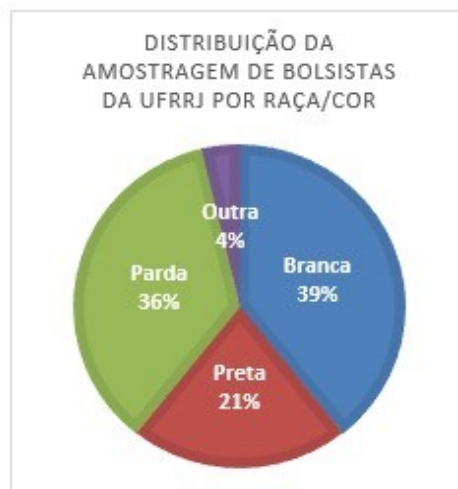
Para essas atletas, as atividades esportivas podem ser experimentadas de diferentes formas, podendo ser direcionada para a diversão, esses comportamentos violem as normas relacionadas à masculinidade ou feminilidade em termos de postura, movimento e atitudes. E a atividade esportiva também pode se adaptar aos padrões normativos e à cultura corporal atual, enquanto a aparência e as capacidades de autodeterminação estão sujeitas à duplicação de padrões socialmente aceitos (HILLEBRAND, GROSSI, MORAES, 2008). Este mesmo corpo que é constituído de uma realidade social, fruto de uma construção histórica e de representações culturais, é um corpo que fala e que está posto no mundo. Ao olhar para o corpo, interpretamos uma mensagem.

Gráfico 29: UFRRJ por raça/cor



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 30: Bolsistas UFRRJ por raça/cor

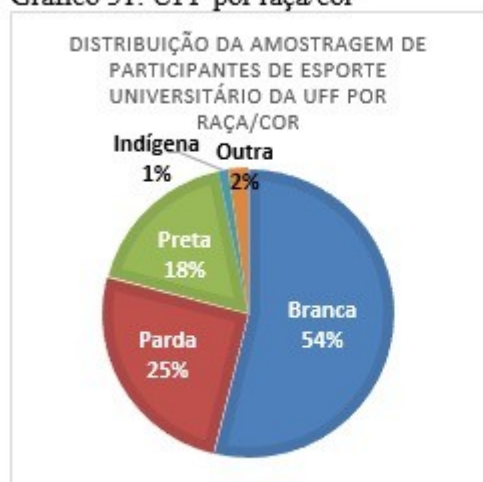


Fonte: Elaboração própria

Na distribuição por raça/cor, a amostragem da UFRRJ apresentou 45% declarados brancos, 32% como pardos, 18% como pretos, 3% amarelos e 2% outra. No quantitativo de bolsistas, 39% como brancos, 36% como pardos, 21% pretos e 4% outra. Na instituição, totalizam 39% brancos, 37% pardos, 19% pretos, 1% amarelos, 0,6% indígenas e 0,3% outra.

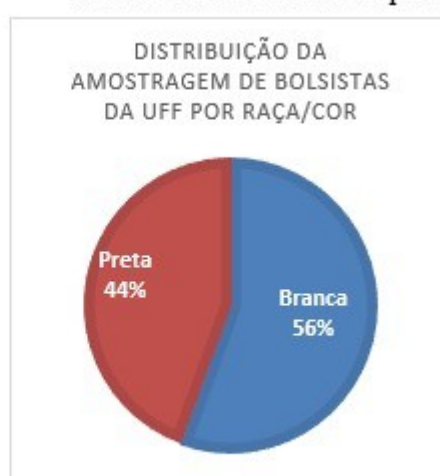
Na UFF a distribuição por raça/cor, apresentou 54% declarados brancos, 25% como pardos, 18% como pretos, 1% indígena e 2% outra. No quantitativo de bolsistas, 56% como brancos e 44% pretos. Na instituição segundo dados de 2019, 46% não declararam, 27% se declararam brancos, 18% pardos, 7% pretos, 1% amarelos, 0,6% indígenas e 0,3% outra.

Gráfico 31: UFF por raça/cor



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 32: Bolsistas UFF por raça/co



Fonte: Elaboração própria

As cinco categorias de pertencimento racial: Branco, preto, pardo, amarelo e indígena. São utilizadas para pensarmos as relações raciais e não se conformam apenas em um procedimento técnico. Concebemos que as realizações dos censos demográficos refletem projetos políticos que perpassam as questões elaboradas, a metodologia empregada e as opções de respostas que são fornecidas. Há a necessidade de escolher quais as categorias sociais se pretende visibilizar em detrimento de outras. Tais classificações de cor/raça não são apenas uma percepção objetiva, são o reflexo de toda uma ideologia racial que foi legitimada como um bom indicador de realidade social.

Reconhecemos nosso estranhamento ao perceber que 32% dos discentes respondentes da Rural e 18% dos respondentes da UFF se autodeclararam pardos. Nossa preferência por utilizar as categorias do IBGE é resultado da necessidade de uma padronização, a fim de possibilitar comparações. Entendemos que ainda não há um consenso quanto a melhor forma de classificar a população. A autodeclaração é extremamente subjetiva, a compreensão em torno da nomenclatura “pardo” não é unanime, o seu significado ainda se modifica ao longo do território brasileiro. Existe a tendência a querer reunir o grupo de pardos e pretos, em um conjunto maior de negros.

Autodeclarar-se preto ou pardo, diz muito sobre a visão política de determinada população, por isso entendemos que para fins de pesquisa há a necessidade de se separar os grupos.

Existe um mito da democracia racial no Brasil, que paira no imaginário populacional desde os finais do Império e início da República (HASENBALG, 1996). O Brasil sofreu uma política de embranquecimento implementada por meio da miscigenação seletiva. Os frutos de tal política foi uma pigmentocracia, de valorização de uma estética branca, onde uma parte da população negra e mestiça tende a se aproximar tanto quanto possível do extremo branco. A própria percepção de raça, junto a uma variedade de categorias usadas para designar a aparência física se relaciona as dificuldades notadas na construção de identidades coletivas baseadas no critério racial e o baixo grau de politização do conflito racial (HASENBALG, 1996).

A escritora e ativista Alice Walker abriu uma discussão ao utilizar o termo colorismo para falar sobre a quantidade de privilégios atribuídos a uma pessoa negra cuja tonalidade de pele é mais clara em relação ao preto retinto. No Brasil o que paira no visível é o que determina como o sujeito será socialmente lido. O incômodo causado pelo uso da nomenclatura “pardo”, vem de toda uma história de apagamento e negação de corpos negros, uma história pautada no embranquecimento. Uma história onde ser chamado de preto é ofensa. Herança de teorias da inferioridade genética das raças não brancas.

Um negro de pele clara possui tratamentos diferenciados, tendo uma maior chance de aceitação social. Por estar mais próximo de uma estética branca, tem um acesso maior a salários melhores, oportunidades. E é nesse momento que gira toda a emboscada que nos divide e aprisiona.

O Brasil é um país que carece de definições raciais e o negro de pele clara passa por um processo muito complexo. O uso frequente das alcunhas “mulata”, “morena”, “pardo”, são um abrandamento e uma negação da negritude. Uma identidade histórica que se perde neste caminho. Resquícios de um embranquecimento brasileiro e de políticas públicas eram feitas para atrair imigrantes europeus para que a sua reprodução resultasse em uma raça pura.

Uma nomenclatura que diz muito sobre a população brasileira e sua falta de consciência racial. Apagam uma história de dor ao não aguentarem todo o peso que o ser preto carrega. Um processo que para negros de pele clara, é muitas vezes doloroso. Entender-se como negro é trazer para a realidade que vão te julgar pela aparência e que você será massacrado por ela. Entender-se como negro em um mundo que valoriza o branco, em um mundo em que negam a identidade e consolam com artifícios, é assumir um lado político. Exterminar um povo que não se une, que não se fortalece é muito mais fácil.

Surpreende o fato de estudantes universitários se identificarem como pardos, o que gera uma outra questão: Quem seriam esses pardos nas universidades? Pessoas com fenótipos negros que são

apolíticas, ou mestiços que são lidos como brancos? Não é algo incomum brancos sendo desqualificados por comissões de cotas. A branquitude brasileira ainda é um conceito muito diferente do americano ou do europeu. Raça é um conceito culturalmente construído, logo aberto a múltiplas interpretações.

No Brasil a genética nunca foi um parâmetro. Nos apropriamos do conceito de Stuart Hall de raça como um “significante flutuante”. A raça enquanto linguagem, que paira em um discurso e suas significações. Os significantes que conceituam uma cultura e suas práticas, que ganham sentido a partir de relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação, (HALL,1995).

Segundo Hall (1995), as diferenças que são organizadas dentro do discurso, dentro dos sistemas de sentido são fatores da cultura humana e da regulação de condutas. Essa natureza é o chamando de conceito discursivo de raça. É um jogo de representações da diferença racial, onde a escrita do poder e a produção do conhecimento são fatores cruciais para o modo como funcionam. O autor utiliza a palavra discursivo para marcar como as ideias e conhecimentos da diferença organizam as práticas humanas entre os indivíduos.

Em 2019, uma pesquisa do IBGE afirmou que pela primeira vez negros são maioria nas universidades públicas do Brasil, afirmando que mudança é reflexo de políticas públicas que proporcionaram os acessos da população preta e parda na rede de ensino. Em 2018, negros e pardos representavam 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública, porém ainda é um número pequeno, tendo em vista o quantitativo de negros na população brasileira, (IBGE, 2019).

A pesquisa também mostra que a população negra e parda está melhorando seus índices educacionais, tanto de acesso como permanência. A evasão escolar reduziu de 30,8%, em 2016, para 28,8% em 2018. O percentual de negros de 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior cresceu de 50,5%, em 2016, para 55,6% em 2018. Apesar do avanço, o percentual ficou abaixo do alcançado pelos brancos na mesma faixa etária, que é de 78,8% (IBGE, 2019).

As questões raciais no Brasil ainda se misturam com relações de classe. Tendo como pano de fundo o fato histórico de colonização portuguesa, de escravidão e exploração de toda uma população negra e indígena. O elo entre raça e classe, é a mobilidade social. O acesso a universidades e a educação ainda é um instrumento de melhoria da condição socioeconômica.

Considerando que as opções de emprego que possuem boa remuneração requerem diplomação. Para termos uma melhor noção da condição econômica dos estudantes, utilizamos como base os dados da LCA consultores de 2017. As faixas de renda selecionadas seguem o chamado Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), atualizadas

pela inflação. Esse critério gera faixas de renda para as classes a partir de estatísticas como posse de bens duráveis pelas famílias.

<b>Critério renda familiar per capita</b>	
Classe A	Acima de R\$ 3.566
Classe B	De R\$ 1.009 a R\$ 3.566
Classe C	De R\$ 369 a R\$ 1.004,3
Classe D	De R\$ 179 a R\$ 368
Classe E	Até R\$ 178

Figura 4: Critério renda familiar per capita. Fonte: LCA

Compreendemos as limitações dos dados de renda per capita familiar, e que estes representam apenas uma noção. Sabemos que pesquisas socioeconômicas exigem outros fatores como propriedades e nível de escolaridade dos pais.

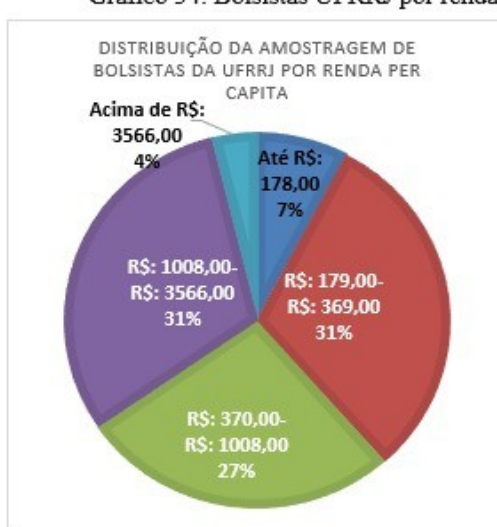
Os dados reunidos da UFRRJ sugerem que 46% dos alunos entrevistados pertencem a classe B, 9% a classe A, 25% a classe C, 14% a classe D e 8% a classe E. Percebemos que há um aumento no percentual das rendas mais baixas e uma diminuição das rendas mais baixas no quantitativo de bolsistas. Os 4% acima de R\$ 3566 revelam que esses discentes ou mentiram no questionaram ou mentiram para conseguir a bolsa, tendo em vista o critério de até um salário-mínimo e meio per capita.

Gráfico 33: UFRRJ por renda per capita



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 34: Bolsistas UFRRJ por renda per capita

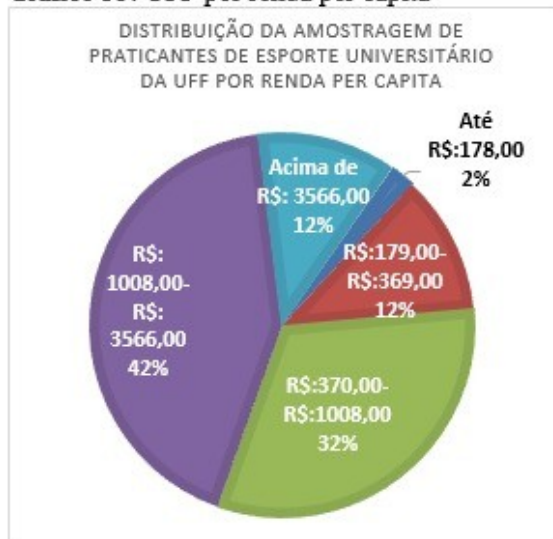


Fonte: Elaboração própria



Os dados reunidos da UFF sugerem que 42% dos alunos entrevistados pertencem a classe B, 12% a classe A, 32% a classe C, 12% a classe D e 2% a classe E. No quantitativo de bolsistas, 67% são da classe B enquanto os demais pertencem a classe C, lembrando que na UFF os critérios de seleção dos bolsistas são bem diferentes dos da UFRRJ. Se configurando uma política voltada a atender atletas de alto rendimento.

Gráfico 35: UFF por renda per capita



Fonte: Elaboração própria

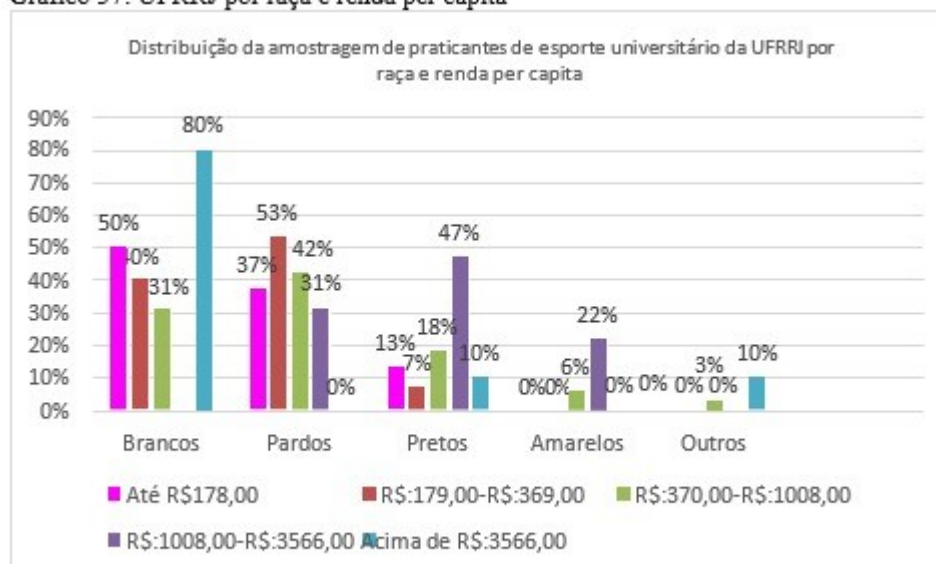
Gráfico 36: Bolsistas UFF por renda per capita



Fonte: Elaboração própria

Nos gráficos abaixo relacionamos renda e raça afim de ilustrar como essas categorias se relacionam dentro deste contexto.

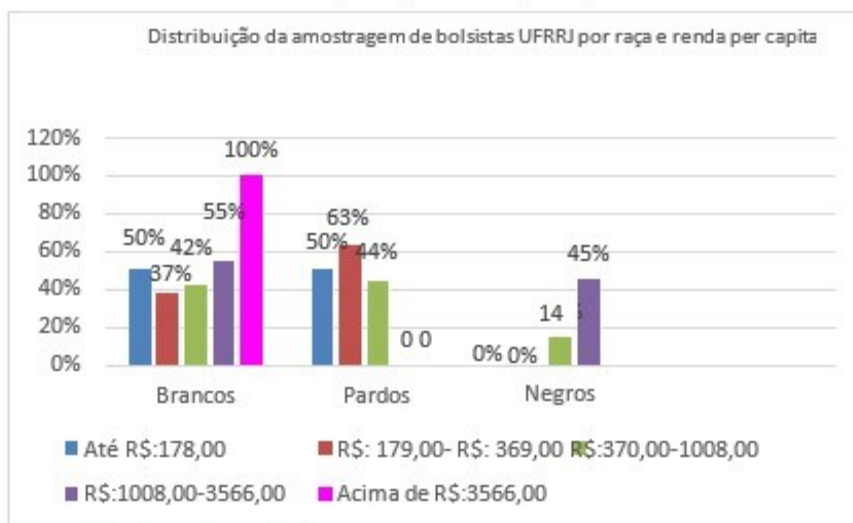
Gráfico 37: UFRRJ por raça e renda per capita



Fonte: Elaboração própria

Os dados demonstram que dos que possuem renda acima de R\$ 3566,00 per capita, 80% são brancos, 10% são negros e os outros 10% não se identificaram, o que corrobora com outros dados a respeito da diferença salarial entre brancos e pretos. Sendo 47% dos indivíduos pretos, tendo com renda entre R\$ 1008, 00 e R\$ 3566, 00, o resultado sugere que para os negros alcançarem o nível superior, precisam ter uma renda maior quando comparados a brancos e pardos. Outro dado que chama atenção é o quantitativo de renda até R\$178,00 onde 50% são brancos, 37% pardos e 13% negros. Quando tratamos dos bolsistas, percebemos que todos que declararam ganhar mais de R\$ 3566, 00 são brancos.

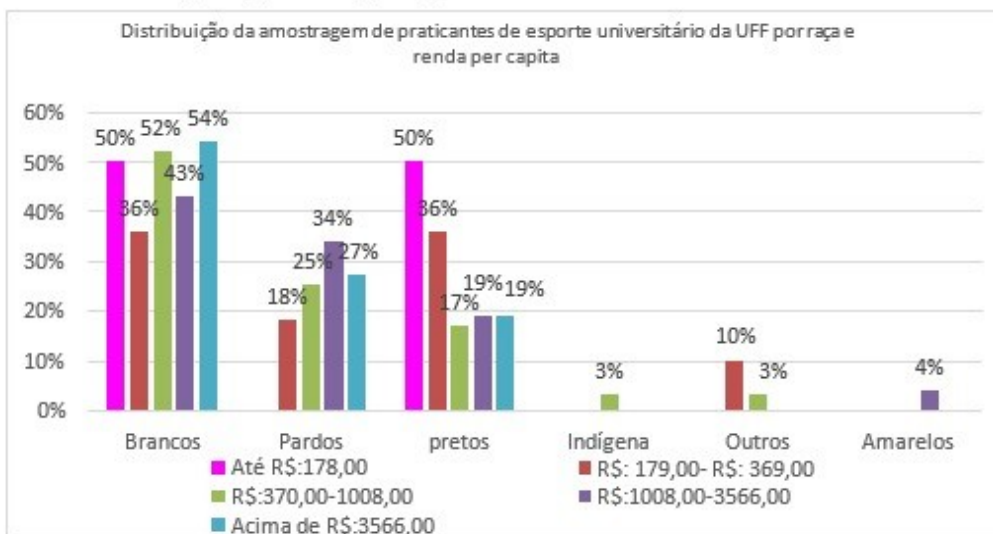
Gráfico 38: Bolsistas UFRRJ por raça e renda per capita



Fonte: Elaboração própria

Na UFF percebemos uma tendência diferente da Rural, onde o percentual de pretos com renda mais baixa é mais elevado quando comparado.

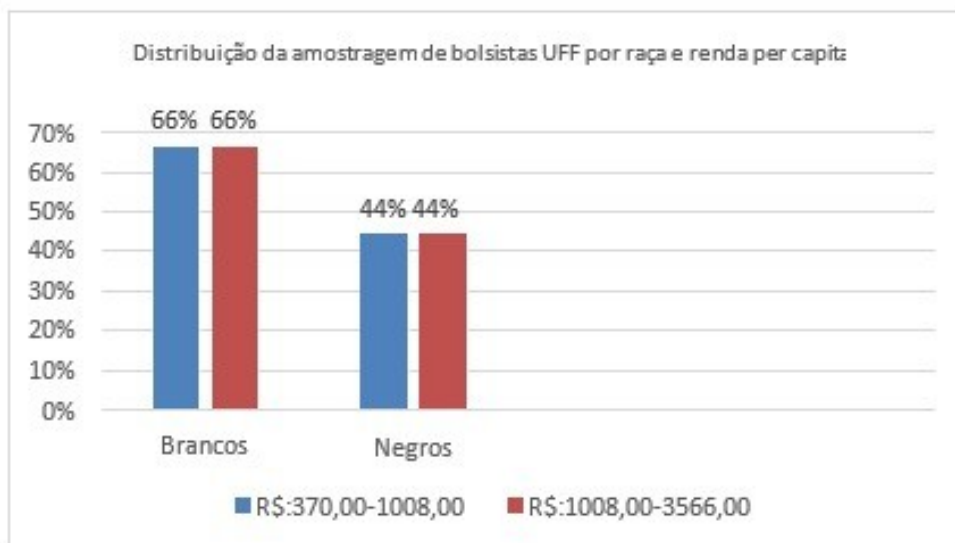
Gráfico 39: UFF por raça e renda per capita



Fonte: elaboração própria

Nos bolsistas, brancos representam 66% das duas faixas de renda, enquanto os negros representam 44% como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 40: Bolsistas UFRRJ por raça e renda per capita



Fonte: Elaboração própria

Quanto a cultura esportiva os diversos esportes, na UFRRJ e na UFF estão dispostos conforme os gráficos abaixo:

Gráfico 41: UFRRJ por prática esportiva



Fonte: Elaboração própria

É possível notar a popularidade do futsal, com 33% face as outras modalidades da UFRRJ.

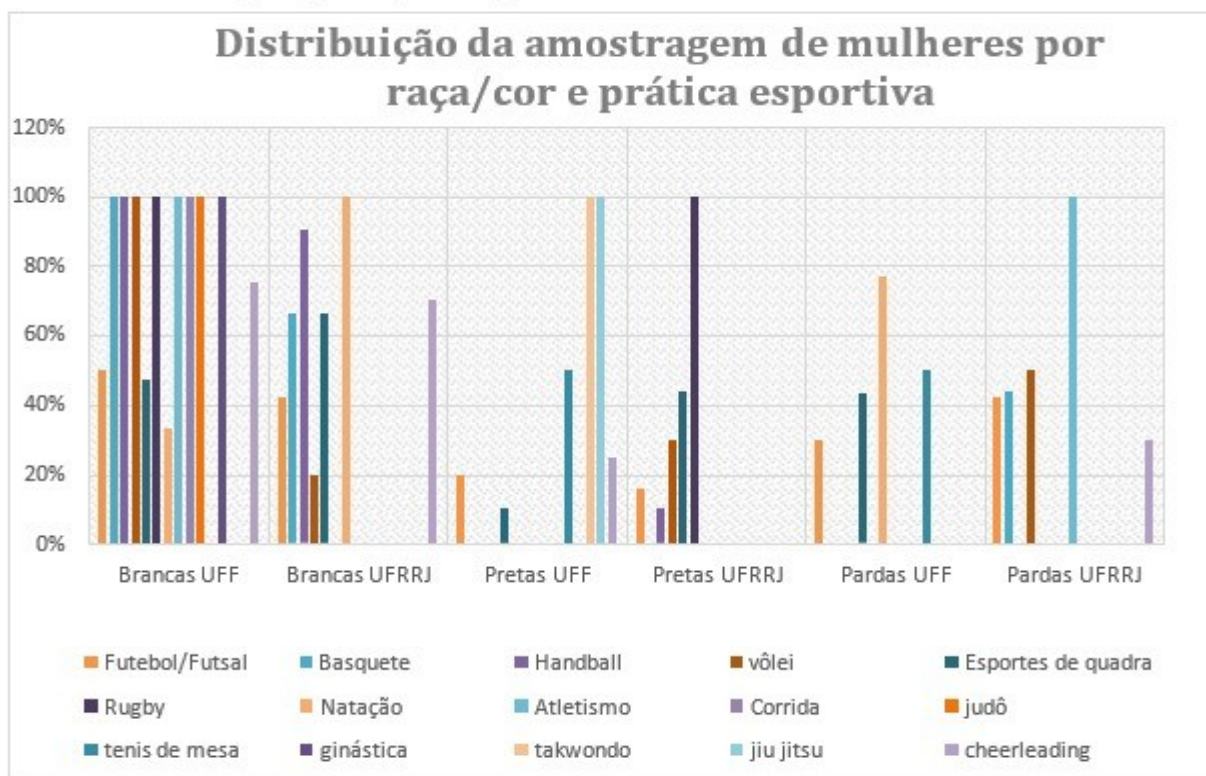
Gráfico 42:UFF por prática esportiva



Fonte: Elaboração própria

Os esportes de quadra refletidos nos gráficos representam as respostas de pessoas que responderam que jogam vôlei, futsal, basquete e handball simultaneamente. Ao observarmos a distribuição das práticas esportivas entre mulheres brancas, pardas e negras é possível reparar que a quantidade de práticas diminui conforme a tonalidade da pele vai se pigmentando. Quando olhamos a distribuição de homens por prática esportiva, percebemos que há uma diferença entre o preto da UFF e o preto da UFRRJ. Os pretos da UFF aparentemente praticam uma diversidade maior de esportes, o que caracteriza que essa população tem ou teve mais acesso do que quando comparada a outra.

Gráfico 43: Mulheres por raça/cor e prática esportiva

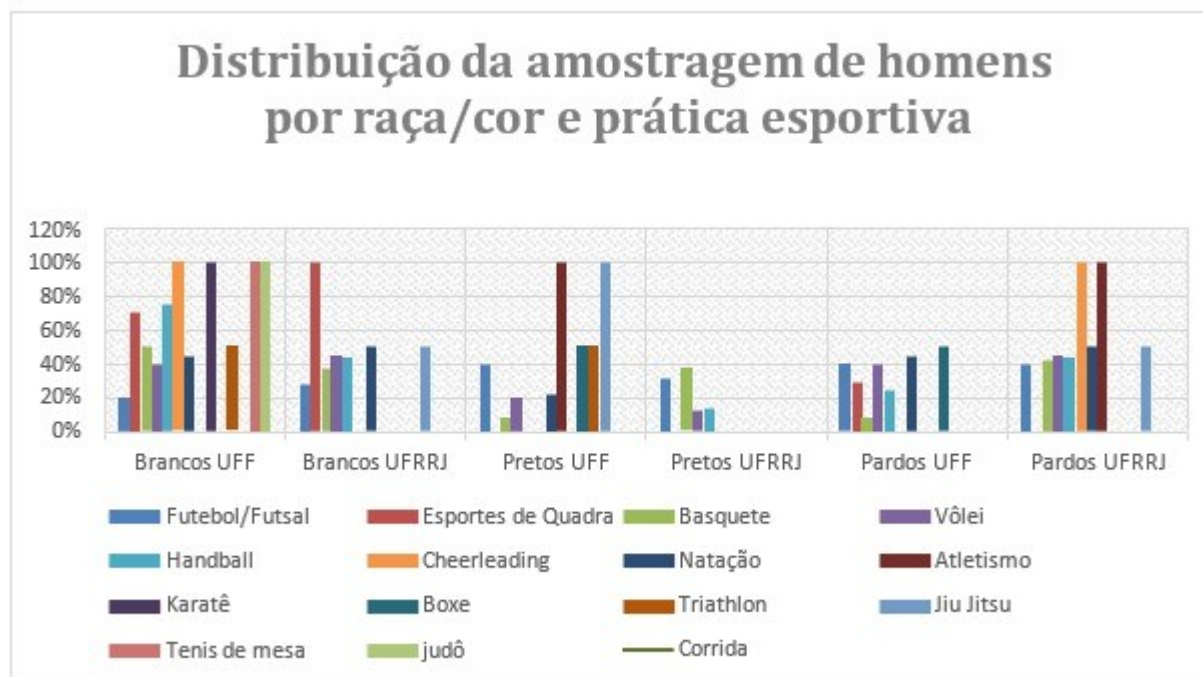


Fonte: Elaboração própria

Entendemos que ao falarmos sobre racismo no ambiente esportivo, o assunto não pode se resumir a simples participação, ou não do negro em uma modalidade esportiva. Admitimos a importância da presença ou ausência de atletas negros, que não deve ter sua importância banalizada. Porém a simples associação da presença do negro à ausência de racismo, é uma teoria equivocada, um mito que pairou na história do futebol brasileiro.

Vieira (2010), aponta que no contexto esportivo brasileiro, a história do negro se atrela a história do futebol. Sendo este o marco inicial de negros como atletas no país. As diversas experiências corporais dos negros, eram criminalizadas e desprezadas em suas simbologias. O âmbito esportivo branco e de práticas que mesmo ao serem criticadas, ainda pertenciam ao simbolismo que era socialmente aceito.

Gráfico 44: Homens por raça/cor e prática esportiva



Fonte: Elaboração própria

Abaixo trazemos respostas das perguntas abertas do questionário. Utilizamos a técnica de categorização para ser possível enquadrarmos as respostas em um só grupo. A pergunta 9 trata de que forma o programa auxiliou ou não as pessoas a se manterem. Dentre as respostas, 8% dos bolsistas da UFRRJ respondeu que a bolsa não auxiliou pois não era suficiente. Enquanto na UFF 11% dos bolsistas respondeu que a bolsa não os auxiliou a se manterem na universidade pois estes se manteriam de qualquer forma. Aqui temos mais uma evidência da diferença do público a quem se direciona tais políticas. Os demais consideraram que a bolsa os auxiliou com custos acadêmicos e esportivos, enquanto outros consideraram que a bolsa era um incentivo a mais para estar na universidade. Corroborando com a ideia de que o programa auxilia para além do financeiro, mas também através da valorização do aluno.

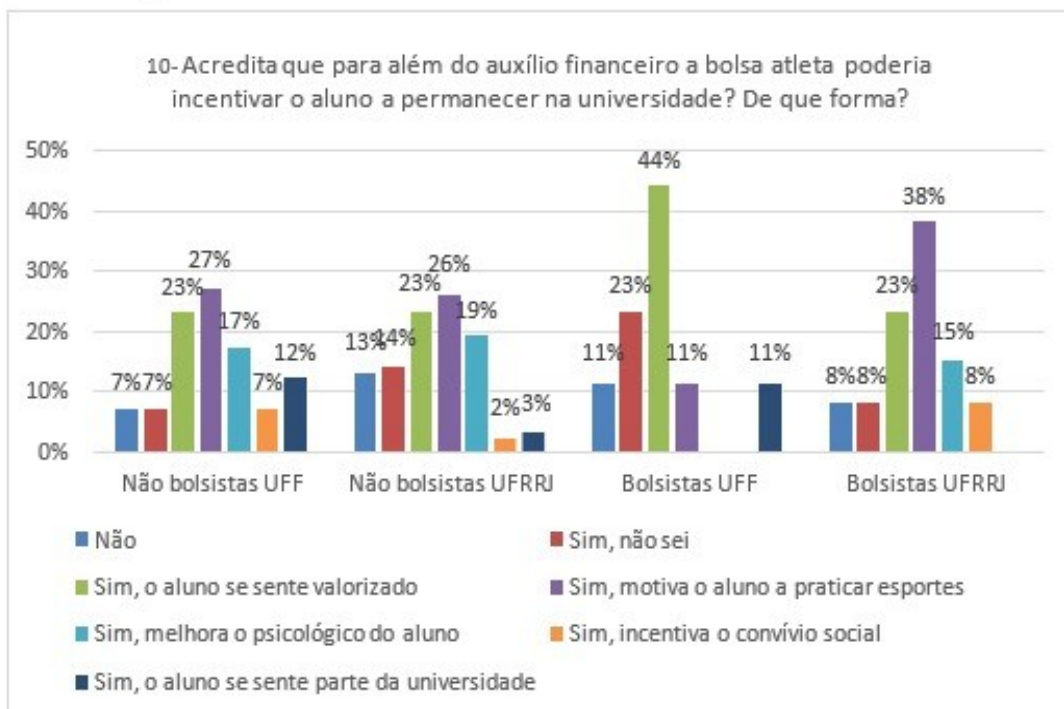
Gráfico 45: Questão 9



Fonte: Elaboração própria

A pergunta número dez veio com a intenção de ilustrar de que forma o bolsa atleta poderia ser um motivador para além do auxílio financeiro. O gráfico abaixo ilustra essas

Gráfico 46: Questão 10

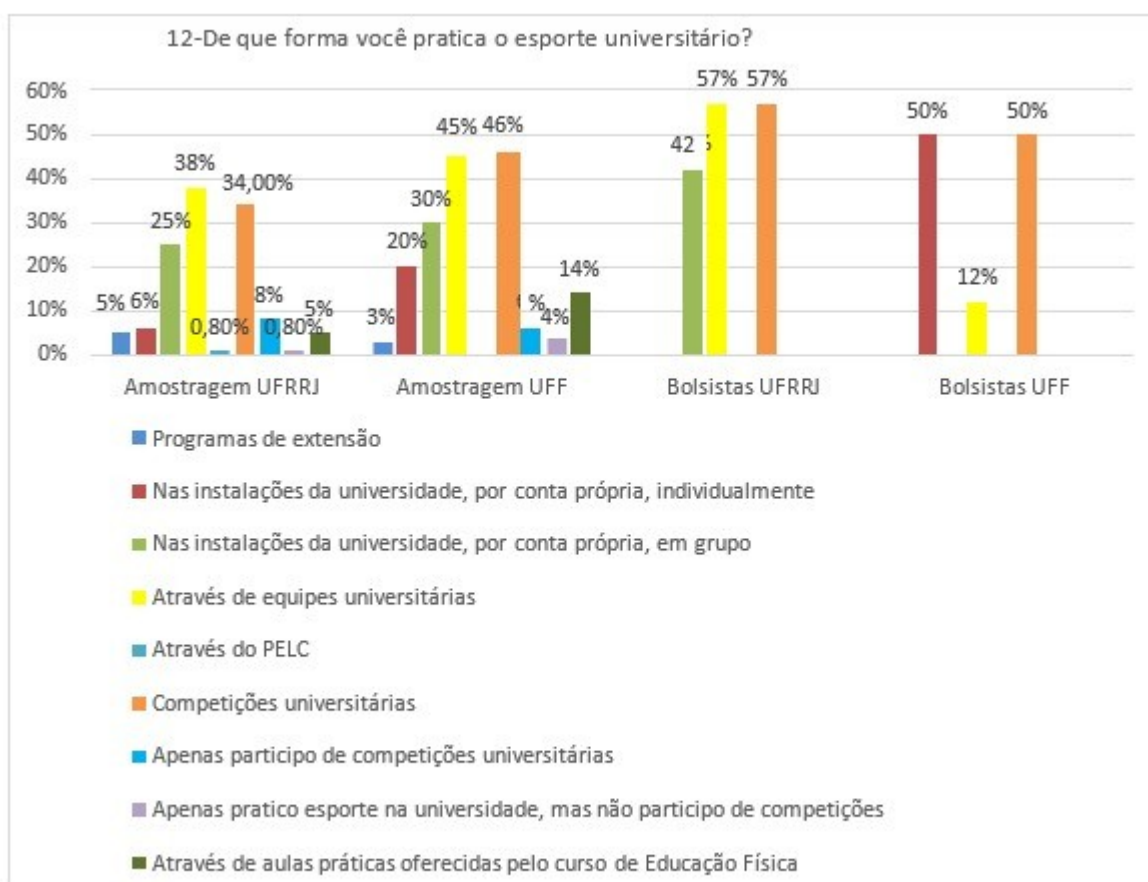


Fonte: Elaboração própria

Os termos utilizados nas respostas variavam entre melhora o psicológico, motivação ao convívio social, motivação a prática esportiva, valorização do aluno, sensação de pertencimento. Estes são indicadores que auxiliam na permanência dos estudantes. Outros 7% dos não bolsistas da UFF, 13% dos não bolsistas da UFRRJ, 11% dos bolsistas da UFF e 8% dos bolsistas da UFRRJ, apontaram que o Bolsa Atleta não auxilia para além da ajuda financeira.

Na universidade existem diferentes formas de se viver e práticas o esporte universitário, abaixo elencamos algumas para entender de que forma aparecem dentro do contexto da amostra. Boa parte da amostra participa de equipes universitárias, de competições e ainda tem sua prática por conta própria nas instalações da universidade, seja individualmente ou em grupo. Houve pouca resposta no PELC e nos programas de extensão, o que indica que tais alunos não participam muito dessas atividades. Admitimos aqui que isto possa ser reflexo de um público não respondente do questionário, que pratica esporte na universidade por lazer, mas que não se considera praticante de esporte universitário por não participar de atléticas e de competições, consideramos que mapear esses estudantes e entender sua percepção acerca do esporte que pratica na universidade pode ser interessante em pesquisas futura

Gráfico 47: Questão 12

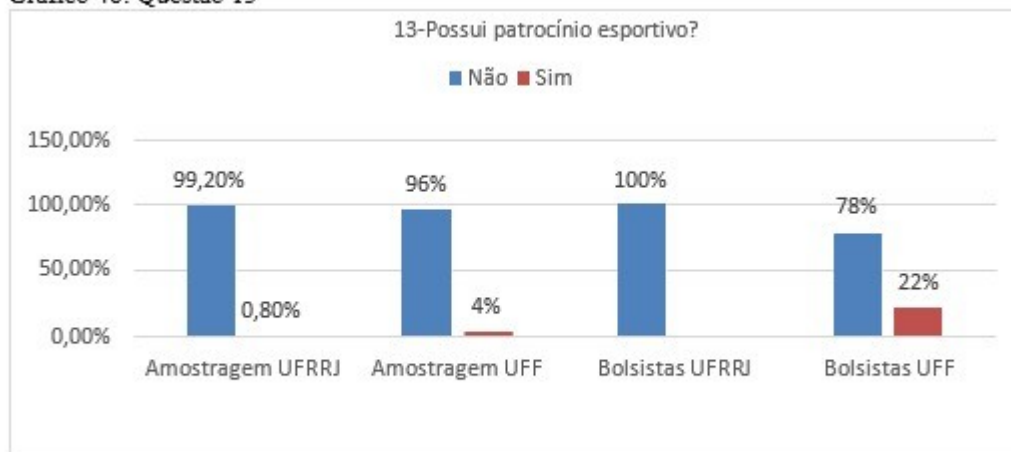


Fonte: Elaboração própria



Quanto ao patrocínio esportivo, apenas 4% da amostra da UFF respondeu que sim, enquanto que na Rural foram 0,80%, nos bolsistas, apenas 22% dos bolsistas da UFF. Isto revela o amadorismo e a falta de apoio financeiro para esses atletas. Aqui temos mais um fator para confirmar que os beneficiados da UFF estão mais voltados para o alto rendimento que os bolsistas da Rural.

Gráfico 48: Questão 13



Fonte: Elaboração própria

A falta de patrocínio para atletas é um problema que assola todo o país, e é algo que atinge desde o atleta amador ao olímpico. Patrocínio esportivo pode ser definido como uma ferramenta de marketing que se relaciona com o público através do financiamento e apoio a eventos esportivos (GWINNER & SWANSON, 2003). O patrocínio esportivo pode ser entendido como um instrumento de comunicação em marketing, através do qual a transmissão do nome, imagem ou produto da empresa, se realiza por meio do esporte.

O Bolsa Atleta do governo junto ao Programa Atletas de Alto Rendimento (Paar) do Ministério da Defesa, são programas que “tapam o buraco” deixado pela falta de patrocínio. Esta problemática reforça a importância de programas como o bolsa atleta nas universidades, que incentiva jovens atletas.

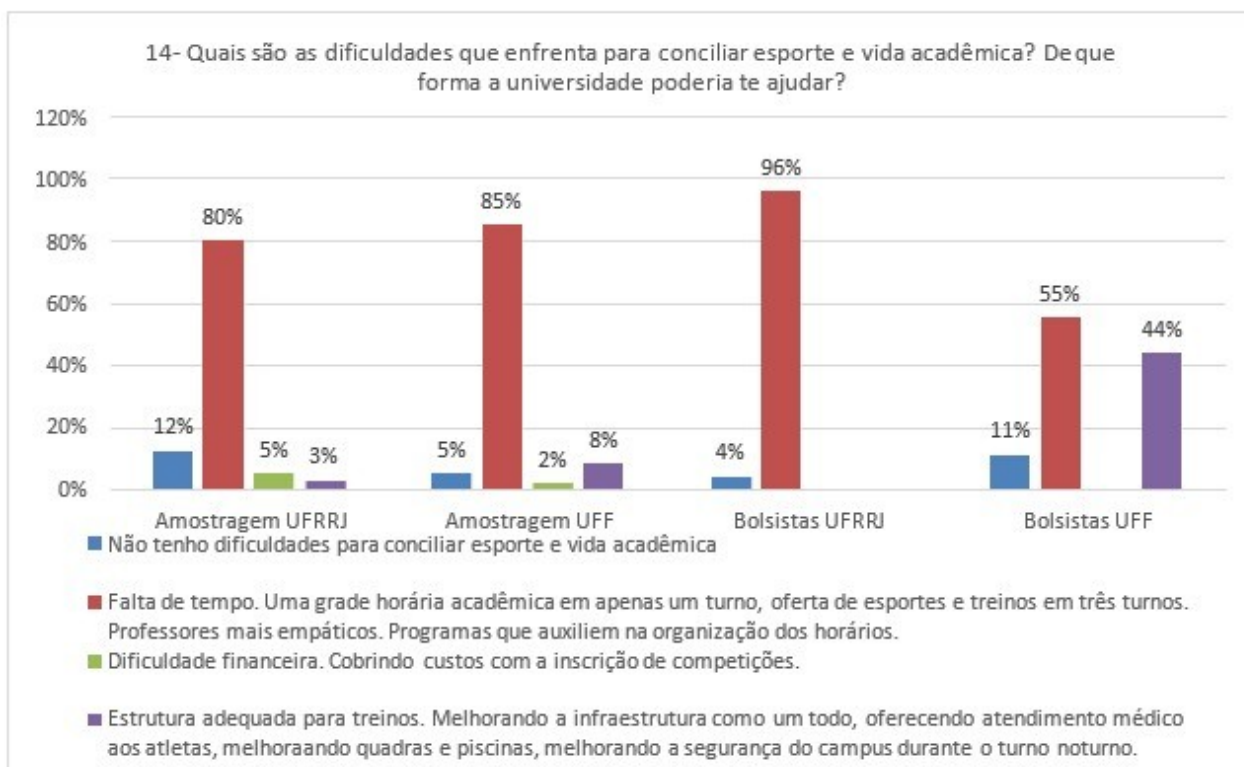
A falta de tempo foi uma das dificuldades mais apontadas pelos estudantes que responderam o questionário, seguido da falta de estrutura para treino nas universidades. A problemática de estrutura se entrelaça a falta de tempo, já que muitos atletas precisam gastar horas de deslocamento para realizar suas atividades. Universidades que invistam em campos, quadras, piscinas e outras áreas de lazer são fundamentais para o crescimento do esporte neste setor. A realidade está distante do ideal, considerando o crescente corte de verbas das instituições públicas de ensino superior, o que inviabiliza qualquer possibilidade de reformas. Na UFRJ, os investimentos feitos na piscina e

no campo de rugby se perdem por falta de manutenção e segurança. Consideramos a inutilidade de se fazer reformas momentâneas sem pensar a longo prazo ou nos custos de manutenção.

Junto a problemática da falta de tempo também temos a realidade de cursos em período integral, que em nada combinam com a rotina de diversos estudantes que necessitam trabalhar e estagiar. As sugestões da maioria dos discentes para o problema foi cursos de apenas um turno, ofertas de treinos em três turnos, professores mais empáticos e programas que auxiliem os alunos a organizarem seus horários. Alunos da UFRRJ ainda apontaram dificuldades financeiras e deram como solução que a universidade cobrisse os custos com as inscrições de competições. Ainda uma parcela dos alunos declararam não terem dificuldades para conciliar vida acadêmica com o esporte.

Abaixo apresentamos as respostas da pergunta 14 do questionário, categorizamos as respostas, que estão distribuídas conforme o exposto no gráfico abaixo:

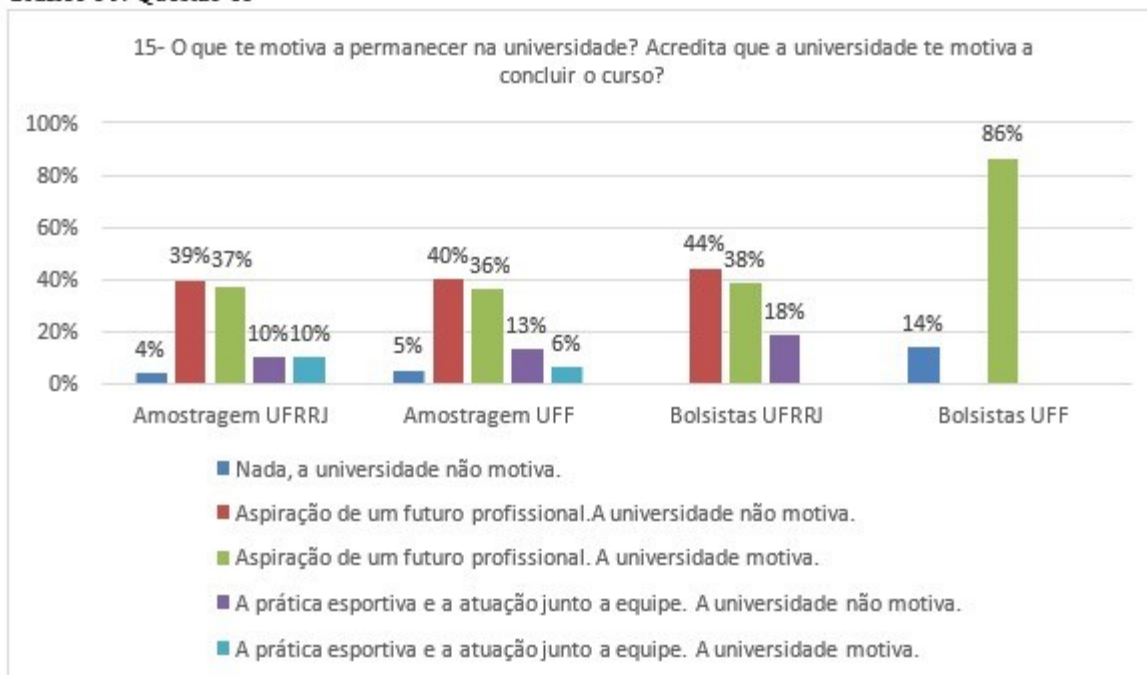
Gráfico 49 : Questão 14



Fonte: Elaboração própria

Apesar das dificuldades, os alunos buscam a formatura e um lugar no mercado. A universidade neste caso é apenas um meio para a conquista deste objetivo. De acordo com as respostas abaixo, observamos que a maior motivação para permanecer na universidade é justamente a aspiração de um futuro profissional, alguns consideram a prática esportiva como um motivador e há ainda aqueles que estão desmotivados. Indicamos no gráfico abaixo as categorias de respostas obtidas a pergunta 15 do questionário.

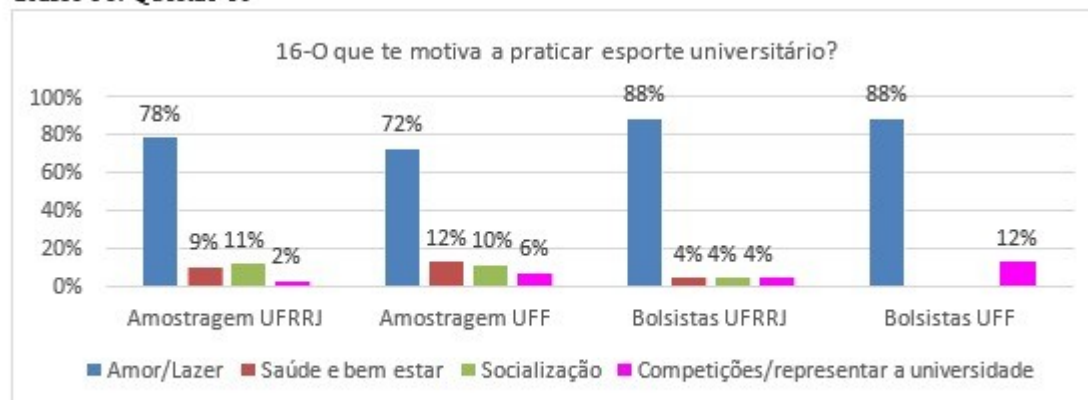
Gráfico 50: Questão 15



Fonte: Elaboração própria

Já nas respostas a pergunta 16 observamos que a maior motivação desses discentes para praticar esporte universitário é o amor pelo esporte e pelo lazer. São pessoas que praticam porque gostam. Ainda encontramos como resposta saúde e bem estar, socialização e a participação em competições.

Gráfico 51: Questão 16



Fonte: Elaboração própria

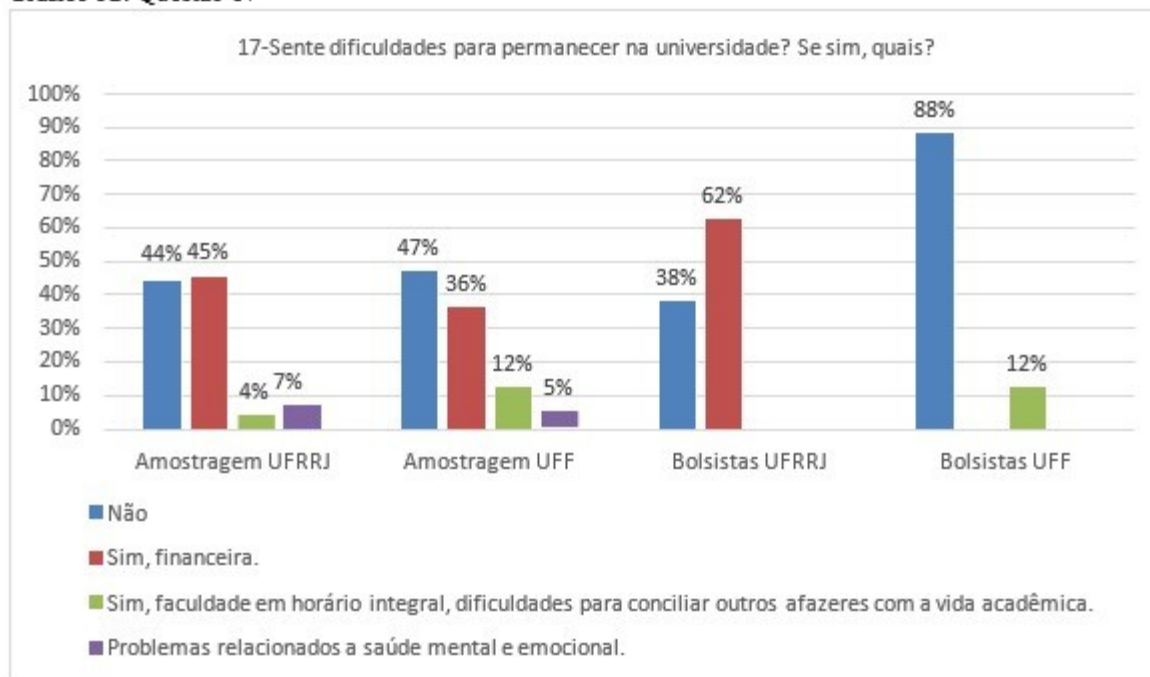
Quanto as dificuldades para a permanência na universidade, ao olhar o gráfico abaixo percebemos que tanto na amostragem da UFF quanto na amostragem da UFRRJ, cerca de 45% dos alunos não sentem dificuldades para permanecer na universidade. Lembramos que nos dados apontados anteriormente sugerem que na UFRRJ 46% dos alunos entrevistados pertencem a classe B e 9% a classe A e os dados reunidos da UFF sugerem que 42% dos alunos entrevistados

pertencem a classe B e 12% a classe A. Surge a hipótese de que esses alunos que possuem uma melhor condição financeira teriam menos dificuldade para permanecerem na universidade. A faculdade em horário integral junto a dificuldade de realizar outros afazeres conciliados a vida acadêmica novamente aparece como uma das dificuldades apontadas por uma pequena parcela dos estudantes.

Quando vamos para os bolsistas, na UFF 88% dos bolsistas declararam não sentirem dificuldades para permanência e 12% declararam sentirem dificuldades para conciliar outros afazeres com a vida acadêmica. Enquanto na UFRRJ 38% dos bolsistas declararam não sentirem dificuldades e outros 62% apontaram problemas financeiros.

Outro fator que também chama a atenção são as falas de uma minoria que aponta para problemas relacionados a saúde mental e emocional, que aparecem nos grupos gerais mas que não aparecem quando olhamos para os bolsistas.

Gráfico 52: Questão 17



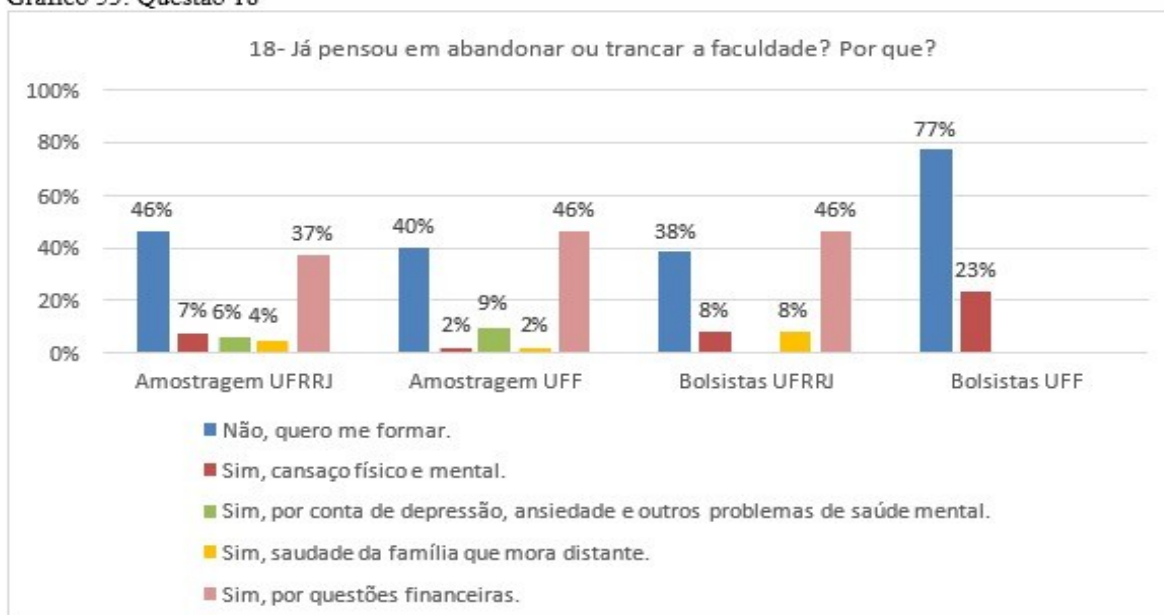
Fonte: Elaboração própria

Buscamos elucidar os fatores de manutenção e permanência de alunos, correlacionando as possíveis motivações que podem levar a um aluno a querer trancar a faculdade. O conceito de evasão considera também estudantes que trancaram a matrícula.

O gráfico abaixo demonstra que na UFRRJ 37% e na UFF 46% dos alunos já pensaram em trancar a matrícula devido a questões financeiras. Mais de 50% dos alunos das instituições declararam que já pensaram em trancar, dentre os motivos estão cansaço físico e mental, saúde mental, saudade da família e o principal, questões financeiras.

Reforçando ainda a importância do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes. Já os bolsistas da UFF 77% dos estudantes disseram que nunca pensaram em trancar a faculdade, os outros 23% apontam cansaço físico e mental como a principal causa.

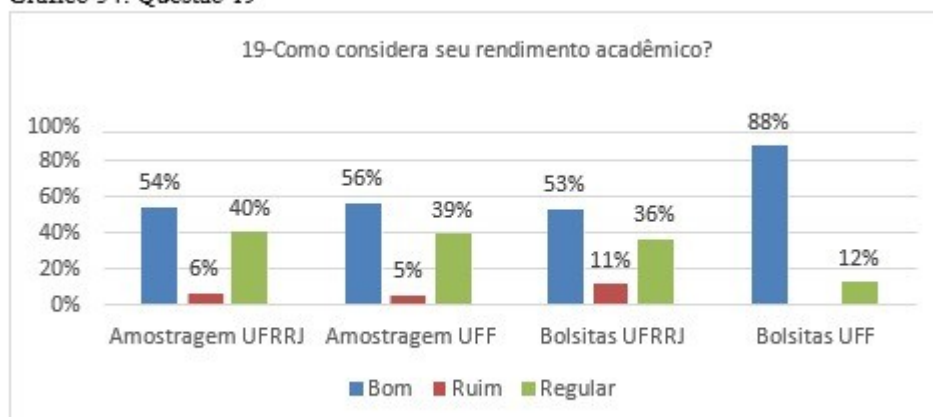
Gráfico 53: Questão 18



Fonte: Elaboração própria

Quanto ao rendimento acadêmico, percebemos que a maioria dos estudantes considera positivo ou regular, apenas uma minoria julga seu rendimento acadêmico como ruim. Nos bolsistas da Rural é possível observar que há uma elevação dos estudantes julgam seu rendimento acadêmico como ruim sendo 11%, ao comparar com o número total de respondentes da universidade que são 6%.

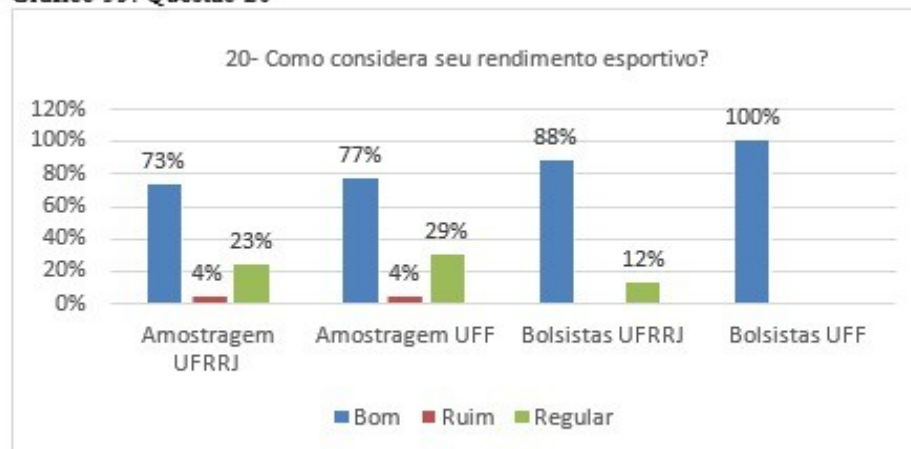
Gráfico 54: Questão 19



Fonte: Elaboração própria

Sobre o rendimento esportivo percebemos que a maioria considera como bom, nos bolsistas da UFF esse número chega a 100% e na Rural 88%.

Gráfico 55: Questão 20



Fonte: Elaboração própria

Quanto ao profissionalismo, 10% da amostragem da UFRRJ se considerou profissional, na UFF 5%, nos bolsistas 12% da UFRRJ e 45% da UFF. Mas quando comparamos ao quantitativo de patrocinados, lembramos que apenas 4% da UFF e 22% dos bolsistas declararam ter patrocínio. Há aqui dúvidas quanto ao conceito do que é ser um atleta profissional, temos a concepção que atleta profissional é aquele que recebe dinheiro de clubes e tem contratos com empresas, atletas que se sustentam com a prática esportiva. Ou esses são atletas que possuem contratos com clubes, mas sem patrocinadores, ou se confundiram quanto ao conceito de atleta profissional.

Gráfico 56 : Questão 21



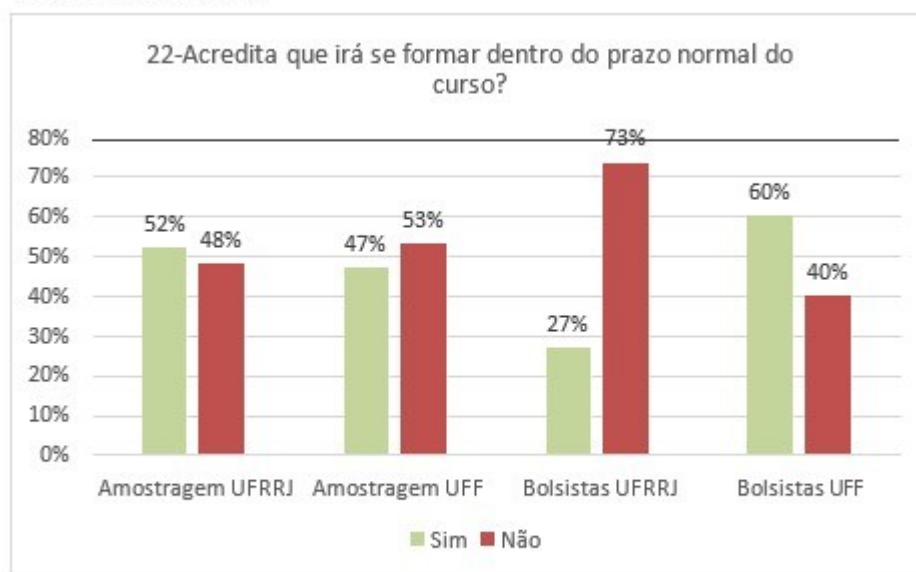
Fonte: Elaboração própria

Outro ponto que também levamos em consideração foi a formatura dentro do prazo previsto do curso. Um fator que afeta a permanência dos estudantes é o quantitativo de reprovações e a

dificuldade das disciplinas, além de conciliar com os demais afazeres. Uma das estratégias utilizadas pelos estudantes é cursar menos matérias para assim dar conta de tudo o que precisam fazer. Isto pode acarretar em desmotivação, já que o tempo até a formatura se prolonga.

Observamos que na amostra geral da UFF e da UFRRJ quase 50% dos estudantes não acredita que irá se formar dentro do prazo normal do curso. Quando olhamos para os bolsistas percebemos que há disparidades entre os bolsistas da UFF e da UFRRJ, onde 73% dos bolsistas da Rural acreditam que não irão se formar dentro do prazo normal do curso, enquanto 60% dos bolsistas da UFF acreditam que irão.

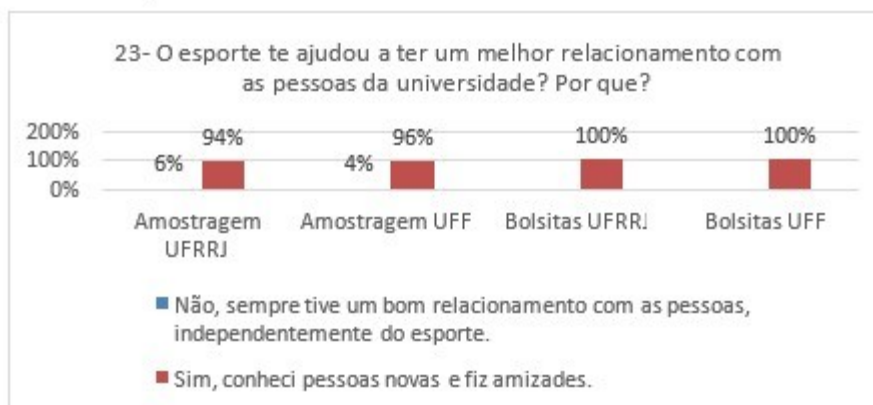
Gráfico 57: Questão 22



Fonte: Elaboração própria

Sobre o relacionamento interpessoal é quase unânime que o esporte auxiliou os estudantes a terem um melhor relacionamento com as pessoas, conforme aponta o gráfico abaixo:

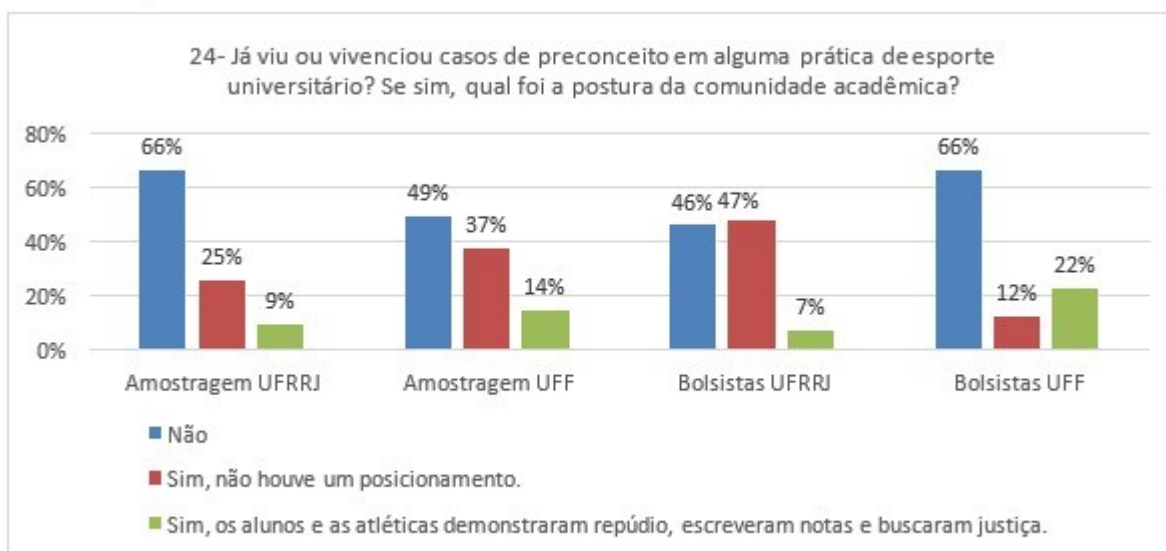
Gráfico 58: Questão 23



Fonte: Elaboração própria

Quanto aos casos de preconceito no esporte universitário, percebemos que 66% dos estudantes da UFRRJ e 49% da UFF responderam que nunca viram ou vivenciaram casos de preconceito. Dos que responderam que sim, nota-se que a exceção dos bolsistas da UFF, a maioria relatou que não houve um posicionamento quanto ao caso. Nos casos em que houve um posicionamento, segundo os discentes, a palavra sempre vinha dos alunos ou das atléticas, nunca da instituição.

Gráfico 59: Questão 24



Fonte: Elaboração própria

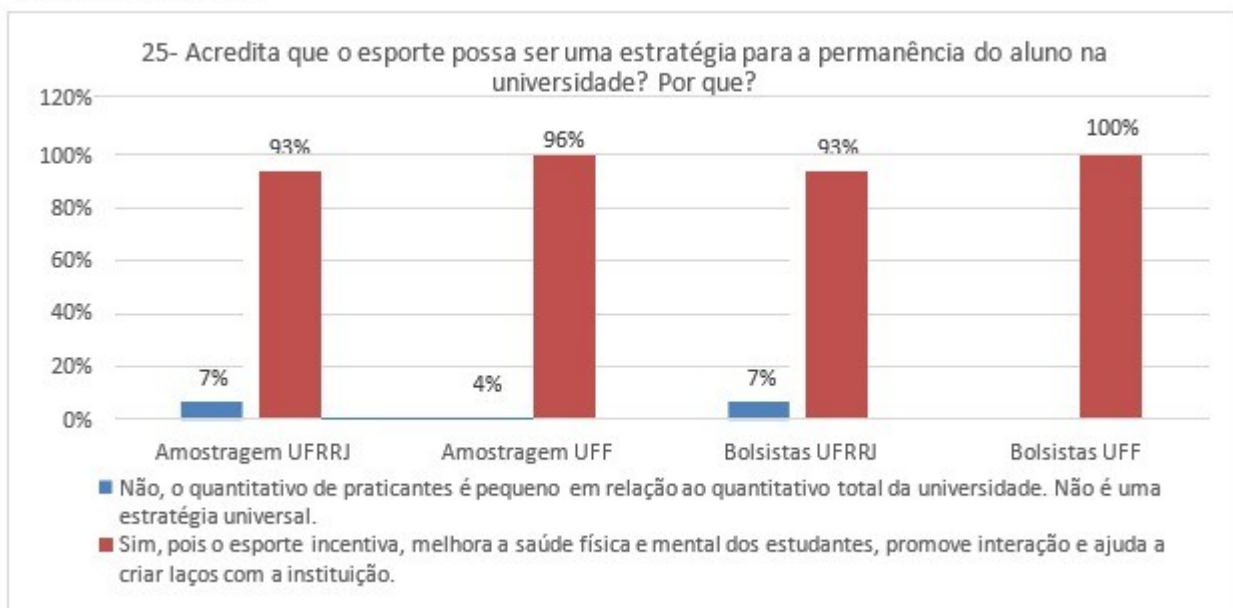
Apesar do apoio financeiro dado pela instituição, o esporte universitário ainda carece de maior presença institucional. As universidades têm uma responsabilidade social de educar e formar cidadãos. O ambiente deve ser de competição saudável, integração, união, inclusão, e apontamos como inaceitáveis casos de preconceito. O esforço deve ser coletivo, partindo não somente dos alunos e das atléticas, mas das instituições, dos organizadores de competições, da CBDU e da FEURJ. Existem diversos meios que podem ser utilizados por essas instituições para dar visibilidade a causa e trazer maior consciência. Como a criação de campanhas, de logos e até mesmo concursos dentro dos próprios eventos.

Nos jogos universitários, com o crescente número de negros nas universidades e do movimento de luta dos LGBTQIA+, criou-se um espaço para as minorias dentro deste ambiente. Diversas torcidas organizadas e baterias reviram as letras preconceituosas dos seus hinos e gritos. Atléticas passaram a tentar dar um maior suporte aos estudantes que passam por algum caso de opressão. Vide o caso Puc-Rio e toda a repercussão negativo que isso trouxe para a universidade.



O quesito abrangência do esporte enquanto estratégia de permanência, apareceu na fala de um pequeno grupo de discentes ao responder à pergunta 25 do questionário. O esporte universitário ainda carece de adeptos, apesar de não se ter um quantitativo bem definido de quantos alunos praticam esporte universitário, o modo como se organiza e os materiais e estrutura física, não estimulam a ampla participação. No quadro abaixo, a partir da categorização das respostas, é possível observar que um pequeno grupo não considera o esporte como uma possível estratégia de permanência por questões de abrangência. Enquanto a maior parte dos estudantes considera o esporte como uma forma de incentivar, promover interação, saúde e criar laços com a instituição.

Gráfico 60: Questão 25



Fonte: Elaboração própria

Os dados revelam que apesar das políticas serem parecidas, a UFF e a UFRRJ possuem objetivos distintos e atendem a públicos diferentes também. A cultura esportiva das modalidades praticadas nas universidades é bem semelhante. É possível notar um nível maior de satisfação institucional vindo dos alunos da UFF do que da UFRRJ. Notamos que o fator socioeconômico é o principal ponto de diferença entre o público dos auxílios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho, que teve como objetivo refletir e analisar o programa Bolsa Atleta. No que se refere à permanência dos estudantes no ensino superior, espera-se ter fornecido subsídios para algumas discussões que são importantes no contexto atual, como a questão das políticas de cotas, as ações de assistência estudantil e sua capacidade de democratizar ou não a prática esportiva e o direito à educação.

Esta dissertação não pretende esgotar o assunto, mas, sim, provocar mais debates sobre o tema, esperando que outros estudos sejam realizados sobre esporte universitário e acesso a práticas de cultura e lazer nesse ambiente, para sua maior qualificação enquanto política de direito. A síntese que construímos é provisória, podendo servir como ponto de partida para outros estudos e também ser desconstruída a qualquer momento, dada a realidade mutável em que vivemos.

Inicialmente, contemplamos o esporte universitário nas pesquisas brasileiras a fim de elucidar sua trajetória e como o esporte universitário vinha sendo retratado, quais os temas de tais pesquisas, para entender melhor as questões do campo. O passo a seguir, foi nos debruçarmos sobre como se configuravam as políticas públicas do ensino superior e permanência no Brasil. Situamos o objeto a partir de sua historicidade e seus marcos legais. Entendemos o esporte universitário como um direito social.

Após esse percurso de pesquisa, temos a compreensão de que o esporte universitário é instituído de um conjunto de dispositivos legais onde suas mais variadas dimensões esportivas são vivenciadas. O esporte de participação, o esporte de rendimento que é vivenciado em competições e o esporte educacional, representado por bolsistas, estagiários, estudantes interessados na pesquisa, como agente educador e formador de conhecimentos profissionais (BELATO, 2018).

O Programa Bolsa Atleta se configura como importante para a expansão do esporte nas universidades federais, tendo em vista as disparidades e a pouca representação dessas instituições em competições oficiais quando comparadas as instituições particulares. Barbosa, 2017 destaca essas características, a exemplo temos a forma de ingresso de estudantes, níveis de desempenho, estrutura física e financiamentos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil vincula esporte a assistência estudantil, sendo um dos principais programas que oferece esse tipo de auxílio. As universidades executam ações, acompanham e avaliam o desenvolvimento dos alunos contemplados. No caso da UFF e da UFRRJ, em ambas isto ocorre por meio da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis, PROAES.

O papel do Programa Bolsa Atleta na UFF é incentivar que atletas de alto rendimento mantenham sua prática esportiva sem evadir da universidade, através do apoio financeiro. Enquanto

o programa da Rural visa estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que praticam esporte e possuem habilidades para o mesmo. Os questionários com os discentes demonstraram a importância do Programa, e nos possibilitou diferentes perspectivas acerca de suas vivências enquanto estudantes e atletas.

Observou-se que o ambiente universitário é bem diverso, composto por diferentes raças/cores, mas ainda precisa superar algumas questões enquanto corpo e gênero. Ainda explora pouco as possibilidades do esporte universitário enquanto um ambiente educacional. Quanto a permanência, sabemos que a UFF e a UFRRJ também possuem outros programas voltados ao combate da evasão e ao seu acompanhamento. A questão do Bolsa atleta é que os aspectos psicossociais e contextuais estão implicados. A política auxilia a participação de estudantes atletas em competições de nível universitário, com custos acadêmicos, materiais e alimentação.

Tratando-se do desempenho acadêmico, ambos os programas possuem a preocupação de acompanhar o aluno através de relatório e utilizar o CR como requisito para manutenção no programa. É um indicador acessível para diagnóstico e monitoramento da retenção no ensino superior. Há vários estudos sobre a retenção no ensino superior, por iniciativas do governo e diversos pesquisadores, principalmente pelos prejuízos financeiros e sociais decorrentes desses fenômenos (ANDRADE, TEIXEIRA, 2017). Um quantitativo grande de alunos declarou que não acredita que irá se formar dentro do prazo normal do curso.

Não há dúvidas quanto a capacidade do esporte de promover a socialização. Durante a pesquisa pudemos notar que as motivações de maior destaque para a prática de esporte universitário nessas instituições ficaram entre amor e lazer. Os resultados revelam uma possível tendência que se estabelece entre o esporte de rendimento e o participativo. Também consideramos uma despretenção da maioria dos pesquisados com relação ao profissionalismo. Os resultados corroboram com a hipótese de que alunos participantes do esporte universitário competitivo das instituições públicas priorizam os estudos em comparação aos alunos das instituições privadas.

Assim como Belato (2018), entendemos que um número significativo de condicionalidades de acesso, e o orçamento reduzido demonstram que os programas possuem uma abrangência restrita e focalizada, o que se comprova no seu baixo índice de atendimento em comparação ao público-alvo potencial. Por fim, a fala dos estudantes revela a necessidade de ampliar o programa a fim de que mais pessoas possam ser atendidas. Os dados obtidos sobre o programa demonstraram que o mesmo auxilia na permanência do aluno, porém como sendo um fator, que sozinho não é determinante.

Há a compreensão da permanência enquanto fenômeno multifatorial, onde um conjunto de itens trabalham para que o aluno obtenha o êxito de conquistar o diploma. Apontamos a importância

de compreender esse universo e de poder escutar esses alunos, que possuem necessidades diversas. Humanizar a universidade enquanto um bom espaço de vivência é um facilitador do processo acadêmico. Ainda é necessário pensar outras soluções para ampliar o acesso a prática esportiva nos espaços da universidade, a fim de convidar outros estudantes a praticarem também.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís Orlando Borges. **As manifestações do desporto universitário paranaense no período de 1975-1993**. 2003. Monografia especialização (Lato Senso) - Administração Esportiva, Curitiba, 2003.

ALMEIDA NETO, Antônio Francisco de. **Propriocepção e respostas musculares do tornozelo de atletas universitários de futebol**. 2013. 69 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2013.

ALMEIDA, D.M.S. **A motivação do aluno no ensino superior: um estudo exploratório**. 2013. Dissertação - (mestrado)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2012.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando G. **Transição e adaptação à Universidade: Apresentação de um Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA)**. *Psicologia*, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 189-208, jul. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087420492000000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087420492000000200005&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 15 de Abril de 2018.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA. Os estudantes universitários: Sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Ed.), **Estudante universitário: Características e experiências de formação** (pp. 15-40). Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

ANALYTICS, Clarivate. **Web of Science Databases. Web of Science**. Disponível em: <[https://ufrij.br/sites/default/files/imgnoticia/2019/04/ranking\\_de\\_producao\\_cientifica\\_2014-20182.pdf](https://ufrij.br/sites/default/files/imgnoticia/2019/04/ranking_de_producao_cientifica_2014-20182.pdf)> Acesso em: 15 de Abril de 2018.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.

ARAÚJO, Thiago Machado de. **Efeitos da preparação física sobre a performance global de atletas amadores de basquetebol universitário**. 2018. 51 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

ARIOSI, Leticia Missura. **Treinadores de basquetebol feminino universitário: do processo de formação profissional aos métodos de ensino-aprendizagem adotados nos treinamentos**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ASSIS, ANNA CAROLINA LILI DE; TANURE SANABIO, MARCOS; ALVES MAGALDI, CAROLINA; SILVA MACHADO, CARLA. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina** - GUAL, vol. 6, núm. 4, 2013, pp. 125-146. Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, 2013.

BARBOSA, Cláudio. **Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, São Paulo, 2014.

BARBOSA, Cláudio Gomes. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso**. Tese de Doutorado.- Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

BARDAGI, Marúcia Patta; PARADISO, Ângela Carina. Trajetória Acadêmica e Satisfação com a Escolha Profissional de Universitários em Meio de Curso. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 153-166, dez. 2003. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902003000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100013&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 17 fev. 2019

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 31-44, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167933902008000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902008000200005) &lng=pt&nrm=iso>. acesso em 17 fev. 2019.

BARDAGI, M.P., ANDRADE, A.M.J., & TEIXEIRA, M.A.P. Apoio institucional a estudantes estrangeiros e minoritários no Brasil: algumas considerações. In: C. S. Hutz. (Ed.), **Avanços em Psicologia Comunitária e Intervenções Psicossociais** (pp.297-325). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2010.

BARROS, Keila Sgobi de. **Recortes da transição na carreira esportiva**. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte.- São Paulo, 2018.

BARROS, Michel Wanderson Oliveira de. **FIES: política pública de acesso e permanência no ensino superior**. Dissertação (Mestrado). Fortaleza, 2014.

BARROSO, M. et al. **Motivos de prática de esportes coletivos universitários em Santa Catarina**. Fórum Internacional de Esportes, Anais, v. 6, p. 11.1-11.9. Santa Catarina, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, São Paulo, 2008.

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva. **Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília–UnB (2009-2016)**. Dissertação (Mestrado)- Brasília, 2018.

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; DE ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Análise do programa bolsa atleta universitária na universidade de Brasília de 2011 a 2015. **Motrivivência**, v. 31, n. 57, 2019.

BENETTI, Marino Pereira. Prática esportiva nas áreas comuns do campus USP da capital: conflitos e diagnóstico. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; TONINI, Grece Teles. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 2, 2011.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, Brasília, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: UFSC, 2014.

BRANDÃO, Marisa. Educação profissional e ensino superior: do governo FHC ao governo Lula. **Cadernos Cemarx**, n. 6, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL Lei 10.891, de 09 de julho de 2004. **Institui o Bolsa-Atleta**. Legislação Federal Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, ed. extra, de 5-10-1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: ME, 2005.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2018. Tese de Doutorado, UFGV, São Paulo, 2008.

BUTLER, J. "Sujeitos do sexo/gênero/desejo" In: **Problemas de gênero–feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Pp.17-60, Rio de Janeiro, 2003.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, Belo Horizonte, 1999.

CALIL, André et al. Educação Física, Esporte e Cultura no Ensino Superior: íntimas relações com o Brasil e a atualidade. Motriz. **Journal of Physical Education**. UNESP, p. 1045-1051, São Paulo, 2010.

CAMARGO, Philipe Rocha de. **O desenvolvimento do handebol brasileiro a partir das políticas públicas do Governo Federal: da iniciação ao alto rendimento**. Dissertação- (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2016.

CAMPOS, Rafaella Cristina, Mônica Carvalho Alves Cappelle, and Luiz Henrique Rezende Maciel. "Carreira Esportiva: O Esporte de Alto Rendimento como Trabalho, Profissão e Carreira." **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2017.

CARDOSO, Fernando Luiz; MARINHO, Alcyane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura. Revista da Educação Física/UEM, v. 24, n. 4, p. 597-608, Maringá, PR, 2013.

CASTELLANI FILHO, L. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G.; GARCIA, C. C. (Org.). Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: **Alpharrabio**, p. 129-144, São Paulo, 2008.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papirus Editora, 1988.

CASTRO, Cláudio Moura. **Ciência e universidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1986.

CASTRO, S. B. E. de; SOUZA, D. L. de. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento. **Rev. bras. educ. fis. esporte**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 507- 518, set. São Paulo, 2015.

CBDU Disponível em: <: <https://www.cbdu.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COELHO, S. L. **Cópia da palestra proferida em mesa redonda sobre alocação de recursos públicos para o esporte promovida pelo CENDEC** - Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: CBDU, Rio de Janeiro, 1984.

CONTE, Marcelo et al. Nível de atividade física como estimador da aptidão física de estudantes universitários: explorando a adoção de questionário através de modelagem linear. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, p. 332-336, 2008.

CORRÊA, Mikael Almeida. **Integração acadêmica e autoavaliações de universitários praticantes e não praticantes de esportes**. Dissertação- (Mestrado), UFRGS, Rio Grande do Sul, 2019.

CORREIA, Tânia; GONÇALVES, Isabel; PILE, Marta. **Insucesso acadêmico no IST**. Gabinete de Estudos e Planeamento. Núcleo de Aconselhamento Psicológico. Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa, 2003.

CORSEUIL, Maruí Weber; PETROSKI, Edio Luiz. Baixos níveis de aptidão física relacionada à saúde em universitários. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 49-54, UFSC, Santa Catarina, 2010.

DAS CHAGAS ALMEIDA LIMA, Douglas. **A monitoração de equipes baseada na gestão de desempenho suportada por sistemas de informação: um estudo com a equipe de basquete universitário da UNICAP**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009.

DE CAMARGO, Philipe Rocha; MEZZADRI, Fernando Marinho. Políticas públicas para o esporte: o programa bolsa-atleta e sua abrangência na base do handebol no Brasil. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 1, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2017.

DE SOUSA, Thiago Ferreira. Inatividade física em universitários brasileiros: uma revisão sistemática. **Revista de Atenção à Saúde** (antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde), v. 9, n. 29, Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, 2012.

DE SOUZA PENA, Luís Gustavo et al. O “rugby” em cadeira de rodas no âmbito da universidade: relato de experiência da Universidade Estadual de Campinas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 661-669, São Paulo, 2014.

DE SOUZA, Thiago Ferreira. Atividades físicas praticadas no lazer por universitários de uma instituição pública do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 17, n. 2, p. 125-131, 2012.

DESCHAMPS, Silvia Regina et al. Motivos, interesses e atitudes para a prática físico-desportiva dos universitários de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 1, p. 51-59, 2009.

DILLY, Rosana Oliveira et al. **O desenvolvimento do esporte enquanto política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Minas Gerais, 2018.



DINIZ, A.M. & Almeida, L.S. Variáveis da primeira fase da integração universitária e mudança de curso. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 2007.

DOS SANTOS SOUZA, José. **Trabalho, educação y sindicalismo no Brasil: anos 90**. Autores Associados, 2002.

DOS SANTOS, Marinella Burgos Pimentel; TINUCCI, Taís. O consumo de álcool e o esporte: uma visão geral em atletas universitários. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 3, n. 3, 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

EGREGGIO, André Luís et al. **A influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do ensino superior brasileiro**. 2016.

ENGELMAN, Selda; DE OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli. Gestão Pública em Rede: o caso do programa segundo tempo–Ministério dos Esportes. **Journal of Physical Education**, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.

EPIPHANIO, E. H. Conflitos vivenciados por atletas quanto à manutenção da prática esportiva de alto rendimento. **Estudos em psicologia**, 19, 15-22, 2002.

FEITOSA, M.G.G. **Integração de estudantes ingressantes à vida universitária: fatores que facilitam e que dificultam sua integração**. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

FERNANDES, E.P., & ALMEIDA, L.S. Expectativas e vivências acadêmicas: impacto no rendimento dos alunos do 1º ano. **Psychologica**, 40, 267-278, 2005.

FERRARI, Elisa Pinheiro et al. Insatisfação com a imagem corporal e relação com o nível de atividade física e estado nutricional em universitários. **Motricidade**, v. 8, n. 3, p. 52-58, 2012.

FERREIRA, Raimundo. **Políticas para o esporte de alto rendimento: estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil**. Porto (POR): Universidade do Porto, Faculdade de Desporto, Porto, 2007.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **IV Pesquisa do Perfil Sócioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras – 2014**. Uberlândia: Fonaprace/ Andifes, Minas Gerais, 2016.

FONTES, Ana Cláudia Dias; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste-Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, p. 20-29, UFPB, Paraíba, 2009.

FRANKEN, Marcos; CARPES, Felipe Pivetta; CASTRO, F. A. S. Cinemática do nado crawl, características antropométricas e flexibilidade de nadadores universitários. In: **Congresso**

**brasileiro de ciências do esporte**. p. 1-8. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, PUC- PR, Paraná, 2009.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Indicadores de ciência e tecnologia e inovação em São Paulo 2010**. São Paulo: FAPESP, São Paulo, 2011.

GARCIA, Lucas Almeida et al. **Esporte universitário na UFU: análise dos fatores motivacionais dos atletas da equipe de futebol da Universidade Federal de Uberlândia**. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2018.

GEMAQUE, Licia Santos Buhaten; SOUZA, Lúcio Gemaque. DIPLOMAÇÃO, RETENÇÃO E EVASÃO: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010. **Ensino & Multidisciplinaridade**, v. 2, n. 1, p. 84-105, UFMA, Maranhão, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÄNZEL, Wolfgang; LETA, Jacqueline; THIJS, Bart. Science in Brazil. Part 1: a macro-level comparative study. **Scientometrics, Dordrecht**, v. 67, n. 1, p. 67-86, 2006.

GONÇALVES, Victor Lana; SILVA, Dirceu Santos; MARINS, João Carlos Bouzas. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 27, n. 1, p. 150-163, Minas Gerais, 2019.

GUEDES, Dartagnan Pinto; LEGNANI, Rosimeide Francisco Santos; LEGNANI, Elto. Motivos para a prática de exercício físico em universitários e fatores associados. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 4, p. 679-689, São Paulo, 2012.

GWINNER, K; SWANSON, S; A model of fan identification: antecedents and sponsorship outcomes. **The Journal of Services Marketing**, v.17 n.2/3, p.275-, 2003.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**—Revista cultural do programa avançado de cultura contemporânea UFRJ—Ano VIII n. Rio de Janeiro, 1995.

HASENBALG, Carlos et al. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Raça, ciência e sociedade**, p. 235-249, 1996.

HATZIDAKIS, Georgios. **Esporte universitário**. Internet. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/72>>. pdf. Acesso em: 15 de Abril de 2018.

HATZIDAKIS, Georgios. **Perfil da atividade esportiva principal de atletas universitários participantes de competições esportivas universitárias oficiais**. Monografia- UNIFEC São Caetano do Sul, São Paulo, 1993.

HILLEBRAND, Marinez Domeneghini. **Dando voz às mulheres participantes do esporte universitário: contradições e desafios para a prática esportiva**. 2007. 162 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

HILLEBRAND, Marinez Domeneghini; GROSSI, Patrícia Krieger; MORAES, João Feliz. Preconceito de gênero em mulheres praticantes do esporte universitário. **Psico**, v. 39, n. 4, p. 9, Rio Grande do Sul, 2008.

HIRATA, Edson, and Luiz Alberto Pilatti. Modernidade e a indústria do entretenimento: o produto esporte moderno. **Efdeportes**, Buenos Aires, n., ps/ns/n 1, 2007.

HÖFLING, ELOISA DE. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, Unicamp, São Paulo, 2001.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, Brasília, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Educação superior no estado do Rio de Janeiro**. IPAE, Rio de Janeiro, 10 de janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/et/29.pdf>>. Acesso em: 5 de dez. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Relação das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro**. IPAE, Rio de Janeiro, 10 de janeiro, 2013. Disponível em: < [http://www.ipae.com.br/et/29\\_b.pdf](http://www.ipae.com.br/et/29_b.pdf)>. Acesso em: 5 de dez. de 2019.

LEGNANI, Rosimeide Fancisco Santos et al. Fatores motivacionais associados à prática de exercício físico em estudantes universitários. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2011.

LEITE, Cláudia Dias et al. Representações de ansiedade e medo de atletas universitários. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 6, n. 1, São Paulo, 2016.

LOBO E SILVA FILHO, R.L., MOTEJUNAS, P.R., HIPÓLITO, O. & LOBO, M.B.C.M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 37(132), 641-659, São Paulo, 2007.

LOURO, G.L.(ORG.). **O Corpo educado**. São Paulo: Ed. Autêntica, Pp. 153-172, São Paulo, 2013.

MACCARI, Bruna Matos et al. **Motivos para prática competitiva de esportes coletivos femininos na Universidade Federal de Santa Catarina**. Monografia (Graduação)- UFSC, Santa Catarina, 2011.

MAGALHÃES, M. O., & Redivo, A. **Re-opção de curso e maturidade vocacional**. Revista da ABOP, 2, 7-28, Rio Grande do Sul, 1998.

MANDARINO, João Domingos B. et al. Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias. **Revista SALUSVITA**, Bauru, v. 32, n. 1, p. 63-85.2013, São Paulo, 2013.

MARIN, E.C. et al. Políticas de Lazer nas Instituições de Ensino Superior: uma Discussão a partir da Práxis. In: **ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER**, 19. Florianópolis, 2009. Anais. Florianópolis, 2009.

MARINHO, Cristina Simão et al. **Estilo de vida e indicadores de saúde de estudantes universitários da UNIPLAC**. 2002. Dissertação (Mestrado Educação Física)- UFSC, Santa Catarina, 2002.

MARIZ, Suellem Dantas et al. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, Educ. Soc. vol.30 no.106 p. 15-35, Campinas, São Paulo, 2009.

MARTINS, Guilherme Henrique et al. Análise dos parâmetros de qualidade e estilo de vida de universitários. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 1, Paraná, 2012.

MEDINA, M.A.L. (2012). **Causas de Evasão em Programas de Qualificação Profissional: análise dos casos de Osasco e Bogotá**. Artigo apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.

MELO, Marcelo de Paula. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Movimento**, v. 11, n. 3, Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, DF: SESu, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MORÃO, Kauan Galvão. **Os efeitos do sexting no contexto esportivo universitário: uma tentativa de tracar o perfil dos envolvidos**. 2017.

OLIVAS AVILA, David. **El deporte universitario en el ambito de la UFRGS**. Monografia (Graduação), UFRGS, Rio Grande do Sul, 2012.

Oliveira CS, Gordia AP, Quadros TMB, Campos W. Atividade física de universitários brasileiros: uma revisão de literatura. **Rev. Aten. Saúde**, Paraná, 2014.

OLIVEIRA, Caroline Silva de et al. A prática de atividade física na cidade universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1489-1496, Mato Grosso do Sul, 2011.

OLIVEIRA, G. C. **GESTÃO ORGANIZACIONAL NAS ATLÉTICAS: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF**. Monografia (Curso de Administração)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo, Editora Pioneira, São Paulo, 1997.
- PALMA, Deborah; DA LUZ INÁCIO, Sandra. Perfil dos gestores do esporte universitários da região metropolitana de São Paulo. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 9, n. 2, p. 215-22. São Paulo, 2009.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 2, p. 301-315, São Paulo, 2017.
- PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- PINTO, SCHELLA VILELLA. **Prática de atividade física e esportiva em estudantes universitários: realização, estágios de mudança de comportamento e barreiras. Um estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2017.
- POLYDORO, S.A.J., SANTOS, A.A.A., VENDRAMINI, C.M.M., SBARDELINI, E.T.B., SERPA, M.N.F., & NATÁRIO, E.G. Percepção de estudantes evadidos sobre sua experiência no Ensino Superior. In: M.C.R.A. Joly, A.A.A. Santos e F.F. Sisto (Orgs), **Questões do Cotidiano Universitário** (pp.179-199). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. São Paulo, 2005
- PREUX, C. G. S.; GUERRA, Tasso Coimbra. Perfil da aptidão física de praticantes de judô do centro universitário do leste de Minas Gerais–UnilesteMG. **MOVIMENTUM- Revista Digital de Educação Física**, Ipatinga, Minas Gerais 2006.
- RAMI, Flávia de Oliveira Rocha et al. **Percepções do trabalho de psicologia do esporte em uma equipe feminina de handebol de um curso de medicina**. PUC-SP, São Paulo, 2017.
- RIBBAS, G. S.; KLEIN, V. Formação do mercado concorrencial de ensino superior privado. **Revista Unicritiba**, Curitiba, vol. 14, 2014. Disponível em: <<http://revista.unicritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/860>> . Acesso em: 13, ago.2019.
- RIBEIRO, Gabriela Machado. **Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2012.
- RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 3, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.
- RIBEIRO, Luciana Botelho. **Análise da ansiedade pré-competitiva de atletas universitários sob a ótica da Teoria Bioecológica**. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro, São Paulo, 2018.

SANTOS, Marina Jacob Lopes da Silva. **Políticas públicas e direito: democratização do acesso ao sistema federal de ensino superior**. Dissertação (mestrado)-FGV, São Paulo, 2015.

SILVA, Claudemir Osmar da et al. **Programa Reuni: ampliação do acesso ao ensino superior?**, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

SILVA, Felipe Vendruscolo da. **Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

SILVA, Luciana Guedes da. **Evasão no ensino superior brasileiro: riscos e arranjos institucionais**. Disponível em: <: planalto.gov.br >. Acesso em: 11 abr. 2019.

SOBRAL, F.A. A educação para a competitividade ou para a cidadania? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan. São Paulo, 2001.

SOUSA, J.V. Restrição do público e estímulo à iniciativa privada: tendência histórica no ensino superior brasileiro. In: SILVA, M.A.; SILVA, R.B. (Org.). **A idéia de universidade**. Brasília, DF: Líber Livro, Brasília, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.

SOUZA, Clair Teresinha; DA SILVA, Caroline; GESSINGER, Rosana Maria. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. In: **Congressos CLABES**, PUCRS, Rio Grande do Sul, 2012.

STAREPRAVO, Fernando et al. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade**. Ano, v. 5, UFPR, Curitiba, 2010.

STAREPRAVO, Fernando. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SVENSSON, Per G.; HANCOCK, Meg G.; HUMS, Mary A. Examining the educative aims and practices of decision-makers in sport for development and peace organizations. **Sport, education and society**, v. 21, n. 4, p. 495-512, 2016.

TEIXEIRA, M.A.P. (2010). Desenvolvimento de carreira em universitários: construção de um instrumento. **Anais do III Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão**. Disponível em: <<http://www.cienciaeprofissao.com.br/III/anais/anais.cfm>>. Acesso em: 18 de Abril de 2018.

TEIXEIRA, M.A.P., & Gomes, W.B. Decisão de Carreira entre Estudantes em Fim de Curso Universitário. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2005.

TEIXEIRA, M.A.P., Dias, A.C.G., Wottrich, S.H., & Oliveira, A.M. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 2008.

VELOSO, Daniel Vasconcelos. **A prática esportiva dos estudantes de graduação do UniCEUB: formação e repercussões**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa, VIEIRA, José Jairo. Políticas Educacionais de Ação Afirmativa no Brasil. Por quais caminhos? IN: JEFFREY Debora Cristina, AGUILAR, Luís Enrique. (orgs). **Balanco da Política Educacional Brasileira (1999-2009)**. São Paulo: Mercado das Letras, São Paulo, 2013.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. De qual inclusão se fala, quando o assunto é ensino superior? Uma análise comparativa entre as propostas de cotas raciais e o Programa Universidade para todos (ProUni). IN: FARIAS, Patrícia, Pinheiro, Márcia (Orgs). **Novos Estudos em relações étnico-raciais; sociabilidades e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, José Jairo. “O esporte e a mobilidade social do negro na sociedade brasileira”. In: **Anais do II Simpósio Mineiro de Ciências do Esporte**, UFViçosa, Minas Gerais, 1996.

VIEIRA, José Jairo. “Zagueiro “raçudo” sim, técnico estrategista não: o dilema dos não-brancos no futebol brasileiro”. In: **Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú-Minas Gerais, 1998. VIEIRA, José Jairo. As relações Étnico-raciais e o futebol do Rio de Janeiro: mitos, discriminação e mobilidade Social. 1.ed. Rio de Janeiro: Maud X: FAPERJ, Rio de Janeiro, 2017.

VIEIRA, José Jairo. **O negro e o esporte universitário: O aluno/atleta como uma estratégia de permanência na universidade pública e privada**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

ZEFERINO, JAQUELINE CARDOSO. **Os caminhos da memória: trajetórias de mulheres no esporte universitário viçosense na década de 1970**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2010.

ZEFERINO, Jaqueline Cardoso; BARLETTO, Marisa; DO CARMO SALLES, José Geraldo. A participação de mulheres no esporte universitário: um campo em disputa. **Movimento**, v. 19, n. 2, p. 79-101. Minas Gerais, 2013.

## ANEXOS

### ANEXO 1— QUESTIONÁRIO

# A BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA

Questionário destinado aos praticantes de esporte universitário da UFF E UFRRJ para a realização da pesquisa: "Bolsa atleta universitária: as estratégias de permanência do aluno atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro".

\* Required

#### 1. Em qual universidade você estuda? \*

*Mark only one oval.*

UFF  
UFRRJ

#### 2. Qual é o seu curso? \*

---

#### 3. Qual é o seu gênero? \*

---

#### 4. Qual a sua idade? \*

*Mark only one oval.*

17-20 anos

21-25 anos

26-30 anos

31-35 anos Mais de 35 anos

#### 5. Qual a sua raça/cor? \*

*Mark only one oval.*

Preta Branca

Indígena

Parda

Amarela



Outra

**6. Qual a sua renda familiar per capita? (A renda mensal familiar per capita é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes.) \***

*Mark only one oval.*

Até R\$ 178 por pessoa De R\$ 179 a  
R\$ 369 por pessoa

De R\$ 370 a R\$ 1008 por pessoa

De R\$ 1008 a R\$ 3566 por pessoa

Acima de R\$ 3566 por pessoa

**7. Você recebe ou já recebeu bolsa atleta universitária? \***

*Mark only one oval.*

Sim Não

**8. Se sim, em qual período?**

---

**9. Acredita que a bolsa te auxilia/auxiliou a permanecer na universidade? Por que?**

---

---

---

**10. Acredita que para além do auxílio financeiro a bolsa atleta poderia incentivar o aluno a permanecer na universidade? De que forma? \***

---

---

---

**11. Qual esporte você pratica? \***

---

**12. De que forma você pratica o esporte universitário? \***

*Check all that apply.*

Através de programas de extensão Nas instalações da universidade, por conta própria, individualmente

Nas instalações da universidade, por conta própria, em grupo Através de equipes universitárias

Através do PELC Competições universitárias

Apenas participo de competições universitárias Apenas pratico esporte na universidade, mas não participo de competições

Através de aulas práticas oferecidas pelo curso de Educação Física

**13. Possui patrocínio esportivo? \***

*Mark only one oval.*

Sim Não

**14. Quais são as dificuldades que enfrenta para conciliar esporte e vida acadêmica? De que forma a universidade poderia te ajudar? \***

---

---

---

**15. O que te motiva a permanecer na universidade? Acredita que a universidade te motiva a concluir o curso? \***

---

---

---

**16. O que te motiva a praticar esporte universitário? \***

---

---

---

**17. Sente dificuldades para permanecer na universidade? Se sim, quais? \***

---

---

---

**18. Já pensou em abandonar ou trancar a faculdade? Por que?\***

---

---

---

**19. Como considera seu rendimento acadêmico? \***

*Mark only one oval.*

Bom Ruim

Regular

**20. Como considera seu rendimento esportivo? \***

*Mark only one oval.*

Bom Ruim

Regular

**21. Você se considera um atleta amador ou profissional? \***

*Mark only one oval.*

Amador

Profissional

**22. Acredita que irá se formar dentro do prazo normal do curso?\***

*Mark only one oval.*

Sim Não

**23. O esporte te ajudou a ter um melhor relacionamento com as pessoas da universidade? Por que? \***

---

---

---

**24. Já viu ou vivenciou casos de preconceito em alguma prática de esporte universitário? Se sim, qual foi a postura da comunidade acadêmica?\***

---

---

---

**25. Acredita que o esporte possa ser uma estratégia para a permanência do aluno na universidade? Por que? \***

---

---

---

## ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

#### BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012 .

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o Esporte Universitário como estratégia de permanência e está sendo desenvolvida por Renata Silva Y Nunes Moreira, do Curso de Pós-Graduação em Educação-PPGE da UFRJ. A pesquisa tem como objeto os programas de bolsa atleta das universidades federais do Rio de Janeiro UFF e UFRRJ, sendo essas as únicas instituições federais de ensino superior do Estado que possuem esse tipo de auxílio. O objetivo é analisar o programa bolsa atleta como estratégia de permanência no ensino superior, a fim de problematizar sua capacidade de democratizar a prática esportiva e o direito à educação.

Solicitamos a sua colaboração para a participação do questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para Renata Silva Y Nunes Moreira-21999162131 – email: [renataymoreira@hotmail.com](mailto:renataymoreira@hotmail.com)